

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

ALAILDE ANGÉLICA SANTOS DOS PASSOS

**SEGREGAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E LUTAS POR MORADIA:  
UM OLHAR SOBRE A VILA CORONEL COSME EM GOIÂNIA-GO**

Goiânia-GO

2009

ALAILDE ANGÉLICA SANTOS DOS PASSOS

**SEGREGAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E LUTAS POR MORADIA:  
UM OLHAR SOBRE A VILA CORONEL COSME EM GOIÂNIA-GO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em Serviço Social.

Orientadora: Professora Dra. Lúcia Maria Moraes.

Goiânia-GO

2009

P289s Passos, Alailde Angélica Santos dos.  
Segregação do espaço urbano e lutas por moradia : um olhar sobre a Vila Coronel Cosme em Goiânia-GO/ Alailde Angélica Santos dos Passos. – 2009.

116 f. : il., retrs.

Inclui bibliografia: p. 111-116

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de Serviço Social, 2009.

“Orientadora: Professora Dra. Lúcia Maria Moraes”.

1. Movimentos sociais urbanos. 2. Segregação urbana. 3. Espaço urbano – segregação – Goiânia (GO). 4. Posseiros – Vila Coronel Cosme – Goiânia (GO). 5. Moradia – lutas sociais. I. Título.

CDU: 316.334.54(817.3)(043.3)

## FOLHA DE APROVAÇÃO

DISSERTAÇÃO de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) em Serviço Social com defesa em 7 de dezembro de 2009 e avaliada pela banca examinadora.

### BANCA EXAMINADORA

---

Orientadora Professora Doutora Lúcia Maria Moraes  
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás)

---

Professora Doutora Regina Sueli de Sousa  
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás)

---

Professor Doutor Ricardo Barbosa de Lima  
Universidade Federal de Goiás (UFG)

A meu pai *Arlindo Rodrigues* (*in memoriam*), todo amor e gratidão, sempre!... Pelo impulso, pelo largo sorriso...

A *minha mãe Lindaura*, que mesmo por reclamar, com razão, a minha ausência, soube entender minhas opções pelo estudo.

A *Ercílio*, *esposo*, amigo e companheiro nas horas doces e amargas que, com seu jeito especial, sempre me deu o apoio necessário para vencer as empreitadas da vida.

A *minhas filhas Alacília, Alercy e Silvia*; *meu filho Eduardo* e *meu neto Gerfferson* por respeitarem e compreenderem minhas ausências, apoiando e me incentivando a estudar e a produzir conhecimento;

A toda minha família, minha terna e eterna gratidão!

Aos *posseiros e às posseiras*, pessoas humanas, vitimadas pela injustiça social, que lutam por um mundo melhor; minhas reverências...

## AGRADECIMENTOS

A Deus, simplesmente por tudo!

À Professora Doutora Lúcia Maria Moraes, minha orientadora, que nesses anos de convivência, conduziu-me sabiamente nos diálogos, e, nas questões que envolvem diferentes conceitos humanos e de sociedade, orientou-me e se empenhou ainda, para que minhas idéias fossem reproduzidas.

À Professora Doutora Omari Ludovico Martins, com carinho especial, pela grande educadora que representa para mim, e, também, pela amizade. Em síntese, por ser luz na minha caminhada acadêmica, compartilhando comigo ideias, opiniões convergentes e divergentes na lida com os saberes, desde o início até a conclusão do curso de graduação, bem como pelo seu empenho para meu ingresso no curso de mestrado.

Às professoras e professores do curso de mestrado, pela orientação na produção de conhecimentos. De modo especial, à professora doutora Regina Sueli que, com seu jeito singular, nos momentos mais difíceis, me incentivou a continuar...

Aos companheiros e às companheiras de sala de aula, de modo especial, à Ciurinha, pelas palavras amigas nos momentos adversos, à Aparecida Teles, à Tereza Cristina e à Ana Maria pelo apoio, incentivo e contribuições.

A outras pessoas que, direta ou indiretamente, foram de grande importância para mim nesta e em outras conquistas.

## AGRADECIMENTO ESPECIAL

A partir de 2003, segundo período, data de minha inserção no campo de estágio e extensão, no Programa de Direitos Humanos da Universidade Católica de Goiás, atual PUC-Goiás, bem como nos últimos anos, não me faltaram dedicação para observar, com sentimento de paixão, movimentos sociais e, em especial, a realidade dos moradores da Vila Coronel Cosme, aos quais, agradecida pela confiança que em mim depositaram ao me permitirem adentrar suas casas, ouvir seus relatos, a vivência do dia a dia, seus desafios diários, proporcionaram-me um conhecimento diferenciado da realidade. E, como agradecer significa mais que um gesto de carinho, mas, reconhecer e registrar a trajetória percorrida e partilhada, dedico este trabalho a essa população, a qual deveria ser vista como *lutadora pela sobrevivência*, buscando ali, o seu espaço de morar, mas que enfrenta, no cotidiano, a discriminação e a opressão de autoridades e pessoas que detém “o poder”, e que se dizem *donas daquele lugar*.

*Sem luta não há progresso.  
Aqueles que professam em favor da liberdade  
E ainda depreciam a agitação,  
São pessoas que querem ceifar sem arar a terra.  
Eles querem chuvas sem trovão e raios.  
Eles querem o oceano sem o terrível bramido de suas muitas águas.  
Esta luta pode ser moral, ou física,  
Ou ambas, moral e física, mas deve ser uma luta.  
O poder não concede nada sem demanda.  
Nunca concedeu e nunca concederá.*

(Frederick Douglas, 1849, líder abolicionista norte-americano).

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	ix
<b>RESUMO</b> .....	xi
<b>ABSTRACT</b> .....	xii
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO I – AS CONTRADIÇÕES DO ESPAÇO URBANO E A QUESTÃO DA MORADIA</b> .....	18
1.1 A urbanização no contexto histórico do século XX.....	19
1.1.1 A influência da migração no desenvolvimento urbano .....	21
1.2 A política de modernização e a segregação socioespacial .....	23
1.3 A urbanização da cidade de Goiânia.....	33
1.4 A ocupação da Vila Coronel Cosme e as questões sociais vivenciadas pelos moradores .....	38
<b>CAPÍTULO II – O ESTADO, A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA</b> .....	47
2.1 A função social da propriedade e o direito à posse da terra urbana .....	48
2.2 A busca pela democratização da terra no espaço urbano .....	51
2.3 O Estado e a produção do espaço urbano .....	55
2.4 O <i>déficit</i> habitacional em Goiânia.....	61
<b>CAPÍTULO III – MOBILIZAÇÕES POR MORADIA EM GOIÂNIA:</b> .....	65
3.1 Uma definição de movimento social.....	66
3.2 Movimentos sociais urbanos no contexto brasileiro do século XX .....	70
3.3 O movimento dos posseiros urbanos em Goiânia.....	78
3.3.1 O Jardim Nova Esperança: marco da organização social por moradia digna.....	83
<b>CAPÍTULO IV – ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DE LUTAS NA VILA CORONEL COSME</b> .....	86
4.1 O impasse da área de risco e a discriminação social.....	93
4.2 A Associação de Moradores e os desafios para a mobilização.....	103
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	108
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS FONTES</b> .....	111

## LISTA DE SIGLAS

ABC Paulista – Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul  
ABCD – Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema  
Abrahp – Associação Brasileira de Habitação Popular  
Aeis – Áreas Especiais de Interesse Social  
Agehab – Agência Goiana de Habitação  
Ansur – Articulação Nacional do Solo Urbano  
APG – Associação dos Posseiros Urbanos de Goiânia  
Apug – Associação dos Posseiros Urbanos de Goiânia  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BNH – Banco Nacional de Habitação  
Cang – Projeto Colônia Agrícola Nacional  
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base  
CEF – Caixa Econômica Federal  
Celg – Companhia de Energia Elétrica do Estado de Goiás  
Cemei – Centro Municipal de Educação Infantil  
CF – Constituição Federal  
Cfess – Conselho Federal de Serviço Social  
CGT – Central Geral dos Trabalhadores  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa jurídica  
Cohab – Companhias de Habitação  
Comob – Companhia Municipal de Obras Públicas  
Comunh – Conselho Municipal de Habitação de Goiânia  
Conam – Confederação Nacional de Associações de Moradores  
Concidades – Conselho Nacional das Cidades  
Conclat – Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
Fegip – Federação Goiana de Inquilinos e Posseiros  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
FMH – Fundo Municipal de Habitação

Fnhis – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
Idetech – /Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano  
Implam – Instituto de Planejamento do Município de Goiânia  
MNLN – Movimento Nacional de Luta Pela Moradia  
ONGs – Organizações Não Governamentais  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PDH – Projeto de Direitos Humanos na Educação e Assistência Social  
PIB – Produto Interno Bruto  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
Pnad – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento  
PNDU – Política Nacional de Desenvolvimento Urbano,  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PUC-Goiás – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
RMG – Região Metropolitana de Goiânia  
Rotam – Rondas Ostensivas Táticas Metropolitana (Polícia Militar).  
SABs – Sociedade de Amigos de Bairros  
Saneago – Saneamento de Goiás  
Seplam – Secretaria de Planejamento Municipal (Goiânia)  
SFH – Sistema Financeiro da Habitação  
Shis – Sistema Habitacional de Interesse Social  
Sinduscon-SP – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo  
Uemp – União Estadual por Moradia Popular  
UFG – Universidade Federal de Goiás  
UnB – Universidade de Brasília  
UPU – União dos Posseiros Urbanos  
USI – União dos Sindicatos Independentes  
Zeis – Zona Especial de Interesse Social

## RESUMO

Após a segunda metade do século XX, os países latino-americanos, impactados por um expansionismo industrial engendrado nas estratégias do capital, passaram a sofrer as consequências do êxodo rural, da urbanização acelerada e da suburbanização. Goiânia, cidade planejada marcada pela segregação urbana, não escapou dessa conjuntura, apresentando um quadro de desigualdades sociais, sobretudo, em face do crescimento desordenado do seu espaço. Esta dissertação versa sobre problemática das contradições da urbanização e segregação na cidade de Goiânia, tendo como objetivo refletir sobre as questões dos posseiros da Vila Coronel Cosme que lutam pela permanência na área, pela reurbanização e pela moradia digna. Para tanto, aborda antes as mobilizações populares em prol dos direitos sociais no período em que o Brasil se consolidou como Estado democrático no início dos anos 1980. De natureza teórica e empírica, a metodologia para a elaboração desta dissertação embasou-se em produções sobre a temática, como projetos e relatórios do Programa de Direitos Humanos, (PDH/PUC-Goiás), do Departamento de Serviço Social, artigos, teses, dissertações, e, sobretudo, nas fontes orais extraídas da monografia em Serviço Social e dos relatórios de campo realizados pela pesquisadora, no período de 2003 segundo período, a 2005, apresentando novas informações revistas e atualizadas sobre a problemática. Neste trabalho, pretendeu-se, ainda, que as informações pudessem contribuir para denunciar as condições impostas aos moradores da Vila Coronel Cosme pelo poder público, tais como discriminação social, pressões psicológicas, ameaças de despejos com danos psicológicos, físicos, morais e materiais.

**Palavras-chave:** urbanização, segregação, Estado, sociedade, ocupação, posse urbana, movimentos sociais, direitos.

## ABSTRACT

In the middle of the twentieth century, Latin American countries, impacted by an industrial expansionism engendered by the strategies of capital, began to suffer the consequences of rural exodus, accelerated urbanization and suburbanization. Goiânia, a planned city marked by urban segregation, could not avoid this situation, above all in view of the disorganized growth of its space. This dissertation is about the problems caused by the contradictions of urbanization and segregation in the city of Goiânia. The object is to reflect on questions related to the squatters in Vila Coronel Cosme, who have been struggling for the right to remain in the area, for re-urbanization and for decent housing. To do this, the dissertation begins with the popular mobilizations for social rights in the 1980s. Both theoretical and empirical, the methodology used in writing this dissertation is based on research on the topic, like the projects and reports of the Human Rights Project (PDH/PUC Goiás), from the social services department, articles, theses, dissertations and, above all, oral testimony extracted from the final course paper in social work and field reports by the researcher, from the middle of 2003 to 2005, presenting new revised and updated information on the topic. In this paper, it is also hoped that this information may help to bring to light the conditions imposed on the residents of Vila Coronel Cosme by government, such as social discrimination, psychological pressure, eviction threats, with psychological, physical, moral and material damage.

**Keywords:** urbanization, segregation, the state, society, urban settlement, social movements, rights.

## INTRODUÇÃO

A problemática da urbanização das cidades latino-americanas tem chamado a atenção de estudiosos de diversas áreas, pois o processo de expansão das cidades, a partir das últimas décadas do século XX até os dias atuais, esteve atrelado à crise econômica e às políticas recessivas, desde a década de 1980, bem como a novas perspectivas sobre o padrão de urbanização. Nesse contexto, é necessária uma reflexão acerca da questão socioespacial, sobretudo, das grandes cidades, posto que as estratégias de ajuste na estruturação do planejamento para o desenvolvimento das áreas metropolitanas no cenário econômico, inteiramente desestabilizado, têm agravado o quadro de desigualdades sociais.

O processo de ocupação de Goiânia-GO, inserido no Programa Marcha para o Oeste, com a política de interiorização do governo de Getúlio Vargas na década de 1930, paralelo à expansão capitalista na região Centro-Oeste, como cidade planejada, teve sua estruturação urbana marcada pela segregação espacial (MORAES, 2003).

Assim, essa reflexão é extremamente importante, pois possibilita a compreensão da necessidade de reforma do espaço urbano, fundamentada no princípio de democratização do uso do solo urbano e gestão fortemente regulamentada pelo poder público sem o privilégio de nenhum grupo, mas com políticas públicas efetivas para minimizar a segregação espacial e a marginalização de populações. Diante da ordem econômica mundial, necessário se faz persistir na luta pelo direito de todos e todas à cidadania, tornando as cidades mais humanizadas, opondo-se às políticas neoliberais que submetem o Estado, às pretensões lucrativas do sistema capitalista.

Diversos grupos da sociedade civil constituem-se em atores políticos, por vezes, presentes no levantamento e discussão de questões de interesse geral na busca de uma nova institucionalidade. Eles se aglutinam em espaços na busca de interlocução com o Estado, atribuindo-se papéis próprios de agentes do povo a cidadãos oriundos de associações para confrontos, negociações e proposição de linhas de respostas às suas necessidades.

A presente dissertação sobre a temática da relação direito-cidade-moradia é fruto do desejo de prosseguir com as reflexões científicas sobre a questão da moradia, tendo em vista a Vila Coronel Cosme, dando continuidade ao estudo iniciado

desde o início do curso da graduação em Serviço Social e durante a fase do estágio no Programa de Direitos Humanos (PDH) da atual Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás) com as atividades desenvolvidas na localidade e, ainda, influenciada pelas ideias das teorias de Gramsci. Prosseguindo com o mesmo objeto pesquisado, que trata da questão da organização dos moradores da posse urbana da Vila Coronel Cosme, na busca pelo direito de morar, novas reflexões sobre as questões que envolvem os moradores dessa área de posse foram buscadas, tais como a regularização da área e o direito de permanecer no espaço, trazendo abordagens sobre as mobilizações populares em prol dos direitos sociais no período em que o Brasil se consolidou como Estado democrático, rompendo com os ditames da ditadura militar.

De acordo com a literatura inerente à temática, dentre muitos outros meios, os movimentos de moradia reivindicam o direito de morar e de ser incluso, diante do agravamento das questões sociais e das transgressões das normas urbanas, o que motivou a abordagem de suas lutas como condição essencial de contribuir para as mudanças na sociedade. Assim, alega-se primordial a compreensão das propostas dos movimentos de posse urbana de Goiânia, com um olhar voltado à questão da Vila Coronel Cosme, pois esse tipo de organização, quando bem articulada, permite resgatar os direitos humanos daqueles que, sob a insustentável concentração de renda e de miséria, necessitam lutar contra o poder do Estado, cujos interesses são alheios àquela população.

Excluída de seus direitos, diante das questões que enfrenta, essa população necessita assumir movimentos de caráter organizativo, com objetivos comuns, por meio de manifestações e ações, para buscar, sobretudo, o direito à moradia, pois, no espaço em que mora e partilha a vida com os familiares, adquire estabilidade e constrói sua identidade.

Esses movimentos e ações denotam um forte sentimento de apelo social. Mostram que a exclusão do homem do campo os leva também à exclusão social na cidade, o que os impulsionam à única escolha: a buscar espaço para morar nas áreas mais íngremes, nas periferias da cidade, na tentativa de resolver a questão da sobrevivência para si e para sua família, e de recuperar suas raízes, de construir a sua própria história a exemplo da área Vila Coronel Cosme e de tantas outras em Goiânia.

Com base nesses pressupostos, julga-se importante abordar as mobilizações populares que buscam alternativas direcionadas à concretização da justiça social, especialmente, no que concerne à questão da moradia no Brasil apesar de que as formas de lutas e reivindicações vêm sofrendo transformações.

A análise da realidade vivenciada pelos moradores da Vila Coronel Cosme, bem como de sua tentativa de organização em forma de associação na luta contra a desocupação, compõem o estudo sobre a trajetória das mobilizações de moradores que integram os movimentos sociais em Goiás. Ele demonstra a necessidade de mudança de cultura, com o objetivo de direcionar a sociedade para a consciência crítica, dando rumo aos seus objetivos, uma vez que a forma como estão organizadas e direcionadas as lutas dificulta a busca de soluções e de direitos.

Nesse sentido, entende-se necessário refletir sobre a situação dos moradores da Vila Coronel Cosme, posse urbana em Goiânia, desde a sua ocupação, e, em um contexto maior, suas estratégias de articulação em prol da permanência e reurbanização dessa área, situada na região Leste de Goiânia, de modo que se possa vislumbrar a possibilidade de crescimento e fortalecimento da expressão coletiva desses moradores na busca e defesa dos seus direitos. Ressalte-se, ainda, que, por meio do problema estudado, busca-se compreender as razões econômicas, políticas, sociais e culturais que impedem o caminho da mobilização dos moradores para a regularização e reordenamento do espaço, das condições em que se deu e ainda se dá essa forma de organização. Assim, esses fatores sugerem indagações sobre a importância dos movimentos na luta em defesa dos direitos à moradia em Goiânia, como garantia dos direitos humanos, no processo de urbanização.

Tendo em vista as consequências da migração campo-cidade e as contradições no espaço urbano, pretende-se demonstrar o posicionamento do poder público em relação à população do espaço de que trata o estudo, ressaltando a criação da associação de moradores como alternativa para o enfrentamento de seus problemas, em especial, no que tange à permanência no local.

Com o intuito de aprimorar a pesquisa para o curso de mestrado, a partir de meados de 2007, foram buscadas novas informações acerca da situação dos moradores da Vila Coronel Cosme, tais como, observação do comportamento e das suas relações cotidianas, acompanhamento de debates em seminário, reuniões, visitas à sede de movimentos de moradia de Goiânia, além de nova revisão bibliográfica.

De natureza teórica e empírica, a metodologia para a elaboração desta dissertação embasou-se em produções sobre a temática, como projetos e relatórios do Programa de Direitos Humanos, (PDH/PUC-Goiás), do Departamento de Serviço Social, artigos, teses, dissertações, e, principalmente nas fontes orais extraídas da monografia em Serviço Social e dos relatórios de campo da realizados pela pesquisadora na época, com informações revistas e atualizadas na qual foram apresentados resultados das entrevistas com moradores que residiam na época (2003) havia mais de vinte anos, com ex-moradores de posses urbanas e militantes dos movimentos dos *invasores* em Goiânia.

A história oral de vida dos moradores foi utilizada como forma de possibilitar a inserção de elementos que, confrontados com as informações bibliográficas, contribuiu para compor um contexto de inteiração com a realidade. O tema torna-se rico quando o caminho da abordagem é feito pelo processo diversificado de lembranças que ampliam o alcance de visões, opiniões e análises sobre o passado e compreensão do presente, como alerta Montenegro (1994). Nesse sentido, conforme Ludke e André (1986) o pesquisador deve exercer o papel subjetivo de participante e o papel objetivo de examinador, vinculando a assimilação da realidade e estudo à percepção imediata e espontânea a própria vida cotidiana e a percepção objetiva própria da investigação reflexiva.

Neste trabalho, pretendeu-se, ainda, que as informações pudessem contribuir para assinalar as condições impostas aos moradores da Vila Coronel Cosme pelo poder público, tais como, discriminação social, pressões psicológicas, ameaça de despejos com danos físicos, morais e materiais, com risco de morte.

Visando uma distribuição mais coerente do fluxo do conteúdo apresentado optou-se por estruturar este trabalho em quatro capítulos. O primeiro aborda a problemática do processo das contradições do espaço urbano de Goiânia, influenciada pelas mudanças político-econômicas, a partir da segunda metade do século XX, ou seja, no contexto da política de modernização na cidade e no campo, impulsionando o êxodo rural, e tendo como consequências o crescimento desordenado das cidades, a suburbanização e os sérios problemas de moradia, decorrentes da política de segregação das cidades. Procura mostrar, em linhas gerais, como se deu a ocupação de Goiânia, marcada pela segregação desde a década de 1930, no contexto de transformações mundiais, sob a influência do capitalismo, marcando novas tendências no modelo econômico brasileiro, que mudou de

agroexportador para desenvolvimento industrial, provocando no campo social sensíveis mudanças decorrentes, dentre outras, do processo migratório e da expansão das cidades, apresentando, ainda, a ocupação da Vila Coronel Cosme como decorrência das questões sociais.

O segundo capítulo versa sobre a função social da terra, como direito social constitucional garantido, tendo como pressuposto a democratização da terra, fazendo uma reflexão sobre o Estado e a produção do espaço urbano. Apresenta a criação do Ministério das Cidades em 1º de janeiro de 2003, de acordo com a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 (Brasil, 2003), como resultado das lutas por uma política nacional de desenvolvimento urbano, bem como o *déficit* habitacional como fator generalizador das medidas efetivas de contenção das desigualdades sociais referentes à moradia.

O terceiro capítulo trata das mobilizações por moradia com ênfase à cidade de Goiânia, os movimentos sociais urbanos no contexto brasileiro do século XX contra as opressões do Estado não democrático e o capital especulativo imobiliário, que excluem a população do processo de desenvolvimento político, econômico e social, influenciado pelos paradigmas político-econômicos internacionais, que interferem drasticamente na vida da população do campo e das cidades, privilegiando uma minoria e submetendo uma grande parcela à injustiça social. Aborda o movimento dos posseiros urbanos e as lutas por moradia com a organização e estruturação do Jardim Nova Esperança em Goiânia.

No quarto capítulo, faz-se uma reflexão acerca da articulação e mobilização de lutas na Vila Coronel Cosme, que se deu por meio da associação de moradores, bem como das experiências da população no enfrentamento com instituições privadas, de interesses na área, nos quais se pode perceber a discriminação sofrida pelos moradores e, ainda, a morosidade da justiça para decidir a respeito de seus direitos de cidadania. Ressalte-se que, de modo geral, o propósito desse capítulo é abordar a trajetória dos movimentos sociais, procurando mostrar a importância da organização popular na luta contra a opressão do sistema estatal atrelado à ordem econômica vigente. Nesse sentido, destaca-se o Movimento dos Posseiros Urbanos em Goiânia que, para a população excluída, foi fundamental para sua organização na luta pela moradia. Evidencia, ainda, a organização política desses posseiros urbanos, enfatizando a Vila Coronel Cosme e os desafios da sua luta diante das pressões do poder público pela reintegração de posse.

Por último, apresentam-se as considerações finais e as fontes consultadas.

## **CAPÍTULO I**

### **AS CONTRADIÇÕES DO ESPAÇO URBANO E A QUESTÃO DA MORADIA**

A política de desenvolvimento urbano (Brasil, 2001/2002), de acordo com as diretrizes fixadas em lei deve ser executada pelo poder público municipal, com o objetivo de ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade com o objetivo de garantir o bem-estar da população.

O planejamento urbano, pode servir como instrumento para implementar propostas de movimentos sociais, entretanto, elas entram em contradição com as necessidades estruturais do modo de produção, o que prejudicaria os interesses de setores hegemônicos e, assim, não são implementadas.

Dessa forma, as articulações dos movimentos sociais de caráter reivindicatório nas lutas contra os aspectos estruturais da sociedade capitalista, deveriam ser enfrentadas como lutas revolucionárias, visando à transformação da ordem vigente.

Assim, vão crescendo as cidades e as contradições, e os espaços se configurando de acordo com o sistema capitalista, cujos interesses divergem dos movimentos de parte da sociedade que luta pelos seus direitos, mas na qual convivem interesses diferenciados, e para cada um deles, a cidade assume um significado diferente. Dentre eles, há os interesses dos proprietários de terras, dos construtores, dos banqueiros e dos industriários para os quais a cidade significa basicamente negócios, e os que buscam pela habitação para sua sobrevivência, nas ocupações de forma espontânea e voluntária, que ocorrem desde a construção da cidade de Goiânia, nas periferias da cidade. Aos poucos, esses grupos cresceram tanto, que houve a necessidade de lideranças conscientes politicamente, para articulação e busca ativa, nas lutas, pelo atendimento de suas demandas.

## 1.1 A urbanização no contexto histórico do século XX

O espaço urbano integra um conjunto de lugares, os quais individualmente apresentam aspectos que muitas vezes são vistos apenas por um ângulo, “que têm entre si relações contraditórias e de interdependência, vincula-se a uma organização, a uma estrutura que lhe dá ordem”, e que segue a lógica da dinâmica do movimento da sociedade (CAVALCANTI, 2007, p. 11).

Segundo Santos (2008, p. 49),

o espaço geográfico [como a cidade, nesse caso] possui uma forma, isto é, uma organização que se pretende adequada ao funcionamento da sociedade. As decisões para isso são econômicas na base, mas sempre serão opções políticas. [...] É no âmbito do Estado que se estabelecem os relacionamentos entre interesses divergentes que darão o conteúdo para as formas espaciais.

No contexto contemporâneo das grandes e médias cidades do Brasil e do mundo, a lógica predominantemente capitalista, como consequência do processo histórico da humanidade, incide sobre a relação Estado-sociedade e, dependendo do modo como se dá, interfere na construção do espaço, tornando-o *lócus* intolerável, do ponto de vista social.

Caso se tente traçar parâmetros entre o processo de construção do espaço urbano das cidades brasileiras e de outras latino-americanas, é possível perceber realidades sociais que apresentam expressiva desigualdade e similaridade no arranjo espacial, além de certas peculiaridades. Com efeito, é possível uma percepção de semelhança dos aspectos quando dialeticamente relacionados à natureza, à função, ao efeito, à aparência da estrutura urbanística, como expansão, centralização/segregação, favelização com a decadência do *habitat*, dentre outros

Esses fatores sugerem a necessidade de um reordenamento do espaço urbano, ao menos com o objetivo de conter a desordem e tentar resgatar a dignidade da vida social, compreendendo em primeiro lugar que o desenvolvimento deve ser pautado pelo controle de certos limites, mas, acima de tudo, pelas inclusões de todos os diferentes sujeitos habitantes desse espaço em busca da qualidade de vida.

Assim, considerando a realidade sócio-histórica, faz-se necessário abordar o direito ao espaço na área urbana, analisando fatores que influenciam todas as regiões do país, e se mostram permanentes e atuais, em razão da relação direta

entre moradia e o ser humano, na participação da construção do espaço urbano, estabelecendo seu *habitat* como pressuposto fundamental do direito a exercer a cidadania. A moradia denota características diferenciadas que evidenciam as condições de seus ocupantes. Para algumas pessoas, ela expressa a realização de sonhos, conforto, estabilidade, segurança e capacidade de poder organizar-se, mas para muitos, a moradia significa a própria sobrevivência.

Para que se possam compreender as contradições do espaço urbano no contexto atual, julga-se importante a análise de Ferreira (2005), que considera a expansão capitalista das cidades do século XIX, ao discutir o significado dos termos urbano e urbanidade<sup>1</sup>. Segundo o autor, no referido século, os termos urbano e urbanidade da “*cidade oitocentista*” significavam “expressões tendencialmente sinônimas”. Para o autor, “um comportamento ‘urbano’ era aquele que correspondia a uma atitude plena de ‘urbanidade’, ambos situados na esfera de uma normatividade culturalmente aceita, ainda que numa base socialmente discriminada” (p. 64).

Tendo como parâmetro a expansão das cidades no final do século XIX, o processo de urbanização, a partir de meados do século XX, apresenta-se, do ponto de vista sociocultural, como um espaço público, cuja urbanização se mantém alicerçada nas bases político-ideológicas correspondentes ao interesse da burguesia. Progressivamente, esse espaço vai se reafirmando independentemente da dinâmica da sociedade. Pode-se afirmar que, na realidade do país, o processo de crescimento e desenvolvimento estão alinhados ao sistema capitalista. Com efeito, tal sistema manifestou-se por meio da organização socioespacial notadamente marcada pela segregação. No entanto, no passado, não havia disputa acirrada nesse espaço (FERREIRA, 2005), pois o território urbano era pré-estabelecido, obviamente, privilegiando as classes abastadas. Houve então ruptura com esse equilíbrio<sup>2</sup> urbano, e, conseqüentemente, ocorreu um dismantelamento da ordem social, substituído e fixando gradualmente a ideia de cidade como mercadoria a ser investida como mais valia.

---

<sup>1</sup> “*Urbanidade*, (literalmente: qualidade do urbano), cuja, ‘reinvenção’ surge com a mesma urgência que a da necessidade de agir no contexto da atual realidade urbana”, esclarece Ferreira (2005, p. 64),

<sup>2</sup> Ferreira (2005) considera um equilíbrio socialmente dominado a urbanização no século XIX centralizada nos interesses da sociedade burguesa, porém, não contestada explicitamente por outros grupos sociais.

Portanto, como herança desse processo de conquista territorial do século XIX, segundo Ferreira (2005, p. 65), o “crescimento econômico, expansão urbana e segregação social” podem ser entendidos como elementos que sintetizam a cidade no contexto do século XX. Assim, no que tange ao processo de urbanização, interessa, pois, neste estudo, enfatizar o século XX como contexto para compreensão do objeto sobre o qual se propõe refletir, cuja problemática está relacionada justamente a esses três elementos também presentes na realidade do processo de crescimento de Goiânia, inserido no contexto geral dos grandes desafios da humanidade para o século XXI.

### **1.1.1 Influência da migração no desenvolvimento urbano**

A segunda metade do século XX foi marcada por um intenso processo de urbanização do Brasil e outros países da América Latina, evidenciando o crescimento demográfico gradativo e constante nas cidades, em razão, sobretudo, do êxodo rural, da grande mobilidade populacional e da construção do espaço urbano. A urbanização representou uma ruptura com uma secular história humana, em que grande parte da população do planeta era vinculada, exclusivamente, às atividades agrícolas. No Brasil, o desenvolvimento dessas atividades centralizou-se nas mãos das camadas rurais oligárquicas, tendo como aliados o capital industrial, comercial e financeiro, alargando a perversa expansão da propriedade fundiária no espaço rural.

É possível dizer que o processo de migração do campo para a cidade ocorreu, dentre outros fatores, pela dificuldade de sobrevivência de muitas famílias desestimuladas pelas condições naturais e, sobretudo, em virtude da falta de programas de incentivo à permanência no campo ou pelas taxas cobradas que eram incoerentes com a produção agrícola, o que provocou a expulsão dos trabalhadores e trabalhadoras do campo para a cidade. Por outro lado, deu-se pela política excludente de desenvolvimento agrícola, preconizada pelo modelo da agroindústria, e ainda, pela concentração da propriedade da terra nas mãos de poucos (latifúndio).

O efeito dessa expansão econômica fez que cidades latino-americanas, como São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires, dentre outras – a princípio por deterem franco processo de crescimento de seus parques industriais – atraíssem mão de obra livre como os trabalhadores do campo ansiosos por emprego e,

consequentemente, melhores condições de vida nas metrópoles. O antigo sistema agrário perdurou até 1930, quando ocorreu o que Florestan Fernandes denomina revolução burguesa (*apud* MARICATO, 2001).

Conforme Maricato (2001, p. 17),

o Estado passa então a investir decididamente em infra-estrutura para o desenvolvimento industrial visando à substituição de importações. A burguesia industrial assume a hegemonia política na sociedade sem que se verificasse uma ruptura com os interesses hegemônicos estabelecidos. Essa ambigüidade entre ruptura e continuidade, verificada em todos os principais momentos de mudança na sociedade brasileira, marcará o processo de urbanização com as raízes da sociedade colonial embora ele ocorra em pleno século XX, quando formalmente o Brasil é uma República independente.

Da ruptura com o poder coronelístico decorreu o processo de modernização caracterizado pela busca de novas tecnologias, de crescimento e desenvolvimento, atraindo ondas migratórias, desordenando as estruturas urbanas, impulsionando o *inchaço* das cidades e, em decorrência, a marginalização, a pauperização e a exclusão, tornando esse espaço suscetível de violência pelo caos instaurado. Diante disso, em governos que se dizem democráticos, porém com muitos freios e opiniões em maior escala, contrários a iniciativas que deveriam ser tomadas em defesa dos direitos, especialmente para a sociedade excluída, as políticas não são de forma a efetivar direitos, mas apenas mera minimização de necessidades básicas da população (MORAES, 2003).

Assim fica evidente que, ao longo do tempo, os processos vão se constituindo na cidade de Goiânia e suas transformações culminam no chamado *desenvolvimento* que se configura para preservar a dependência e a subordinação de grande parcela da sociedade, cujos desafios são os de buscar direitos.

Goiânia, capital planejada na década de 1930, para um médio contingente populacional (MORAES, 2003), sofre fatores diversos, a exemplo de outras cidades brasileiras, vivenciando o impacto social em virtude do crescimento rápido e excessivo da população. Trata-se da explosão demográfica, um dos grandes problemas globais do século XX, que teve como principal consequência a expulsão do homem do campo.

Segundo Ribeiro (1999, p. 12), as metrópoles dos países que formam

a periferia do capitalismo desde a Segunda Guerra Mundial experimentaram um intenso e sustentado processo de industrialização dinamizado pelo

movimento de internacionalização da economia e cuja característica principal é a combinação de crescimento e aumento das desigualdades sociais.

De acordo com Maricato (2001, p. 17),

considerando o universo das Américas, o Brasil já apresentava dados de grande porte desde o período colonial, mas é somente a partir da virada do século XIX e das primeiras décadas do século XX, que o processo de urbanização da sociedade começa realmente a se consolidar, impulsionada pela emergência do trabalhador livre, a Proclamação da República e uma indústria ainda incipiente que se desenrola na esteira das atividades ligadas a cafeicultura e às necessidades básicas do mercado interno.

Assim, no continente americano, o crescimento demográfico constante nas cidades tem culminado cada vez na expansão de cidades, transformando-as em metrópoles que passam a atuar como cidades-regiões.

## **1.2 A política de modernização e a segregação socioespacial**

O processo de industrialização e de expansão internacional do capital interno, influenciado pelas duas grandes guerras mundiais, emergiu como um novo modelo econômico que vigorou de 1945 até a metade da década de 1980, reorientando a produção dos parques industriais brasileiros e de outros países latino-americanos para o atendimento dos mercados internacionais, e, de certo modo, os produtos invadiram, também, o mercado interno. Para Ribeiro (1999, p. 13), “a industrialização e a urbanização dos países da América Latina foram capazes de criar uma dinâmica social, marcada por forte mobilidade social”.

No Brasil, a partir dos anos de 1950, começou a surgir um debate “sobre as possibilidades de formação de uma sociedade de classes, [...] sob a égide de uma nova sensibilidade engendrada pelos impactos das primeiras transformações econômicas e sociais suscitadas pelo início de nossa industrialização” (RIBEIRO, 1999, p. 12). Diversos estudos sobre o processo de urbanização brasileiro ressaltam a influência do modelo de industrialização e desenvolvimento adotado pelos países emergentes.

Ao que se sabe, o modelo adotado no Brasil e em outras nações latino-americanas atribui a característica heterogênea e desequilibrada do modo como se deu esse processo, tido como modernizador, a fatores que recriaram a exclusão social e a segregação territorial, ou seja, infligindo uma realidade injusta a uma

enorme parcela da população.

Segundo Ferreira (2005, p. 66), nas décadas 1960, 1970, especialmente na Europa, a cidade apresentava um perfil de forte contraste: “Esquemáticamente, poderíamos sintetizar como uma cidade dualizada: ocupação econômica e financeira do centro e densificação cultural das periferias!” O autor menciona, ainda, o crescimento e a especulação do setor imobiliário no Brasil, apoiados por uma política de desenvolvimento habitacional no país desde 1964 e pautados na idéia de reforma da arquitetura urbana. Contudo, a política de financiamento de habitação não democratizou o acesso à moradia a famílias menos favorecidas financeiramente, sequer o poder público e/ou as empresas privadas atinaram para os agravos sociais ligados à questão, que ocorrem, paralelamente, ao atendimento dos interesses de especuladores do setor imobiliário.

Nesse período, Maricato (2001, p. 21), realça que,

enquanto o crescimento econômico se manteve acelerado o modelo funcionou, criando uma nova classe média urbana, mas mantendo grandes contingentes sem acesso a direitos sociais e civis básicos: legislação trabalhista, previdência social, moradia, entre outros.

Mais tarde, durante os anos 1980, conhecidos do ponto de vista econômico como a década perdida, a América Latina vivenciou a estagnação e a crise da economia em razão da retração da produção industrial, que minou o crescimento, incidindo, ainda, no Produto Interno Bruto (PIB), provocando o empobrecimento urbano com transformações profundas na organização das metrópoles.

No Brasil, essa drástica conjuntura quebrou o processo de expansão econômica visto como *milagre econômico*, provocando uma sucessão de problemas, como desemprego e uma inflação exorbitante. A recessão que se seguiu nos anos 1980 e 1990, propiciou que as taxas de crescimento demográfico superassem as do crescimento do PIB, fazendo que a sua evolução *per capita* fosse negativa na década de 1980, já que aumentou o universo de desigualdade social (MARICATO, 2001)

Conforme a análise de Maricato (2001, p. 20), nesse contexto socioeconômico latino-americano, o gradativo crescimento do PIB brasileiro com índice superior a 7% entre os anos de 1940 a 1980 – aliás, um dos maiores do mundo nesse período – viabilizou uma riqueza concentrada, e, ainda, interferiu na vida de toda a população, sobretudo, as que abandonaram o campo em busca de

novos horizontes na cidade.

Pode-se dizer que, nas cidades, nas décadas de 1980 e 1990, impelidas por um crescimento econômico de base industrial notável, houve consequências negativas no processo de expansão territorial dada a centralidade do emprego. Posteriormente, elas sucumbiram às crises internacionais, que acentuaram não só os problemas sociais como moradia e outros. Do ponto de vista cultural, pode-se dizer que a explosão demográfica contribuiu fortemente para a perda de identidade e o processo de suburbanização, fenômenos históricos do século XX (FERREIRA, 2005).

Paula e Cavalcanti (2007), considerando que, embora as estatísticas de crescimento das cidades brasileiras apresentassem nas décadas de 1980 e 1990 baixas taxas em comparação a outros tempos recentes, em virtude de diversos fatores, incluindo o processo de descentralização de atividades econômicas, “não significa que o espaço da cidade, sua área urbana, tenha crescido menos” (p. 12). Nesse sentido,

há alguns mecanismos da expansão da área urbana que tem correspondência com o crescimento populacional, mas que extrapolam esse fator, e obedecem à lógica de produzir do espaço urbano: a especulação, a reserva de valor, a valorização de áreas, produção de periferias e de centralidades, a criação de equipamentos sociais, de serviços, a abertura e a ampliação de vias públicas e outros (p. 12).

Todas as circunstâncias apontadas por esses autores conspiram para que no espaço urbano não sejam cumpridas suas funções, pois as relações sociais e culturais deveriam manifestar-se, ainda que contraditórias. No entanto, elas se desestabilizam no jogo de interesses de pequenos grupos, desarticulando o conjunto de caracteres próprios e exclusivos, formadores da identidade de metrópole.

A respeito da questão da identidade e da suburbanização como produtos do expansionismo territorial vislumbrado de forma não homogênea, desde o século XIX, Ferreira (2005, p. 66) assim discorre:

Paradoxalmente, à medida que se intensificava aquela expansão urbana mais a cidade ia perdendo a sua identidade, entendida como caracterização da sua própria urbanidade, desde logo porque, em termos mais prosaicos, ia perdendo a sua população originária e residente. Desse modo, a cidade crescia sim, mas nos seus subúrbios. Em tal contexto, talvez se possa falar de uma espécie de ‘cinismo’ urbano, na medida em que a cidade atuou como foco de atração demográfica (lembremo-nos dos fortes movimentos migratórios do “campo” para a “cidade”) e simultaneamente como fator de expulsão de uma parte dessa população (e também da anterior, entretanto

urbanamente socializada), levando-a a ocupar as diversas periferias das respectivas cidades.

Esse mesmo fato tem ocorrido com maior intensidade a partir de meados do século XX, sob o pretexto da modernidade. No final da década de 1980, um novo paradigma econômico surgiu preconizado pela nova ordem econômica mundial: o neoliberalismo. Os estudiosos atribuem a esse modelo econômico, cuja influência se dá extremamente imperativa nas políticas dos países periféricos, a interferência profunda nos padrões urbanos, orientando sua estrutura, seus aspectos socioespaciais e, sobretudo, a dinâmica das relações humanas e o meio ambiente, o que influencia o cotidiano da vida, a identidade de metrópole e em todas as regiões do País.

Com a percepção do contexto atual, ou seja, no início do século XXI, no qual se processa aceleradamente a mundialização econômica e o fortalecimento da hegemonia capitalista, as cidades grandes, médias ou pequenas, o espaço urbano vivencia um dinamismo singular na história. Com efeito, as alterações socioeconômicas dessas novas e complexas macrorrealidades provocam impactos nos padrões de urbanização, tornando evidente a apropriação da terra pelo setor imobiliário que utiliza o capital financeiro internacional.

Na sociedade capitalista, é lugar-comum o entendimento de que os problemas gerados nas cidades são ocasionados pela concentração populacional, o que denota não ser possível ter qualidade de vida social e meio ambiente preservado, em locais em que há muita aglomeração de pessoas. Todavia, caso se encare a historicidade social, por exemplo, percebe-se que o problema não está somente no crescimento urbano, mas sim, no processo de sua formação, ou seja, como se produzem e se reproduzem, respectivamente, o espaço rural e o espaço urbano essencialmente desigual.

Vale destacar que a democracia, que possibilitou aos cidadãos urbanos na Idade Média libertarem-se do domínio senhorial, revolucionando as cidades européias, tem possibilitado até o contexto atual uma nova percepção sobre as relações de produção. Os homens e mulheres, nesse contexto histórico da humanidade, desvincularam-se das relações de dominação pessoal que marcou o feudalismo – período histórico no qual os camponeses eram fortemente vinculados ao proprietário da terra, sendo “essa sociedade caracterizada pela segregação dos homens em estratos sociais hierarquizados” (RIBEIRO, 2005, p. 45). No entanto, na

sociedade atual ainda persiste o caráter dominante quando se trata das relações entre proprietários e trabalhadores da terra, até mesmo com resquícios do sistema feudal. Do mesmo modo, essa relação é reproduzida nas cidades pela forma como a burguesia urbana trata muitos trabalhadores, sobretudo no que diz respeito à propriedade territorial urbana.

Assim, na cidade, a emancipação material e moral segundo o modo de organização social e político feudal, fundamentado nas relações servocontratuais (servis) propicia uma nova ordem social, “associada à emergência do mercado e dos direitos considerados naturais da condição humana: Direitos à liberdade, à propriedade, à segurança e direito de resistência à opressão” (RIBEIRO, 2005, p. 45).

O espaço urbano, com base na análise da trajetória histórica, apresenta-se como a expressão das mais diferentes contradições, o que justifica a sucessão das lutas e organizações em prol dos direitos de o cidadão exercer a cidadania e, portanto, de viver dignamente na cidade. Propositamente, as palavras cidade, cidadão e cidadania foram destacadas como forma de reflexão, conforme a análise de Ribeiro (2005) acerca da relação ser humano e cidade.

Para o autor, com o desenrolar da história, essas palavras foram adquirindo o mesmo sentido, de modo que podem ser identificados três momentos dessa evolução.

No primeiro momento, na Antiguidade Clássica, cidadania relacionava-se de acordo com Ribeiro (2005, p. 45), à “condição de *civitas* pela qual os homens, vivendo em aglomerados urbanos, contraem relações fundadas em direitos e deveres mutuamente respeitados”. Depois, “à condição de *civitas* somou-se a de *polis*, ou seja, o direito de os moradores das cidades participarem nos negócios públicos”

Ainda, segundo Ribeiro (2005, p. 45),

já no século XIX. a condição de cidadania é expandida com a inclusão de direitos de proteção do morador da cidade contra o arbítrio do Estado. No final do século XIX e no começo do século XX, a condição de cidadão passa também a expressar os direitos relacionados à proteção sociais inicialmente relacionados aos riscos do trabalho assalariado (desemprego, acidente do trabalho etc.) e posteriormente estendidos à própria condição de cidadão.

Em segundo momento, no sentido moderno, para Ribeiro (2005), o termo

cidadania focalizava o democrático o liberal e o social, utilizando-se, portanto, respectivamente, os termos *polis civitas* e *societas*. “Esse último foco tem a ver com a descoberta de que *civitas* e *polis* somente poderiam existir com o mínimo de justiça social. Podemos, então, imaginar uma sequência: cidadania cívica, cidadania política e cidadania social”, afirma o autor.

Finalmente, no terceiro momento, o termo cidadania, para esse autor, em sentido histórico, relaciona-se com a “descoberta do social” caracterizando “o momento em que a sociedade toma consciência da ameaça de destruição que representava o livre jogo do mercado”, bem como o momento oportuno para universalização da “condição do trabalho assalariado como pressuposto da industrialização capitalista”, e foi criado “um sistema de proteção social ligado ao *salariat*, pelo qual o capital impõe a subordinação real do trabalho” (RIBEIRO, 2005, p. 45).

Baseando-se nos pressupostos históricos, anteriormente considerados, percebe-se que o processo de urbanização está intrinsecamente relacionado à construção de uma sociedade notadamente contraditória.

As disputas acirradas em prol da expansão e conquista dos territórios em todos os sentidos, entre colonizadores e colonizados, entre burgueses e trabalhadores, levaram ao estágio em que se encontra a sociedade atual, sobretudo, as que se organizam nos espaços urbanizados, revelando o retrato da espoliação urbana, cujo processo vai se agravando cada vez mais.

Nas grandes cidades brasileiras, a exemplo de Goiânia, a prevalência dos clássicos mecanismos de acumulação urbana provocam crescentes desigualdades sociais, em detrimento do processo de ocupação do solo, justificado, por outro lado, pela apropriação especulativa da renda da produção urbana. Assim, poucos se privilegiam do bem-estar social e da riqueza acumulada proveniente de um patrimônio imobiliário de notável valor (RIBEIRO, 2005). Simultaneamente, parcela significativa da população formada por trabalhadores e outros grupos socialmente menosprezados e sem a proteção do Estado, refugiam-se nos lugares mais insalubres da cidade.

De acordo com Ribeiro (2005, p. 48),

a carência habitacional está no centro do nosso problema urbano, na medida em que, em razão da exclusão de grande parte da população do mercado imobiliário formal, a 'solução' do chamado *déficit* habitacional tem

sido a inserção marginal na cidade. Prevalece a lógica perversa, produtora da maior parte dos chamados problemas urbanos: quem está fora do mercado somente tem acesso à moradia à margem da cidade! A nossa urbanização, em consequência, é caracterizada pelo permanente e crescente descompasso entre o lento crescimento das cidades e a veloz expansão das suas margens. A urbanização expressa, assim, mais fortemente o processo de desruralização da sociedade do que a generalização da forma urbana de vida [...].

Para Moraes (2003) a cidade aparece como vilã, já que, em sua paisagem urbana, é evidente a expressiva desigualdade social e, ainda, os preocupantes dados estatísticos divulgados segundo os quais uma grande porcentagem da população de países periféricos, vive em favelas. Contudo, vale ressaltar que, em países centrais, os dados da miséria urbana apresentam indicadores de uma realidade social também problemática e uma crescente violência.

Para Chauí (2005), a pobreza incomoda tanto que muitos relacionam a criminalidade aos pobres, aos negros, aos sem-teto, aos que *não querem e que não gostam* de trabalhar, aos sem-terra. É evidente, portanto, que tal condição (des)humana reproduz pré-noções que continuam disseminadas no seio da sociedade, as quais, para muitos, são tomadas e reproduzidas como verdadeiras.

O Estado, com todo seu aparato, atribuindo sua intervenção ao restabelecimento da ordem na sociedade, por meio do poder de polícia, fixa *tolerância zero* às formas de violência e de criminalidade. Nesse sentido, demonstra incapacidade de suprir as demandas sociais, como se, pelo menos, parte da sociedade não soubesse de seu vínculo ao modelo econômico neoliberal, ditador das regras, que o submete à condição mínima para garantir as necessidades sociais: educação, saúde, emprego, moradia e segurança para a população, especialmente para os jovens, como a política do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*).

De acordo com Cardoso (1982, p. 30), o Estado, como representante do interesse da nação, torna-se contraditório ao reconhecer o valor e a capacidade da população, provando ser necessária sua participação no desenvolvimento em prol da *nação* e de *todos os brasileiros e brasileiras*, o que faz parecer, ainda, que cada um, cada uma e o todo se sintam participantes e responsáveis por aquilo de que, na realidade, não participam, sobre o qual não decidem e, tampouco, dele se beneficiam.

Assim, para Cardoso (1982, p. 30),

o desenvolvimento do capital, sob o título de desenvolvimento nacional, ideologicamente prega [o] sacrifício de determinada faixa da população, na expectativa [...] [de] concentração de riqueza ou renda, para depois repartir sob a égide da justiça social.

De acordo com Chauí (2005), com a população desempregada, sem o mínimo de seguridade social, com o sucateamento da educação, falta de moradia, muitos percebem que os ricos se tornam mais ricos, ao passo que os pobres se tornam mais pobres, sem contar os que vivem abaixo da linha da pobreza.

Os resultados desse desenvolvimento, de forma inversa ao que se divulga, distanciam, cada vez mais, pobres e ricos, sempre em favor de ricos, em detrimento da maioria, que necessita se organizar em movimentos para buscar seus direitos.

Em relação ao contrastante quadro de desigualdade das cidades que crescem com soberba modernidade, Ribeiro (2005, p. 48) propõe uma reflexão:

como podemos chamar isso de urbanização, quando o crescimento das nossas cidades se realiza, centralmente, pelo aumento do número de moradias que não atendem aos padrões mínimos de habitabilidade responsáveis pela vida em aglomerados urbanos?

Sabe-se que a distribuição desse espaço urbano depende da renda, do poder aquisitivo. Alguns moram em áreas com todos os privilégios, infraestrutura e serviços. Outros moram em locais sem as mínimas condições de sobrevivência. Vivem em meio a muita poeira/lama e, por vezes, em lugares quase inacessíveis. Existem casos de um grande número de pessoas que se deslocam diariamente quilômetros de distância, utilizando transporte de péssima qualidade.

Mesmo diante dessa conjuntura social, o Estado, segundo Maricato (2001), não faz projeções para o espaço urbano aleatoriamente. Evidentemente, os interesses envolvidos no parcelamento e no zoneamento do solo são os mais diversos, o que resulta em situação constante de conflitos. Se o Estado planeja a cidade, dotando-a de infraestrutura e regulando o uso do solo, os limites desse planejamento são, sobretudo, políticos, já que se trata de planejar para alguém, não se trata de planejar para o todo.

Para Moraes (2003), do ponto de vista regional, toda a *riqueza* encontra-se concentrada, o que significa que somente algumas das regiões e das suas elites foram e ainda são os privilegiados nesse processo que carece, com urgência, de um (re)planejamento da urbanização do espaço conscientemente humanizado. Portanto,

cabe a indagação: como pensar em desenvolvimento regional promovido pelo Estado, cujas características econômicas denota privilégios às grandes propriedades e ao mercado externo?

Em uma perspectiva de ação menos vertical e mais horizontal, o Estado precisa assumir o seu papel no reordenamento do território, porém com um novo paradigma pautado na participação democrática. Com base em reflexões e discussões com os sujeitos envolvidos nas demandas, julga-se necessária a busca de soluções viáveis com toda a sociedade para as questões socioespaciais. O Estado, no seu papel de gerenciador dos recursos advindos da população – o qual deveria se constituir como promotor de cidadania – mostra-se ineficiente no atendimento às demandas sociais, sobretudo quanto aos direitos fundamentais proclamados na Constituição Federal de 1988, pois influenciado pela política econômica globalizada, preconizadora do consumo, segundo a qual a habitação se torna mercadoria geradora de lucros exorbitantes para alguns grupos.

Moraes (2003) enfatiza a necessidade de diferenciar o que se torna apropriação para fins acumulativos ou especulativos, e a que se apresenta na realidade local, conforme sua função social, como princípio constitucional, em razão do direito social à moradia, que se contrapõe ao anseio exacerbado pelo lucro.

De acordo com Santos (2008, p. 120),

as diferentes formas de desapropriação do espaço urbano, respondendo – no caso da população mais pobre – às suas necessidades imediatas de sobrevivência são, na perspectiva do capital, respostas às necessidades de reprodução da força de trabalho.

Assim, grande parcela da sociedade busca encontrar seus próprios meios para a aquisição da moradia, uma necessidade de inserção no espaço da cidade, ou ainda, de identificar-se como cidadão em seu local e endereço de domicílio, na cidade em que vive (MORAES, 2003). Aliás, como é apontado por Santos (2008, p. 120), “quem consegue pagar pela moradia em áreas mais periféricas terá de se organizar e lutar para conseguir infraestrutura e serviços. Normalmente trata-se de quem foi morar em loteamentos populares desprovidos de tudo”.

Parece evidente, segundo Moraes (2003), que a situação fática da questão da propriedade em seu sentido individualista continua forte no contexto neoliberal, *promovida* por uma ordem econômica que privilegia a propriedade em seu sentido especulativo e de acumulação do lucro. Não há interesse em torná-la comunitária,

como direito social inscrito na Constituição Federal (Brasil, 1988), reconhecida como Carta cidadã. Cabe ressaltar que, nesse contexto, a moradia deveria se constituir em elemento de base, visto que sua relação é ligada diretamente à necessidade natural de abrigo e lugar de descanso, bem como de base física para todas as necessidades materiais, incluindo a de reproduzir a força de trabalho. Entretanto, constata-se na realidade o surgimento de loteamentos irregulares como consequência direta da apropriação do espaço imobiliário, para atender a interesses econômicos de pequenos grupos.

Para Ianni (2004), o contexto neoliberal que impera na sociedade brasileira está interligado a todos os acontecimentos, às correlações de forças, não devendo, portanto, ser considerado pano de fundo. Ao contrário, deve sim, ser o conteúdo, a base das discussões, das reflexões e das deliberações,

No entanto, percebe-se que há pouco diálogo entre Estado e sociedade. O fato é que o Estado busca imprimir a submissão aos interlocutores de suas próprias concepções, as quais se refletem negativamente e ainda são reproduzidas no cotidiano da sociedade.

O mecanismo dessas relações é o da concentração de rendas, pois o Brasil, conforme Ivanete Boschetti, está entre os doze países produtores social de riquezas, porém, com arrecadação regressiva e a redistribuição de renda, não suficiente para minimizar as questões vivenciadas pelas classes mais vulneráveis.<sup>3</sup>

Dessa forma, o contexto político-econômico brasileiro, ao longo do processo histórico do país, vem provocando o agravamento das questões sociais nas mais diversas modalidades, (re)produzindo violências<sup>4</sup> e sofrimentos.

De acordo com Souza (2004, p. 3), “a ausência de moradia é uma das contradições sociais engendradas no bojo do modo de produção capitalista”. A demanda por moradia no espaço urbano brasileiro tornou-se acirrada a partir dos anos 1940 e, atualmente, constitui “um dos aspectos da luta organizada pelos movimentos populares urbanos.” Assim, pode-se dizer que, na sua dinâmica social, repleta de contradições, os acontecimentos e as questões sociais nas cidades têm demandado para os militantes de movimentos sociais urbanos, desafios gigantescos, com o objetivo de contribuir para a construção de uma nova realidade,

---

<sup>3</sup> Extraído da Conferência proferida na Semana do Assistente Social em 13 de maio de 2008 no auditório da área IV, da PUC-Goiás.

<sup>4</sup> Neste trabalho, entende-se por violências (no plural), já que se reproduz tanto a violência física, quanto a moral e a psicológica.

com o objetivo de contribuir para minimizar as desigualdades sociais e outras que se escondem sob as diversidades, tema que será melhor refletido no terceiro capítulo.

### 1.3 A urbanização da cidade de Goiânia

Com a abordagem da urbanização no contexto histórico do século XX, o início da ocupação de Goiânia teve seu marco com a mudança da capital do estado, da cidade de Goiás para Goiânia, quando o capitalismo superava uma de suas crises cíclicas: a Grande Depressão<sup>5</sup> de 1929-1933.

Em sua análise sobre a urbanização de Brasília, Palmas e Tocantins, Moraes (2001, p. 166) discute o “urbanismo periférico”, marcando o contraste com a paisagem, bem como “a produção urbana das cidades-capitais”, cuja construção pressupõe “a ideologia do planejamento moderno.” Em relação à Goiânia, segundo Chaul (1997, p. 21), sua construção “é apontada como um marco da ruptura do presente com o passado”, ou seja, o rompimento de um “Goiás do passado e do Goiás dos novos tempos que se anunciaram no pós-30, tornando-se palco da mesclagem campo e cidade, urbano e rural” (p. 22).

De acordo com Moysés (2004), Goiânia teve seu planejamento urbano elaborado em 1935, quando já havia a decisão de mudança da capital. Essa transferência e, com ela, a sua ocupação socioespacial inscreveu-se, segundo o autor, em um contexto em que se discutia nos centros mais dinâmicos do País, Rio de Janeiro e São Paulo, a importância dessa medida para a vida econômica do país.

Na história dessa metrópole, encontra-se uma velha prática ocorrida no início da colonização do Brasil. O interventor do estado de Goiás lançou mão de doações de terras para povoar a nova capital, o que se pode confirmar no depoimento<sup>6</sup> de um dos moradores<sup>7</sup> da posse urbana da Vila Coronel Cosme, ao relatar o início da ocupação daquela área:

---

<sup>5</sup> Hobsbawm (2002, p. 94) assinala que a crise de 1929, considerada “a Grande Depressão” provocou uma expressiva baixa no fluxo do capital internacional, registrando uma queda nos empréstimos de 90%: “O poder dos trabalhadores foi minado – o desemprego britânico depois disso não mais caiu abaixo de 10%, e os sindicatos perderam metade de seus membros nos doze anos seguintes – com a balança mais uma vez a pender para o lado dos patrões, mas a prosperidade continuou fugidia”, afirma o autor.

<sup>6</sup> As entrevistas foram realizadas nos anos de 2003 a 2005 e constam da monografia de Alailde Angélica Santos dos Passos. A organização dos moradores de uma posse urbana em Goiânia: a Vila Coronel Cosme.

<sup>7</sup> Trata-se de um dos moradores mais idosos da área.

Desde 1930 foi falado *pra* fazer a nova capital em Goiânia, por Getúlio Vargas e Pedro Ludovico Teixeira *doido pra* ver Goiânia crescer, doou a área, *pra* um Coronel chamado Cosme. Ele tinha uma cerâmica muito grande em Pires do Rio. Ele veio *pra* ajudar a construir Goiânia, com o incentivo de ganhar aqui uma extensa área, que ele deu o seu próprio nome: Vila Coronel Cosme (Manoelino<sup>8</sup>).

Segundo Chaves (1985), para analisar o processo de ocupação de Goiânia, faz-se necessário considerá-la em duas dimensões que, apesar de separadas, se articulam entre si e são construídas por atores diferentes, que, porém, de forma simultânea, compõem o seu todo. Assim, ao passo que apresenta a cidade planejada, a outra representa a *invadida*, o que mostra, de um lado, a beleza de uma cidade que nasce e cresce no coração do país e, de outro, sua face segregada, que vai sendo desenhada por aqueles trabalhadores que lutam para sobreviver em uma realidade na qual eles são os sujeitos desconhecidos da construção desse progresso.

Dessa dualidade da urbanização goianiense, pode-se dizer que os chamados *invasores*, termo utilizado por uma parcela considerável de autores e da sociedade, para discriminar aqueles que se inserem no espaço de modo dito *irregular*, no entanto, representam a face objetiva e subjetiva da negação dos direitos humanos, do não atendimento às suas necessidades para uma condição digna de vida, como garante a Constituição Brasileira (BRASIL, 1988).

Conforme Chaves (1985), esse acontecimento é corroborado, de um lado, pelo Estado capitalista "que planeja, desapropria, constrói e designa diferencialmente espaços urbanos para as diferentes classes" (p. viii), e do outro, pelos trabalhadores que foram transformados em mercadoria.

Para a autora, as ocupações que se desenvolvem com a cidade planejada são espaços nos quais se constrói uma atribuição social, e "a essa atribuição inclui uma indicação espacial e de uma identidade social para as camadas trabalhadoras que nelas passam a viver" (p. viii). Assim, o espaço das ocupações explicita o cotidiano da exclusão social expresso, tanto no aspecto objetivo quanto no subjetivo. Na dimensão material, estão presentes as suas lutas pela construção e defesa do espaço de morar, ao passo que, na dimensão social, a identidade atribuída ao trabalhador é a de *invasor*, *maloqueiro* e outros.

---

<sup>8</sup> Os nomes das pessoas entrevistadas são fictícios, com o objetivo de preservar identidades.

Estevam (2004) aponta o *descaso* do Estado em relação a questões presentes no processo da construção de Goiânia, tais como: ausência de projetos de habitação, de saúde, de educação, assistência social, dentre outros, para a população de pouca ou nenhuma renda. Ele destaca que a falta de política de habitação contribuiu, de forma decisiva, para o surgimento das ocupações tanto em áreas privadas quanto em públicas. Nessas últimas, ressaltam-se, dentre outras, a Vila Operária e a Macambira.

A princípio, segundo Moraes (2003), as ocupações na cidade de Goiânia apresentavam-se discretas e pequenas em áreas de terras e em número de famílias. Essa movimentação constituiu-se em um processo presente na vida da cidade desde o início de sua construção. Aos poucos, elas foram se multiplicando em vários locais, o que motivou reação de elites e, conseqüentemente, do governo estadual.

Essas discussões enfatizavam que a sua viabilidade somente seria garantida com a intervenção do Estado, melhor dizendo, se o Estado fosse o agente responsável por sua construção. Assim, a estruturação urbana goianiense inseriu também no contexto da Marcha para o Oeste. Aliás, conforme Moysés (2004, p. 131), Goiânia já nasceu com a marca do planejamento e como parte do “movimento nacionalista de integração da Marcha para o Oeste”.

É importante lembrar que a Marcha para o Oeste foi um começo para formulação de políticas governamentais para ocupação do interior do país, após 1930, colocado em prática pelo governo Vargas. Tratava-se ao mesmo tempo de uma política de ocupação dos vazios geográficos no interior do Brasil e um instrumento para direcionar as migrações e movimentos populacionais.

Conforme explicita um documento do governo estadual, (2004, p. 9),

nessa época aconteceram várias e importantes intervenções no Estado como a criação da Fundação Brasil Central, sediada em Caiapônia e Aragarças, o apoio para a construção de Goiânia, a extensão dos trilhos da ferrovia até Anápolis (1935) e a execução do projeto Colônia Agrícola Nacional – CANG, em Ceres (1942). Essas ações, juntamente com o começo de abertura de algumas estradas, abriram todo o Meio-Norte de Goiás à colonização moderna, atraindo, para a região, milhares de famílias vindas de todos os lugares, sobretudo de Minas Gerais e do Nordeste brasileiro. Assim, foram abertas as terras de vários municípios, que começaram a ser colonizados ao longo dos anos 1940.

Segundo Moysés (2004), a mudança da capital do estado de Goiás era uma necessidade anterior ao governo de Pedro Ludovico. No entanto, ele foi capaz de

executá-la no momento certo, já que era de seu interesse e das forças que ele representava na época. Getúlio Vargas, presidente da República naquele período, em visita a Goiânia, assim se expressou em seu discurso, em 7 de agosto de 1940:

“mostrastes a vossa ação organizadora e o vosso empenho progressista [...] como o de construir – diria melhor – improvisar, em pleno descampado, uma cidade como esta – a segunda do Brasil, edificada de acordo com um moderno plano urbanístico, atendendo, não a eventualidades políticas, mas às exigências do crescimento demográfico e econômico do Estado [...]. O Governo Nacional, no propósito de impulsionar o Brasil como um todo orgânico e equilibrado, continuará a prestar-vos amplo auxílio, principalmente no que se refere ao desenvolvimento das comunicações e transportes ferroviários, fluviais e aéreos [...]. Torna-se imperioso localizar no centro geográfico do País poderosas forças capazes de irradiar e garantir a nossa expansão futura” (IBGE *apud* Moysés, 2004, p. 132).

A análise desse discurso permite afirmar o paradoxal processo da ocupação de Goiânia, a menção ao desenvolvimento regional do Centro-Oeste no contexto socioeconômico do país em meados do século XX, em contraste com a realidade latente das questões sociais não mencionadas pelo governo.

Com efeito, pode-se perceber, claramente, que Goiânia nasceu tendo seus primeiros passos firmados no discurso da modernidade. A questão é que, sendo o progresso e o desenvolvimento nacional, de fato, necessários, não deveria ocorrer de modo excludente para milhares de brasileiros e brasileiras, sem acesso às necessidades básicas de sobrevivência: emprego, moradia, educação, saúde, etc.

Para Rodrigues (2009, p. 2),

as transformações sociais e os processos que pesaram na produção do espaço urbano de Goiânia entrelaçam-se na linha do tempo. Por um lado, constituem dinâmicas que afetam diretamente a ocupação do solo urbano, ao incrementarem as demandas por moradia. Em outro sentido, a produção do espaço está relacionada às projeções urbanísticas que através do planejamento atribuem particularidades ao desenho da cidade.

Entretanto, a questão de maior peso que envolveu o planejamento urbanístico de Goiânia esbarra-se na insidiosa proposta de legitimação da construção do espaço pelo Estado, ao privilegiar o capital especulativo das imobiliárias, conforme assinalado por Gomes (2007, p. 41):

usa-se [...] da prerrogativa de que é preciso resguardar o planejamento da capital para legitimar uma prática de segregação. Agindo dessa forma o Estado defende os ganhos do capital imobiliário na comercialização da terra urbana em Goiânia. A tentativa é garantir, desde o começo, as melhores

localizações. Essa intenção, porém, deve ser velada pelo discurso técnico da ordem onde se tenta esconder o poder de controle sobre o espaço produzido. Estrategicamente o plano é chamado para exercer, com rigor científico, seu papel na produção espacial.

Para a visualização de forma sintetizada, do processo de urbanização por meio das políticas de ordenação e controle do espaço urbano em Goiânia, Rodrigues (2009, p. 2) propõe uma divisão específica dos períodos em que se deram essas políticas, desde a fundação da cidade em 1930 até meados de 1980:

1. Implementação dos planos originais de Goiânia, que vai até o final da Década de 1940, quando prevalece a ordenação do espaço a partir da orientação dos planos originais;
2. Entre as décadas de 1950 e 1960, período em que o controle do Estado é reduzido e ocorre a explosão do mercado imobiliário;
3. Início da década de 1970 até meados da década de 1980, período que marca o retorno do planejamento. [...] Para tentarmos ser mais exato procuramos referir essas divisões cronológicas em fatos demarcadores de mudanças nos instrumentos de política urbana. Assim, a passagem da primeira fase para a segunda se dá quando da aprovação da Lei nº 176 de 1950. No momento posterior à década de sessenta a referência é a aprovação do Plano Diretor de Jorge Wilhelm através da Lei nº 4.523 de 1971. [...] No ano de 1983, [...] é aprovada a Lei nº 6.063, que estabelece o parcelamento em áreas de *urbanização específica*.

Vê-se que o planejamento de Goiânia esteve atrelado à relação Estado-capital imobiliário, independentemente da elaboração do Plano Diretor. Ao que se sabe, diante das especulações imobiliárias, a política estadual de habitação, e o planejamento seguiram a lógica capitalista, tendo como pano de fundo o desenvolvimento de uma cidade bela e moderna no coração do país. A segregação socioespacial originada dessa lógica urbanizadora criou e recria exclusão para inserção no espaço da cidade em construção. Conforme análise de Gomes (2007, p. 41),

no discurso dos “donos do poder”, retirar a população pobre do perímetro urbano da ‘novíssima’ capital seria uma atitude técnico-científica e não mera discriminação. Assim, legitima-se a segregação disfarçada de coerente planejamento e boa vontade.

Somente com a promulgação da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) e do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), um novo quadro da política urbana foi estabelecido no Brasil. Em Goiás e em Goiânia, não foi diferente e novos elementos puderam ser notados nesse cenário.

#### **1.4 A ocupação da Vila Coronel Cosme e as questões sociais vivenciadas pelos moradores**

Conforme consta em histórico do desenvolvimento do estado de Goiás, os anos de 1970, que marcaram a modernização do campo na região, registraram o início do processo de ocupação dentre outras, a da posse urbana da Vila Coronel Cosme em Goiânia que se configurou como a expressão da luta pelos direitos do homem do campo que, ao ser expulso da terra, procura na cidade um espaço para morar.

Muitos chegaram a Goiânia em busca de uma vida melhor, atraídos pelo emprego na construção civil e na indústria e se instalaram em lugares como a Vila Coronel Cosme, próximos ao local de trabalho, vivendo em condições subumanas. Na Vila Coronel Cosme, muitos obtiveram emprego na Indústria Macife Metalúrgica, porém, com a transferência da Macife para outro local, muitos trabalhadores foram demitidos, e ainda, havia parentes que chegaram ao bairro na esperança de serem admitidos no trabalho da empresa. Com baixa ou nenhuma escolaridade e sem capacitação profissional exigida para o trabalho na cidade, passaram a fazer parte do contingente de desempregados na área urbana.

Assim, essa área de posse, a exemplo de outras em Goiânia, nasceu em meio às contradições do sistema capitalista, fazendo parte do conjunto de posses urbanas dessa capital.

Localizada na região Leste, e apresentando em seu traçado urbano um desenho espontâneo, a Vila Coronel Cosme limita-se de um lado, com as margens do Rio Meia-Ponte (fig. 1), e de outro, com a Ferrovia Central Atlântica (fig. 2), área urbanizada com suas adjacências: o Parque Industrial, o Bairro Feliz e a posse urbana da Vila Negrão de Lima, totalizando, segundo Batista (2003), uma área de aproximadamente 73.800 m<sup>2</sup>. Apresenta terrenos bastante irregulares com inclinações na direção do rio, suscetível às erosões no período chuvoso, o que provoca situações de risco para um número considerável de moradores.



**Fonte:** Coriolano, Germana (2004).

**Figura 1** – Vista parcial da Vila Coronel Cosme às margens do Rio Meia-Ponte.



**Fonte:** Coriolano, Germana (2004). Foto anterior ao asfalto inaugurado em dezembro de 2007.

**Figura 2** – Linha Férrea na Vila Coronel Cosme.

De acordo com Batista (2003), os documentos arquivados no Instituto de Planejamento do Município de Goiânia (Iplam) registram que o primeiro proprietário da área, Cosme José do Nascimento, obteve o parcelamento da área, em 29 de dezembro de 1950, conforme Decreto-lei municipal nº 65/50 (processos nº 060371-0 e nº 731416-7), sancionado pelo então prefeito municipal de Goiânia, na época, Eurico Viana.

Os limites e confrontações da área começam à margem da Represa Jaó e, nessa extensão, com terrenos pertencentes à organização Jaime Câmara. Daí, a oeste, segue até a margem direita do Córrego da Onça, dividindo essas extensões com terrenos pertencentes a Elísio Campos, e dali, desce pelo mencionado Córrego da Onça, beirando terrenos pertencentes a João Batista Gonçalves, confrontando-se, nessa extensão, com terrenos do loteamento Coronel Cosme até a margem da Represa Jaó, limitando-se nessa extensão com terreno de João Gonçalves Batista. De lá, segue margeando a Represa Jaó até o ponto de partida. A área total, contida nos limites descritos, é de 386.547 m<sup>2</sup>, dos quais 77.500 m<sup>2</sup> são considerados campos e 306.047 m<sup>2</sup>, terra de cultura de segunda (baixo valor comercial)<sup>9</sup>.

De acordo com informação de moradores, a área foi ocupada em momentos diferentes, o que lhe deu as denominações de Vila Coronel Cosme I e II.

Um levantamento realizado pelos estudantes do Programa de Direitos Humanos (PDH) da atual Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás) e trabalhadores da Companhia Municipal de Habitação e Obras (Comob), em 2001, identificou na área de Vila Coronel Cosme I e II, 378 moradias com, aproximadamente, setecentas famílias, cuja maioria vive em precárias condições sanitárias e ambientais. As casas são construídas em alvenaria, com restos de materiais de construção, de madeirite e telhados predominantes de telhas de fibrocimento.

O processo de ocupação da área deu-se de forma lenta e espontânea e em etapas diferentes. A Vila Coronel Cosme I, a partir dos anos 1970, iniciou-se com quinze famílias de trabalhadores da Indústria Macife Metalúrgica.

Alguns relatos de moradores descrevem o processo de ocupação:

*Nóis era o pessoal que vieram pra cá nessa invasão, quase todo mundo era trabalhador da Macife na época, nos reunimos e combinamos que então*

---

<sup>9</sup> Descrição física da área, adaptada do Memorial descritivo e plano de loteamento da Vila Coronel Cosme (GOIÂNIA, 1950), segundo Batista (2003).

*nóis* vamos fazer nosso barraco lá na terra porque *tá* desocupada só tem uma pessoa tocando roça lá. [...] minha irmã também veio, ela ficou na parte de cima do lote ali (Calixtério).

Eu tinha 18 anos, vim pra *trabalhá* na Macife, pois naquele tempo o povo tinha medo de *trabalhá* lá. [...], quando *vim pra cá*, tudo aqui era mato, arranjei trabalho na Macife, trabalhei lá enquanto pude (Calixtério).

Os ocupantes pioneiros da localidade criaram condições para que outras famílias, ou seus parentes, também se mudassem para a localidade, para não só morarem naquela área de posse, como também trabalharem na Macife, o que pode ser comprovado pelo depoimento que se segue:

Decidi *vim* morar em Goiânia, mais ou menos em 1975, com quatro filhos, e a esposa, o filho caçula, nasceu na Vila. Os cunhados já moravam aqui. A primeira firma que trabalhei foi na Macife. Comprei na época, uma parte do direito duma pessoa que tinha cercado um pedaço do terreno, onde vivo até hoje (Antoniero).

A investigação sobre a realidade concreta, conhecida pelas observações e informações do estudo de campo desde o período de 2003/2005, e as recentes visitas à localidade para concretização desta dissertação (2007/2009), tornou mais perceptível o fenômeno social implícito na Vila Coronel Cosme. Ele é marcado pelo deslocamento de homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras do campo e, posteriormente, de suas famílias, para Goiânia, à procura de trabalho, de sobrevivência.

O fato de serem operários da Indústria Macife serviu de estímulo para que ocupassem as proximidades da fábrica, fato comprovado com as informações dos próprios moradores pioneiros da área. No entanto, segundo eles, o principal motivo decorreu da falta de condições de pagar aluguel, bem como o seguinte fator : quem tinha imóveis não os alugava para famílias com grande número de filhos, que era nesse caso também um dos motivos de alguns não conseguirem alugar moradias.

O processo de ocupação da área atualmente denominada Vila Coronel Cosme II, ocorreu a partir de 1995, com a chegada de vinte famílias resultando, mais tarde, no conflito social entre os moradores dessas duas áreas. Os moradores da área II passaram a sofrer discriminações pelos moradores da área I, sendo chamados de *sem-terra*, o que pode ser evidenciado no relato de um morador:

Nós somos discriminados pelos moradores da Vila Coronel Cosme I, e chamados de os sem-terra, sendo que os outros também estão na mesma situação que nós e ainda discrimina os outros<sup>10</sup>.

Essa afirmação comprovada pelos relatos desse e de outros moradores, até mesmo das crianças, reflete um comportamento segregador no interior da própria população e permite dizer que, irônica e paradoxalmente, os conflitos sociais, também se processam no interior dos estratos mais inferiores da sociedade como reflexo de ver uma crueldade reproduzida. Sistemáticamente, percebe-se que a segregação é reproduzida, também, no âmbito das relações sociais dos moradores das duas áreas. Sobre o caráter discriminador existente entre as duas vilas, percebe-se que há uma disputa de direitos entre os próprios posseiros, pois os moradores da Vila Coronel Cosme I alegam terem maiores direitos à posse por serem mais antigos, sustentando em seus argumentos o fato de a Vila Coronel Cosme II ser uma ocupação mais recente.

Esse conflito ocorre também em face do padrão de construção das habitações das duas Vilas a Coronel Cosme I e a II. As moradias têm padrão considerado de nível médio, algumas são mais estruturadas e também há muitas construções precárias. Na Vila Coronel Cosme I, a predominância é de construções de melhor qualidade, o que possibilita dizer que esse fato está relacionado às etapas de ocupação da área. Em outras palavras, a primeira vila foi se estruturando ao longo de mais de três décadas.

Pode-se perceber que alguns moradores produzem e reproduzem a mesma discriminação existente entre proprietários e posseiros no espaço da cidade. Alguns pioneiros da ocupação consideram-se proprietários, ao passo que os ocupantes posteriores são estereotipados por alguns como *os sem-terra*. Na realidade, toda essa população habita área considerada de preservação ambiental, às margens do Rio Meia-Ponte.

No que tange ao saneamento, a localidade apresenta, em algumas partes, condições insalubres, inexistindo rede de água e de esgotamento sanitário. Em algumas moradias, existem fossas sépticas, porém, construídas muito próximas das cisternas. Nas que têm canalização de esgoto os dejetos escoam *in natura* no Rio Meia-Ponte. Em relação ao sistema de água e energia, em algumas casas, a ligação é feita de forma *clandestina*. Nas ruas, o serviço de iluminação pública é insuficiente

---

<sup>10</sup> Acervo da pesquisadora 2003/2005.

para oferecer segurança necessária aos moradores, e a coleta de lixo é feita de forma precária: o seu armazenamento em contêineres encontra-se fora do espaço físico da área em que vivem os moradores, os quais transportam os resíduos para esses recipientes, que são recolhidos pela prefeitura.

Com a precariedade do saneamento e de outros serviços necessários, conforme observação na área, é possível mencionar a Vila Coronel Cosme como lugar cuja vida se expressa em condições subumanas. Apesar dessa perversa realidade, autoridades políticas utilizam-se desses fatores em período eleitoral, o que evidencia a exploração da massa, pautada nas promessas de campanhas, quase sempre, não cumpridas.

Outra questão que torna eminente o conflito entre a Vila Coronel Cosme I e a II, conforme relatos de moradores e ainda não contornado, é a existência de uma possível disputa de espaço na área. Os lotes localizados entre a ferrovia<sup>11</sup> e o Rio Meia-Ponte, tanto em um local quanto em outro, estão sob *judice*, por não obedecerem ao distanciamento de quinze metros da ferrovia e cem metros do rio, o que significa que a área não comporta todas as famílias que ali estão assentadas.

Os moradores desse espaço dividem-se, também, pela ideologia religiosa, ou seja, na posse da Vila Coronel Cosme I existe um templo da Igreja Católica e um da *Assembléia de Deus e na Vila Coronel Cosme II, há dois templos de igrejas adeptas do movimento teológico neopentecostal.*

O tráfico e o consumo de drogas constituem outro divisor de água entre moradores, pois, para alguns moradores da área I, a Vila Coronel Cosme II é reduto dessa prática de comércio ilícito, motivo de constantes práticas de violências físicas, quer por alguns moradores entre si, quer por policiais que ali transitam em viaturas da Ronda Ostensiva Tática Metropolitana (Rotam) ou mesmo à paisana. Com a finalidade de atualizar tais informações, registra-se a veiculação de manchetes sobre violência ocorrida na Vila Coronel Cosme, também, apontada como área perigosa e sob vigilância constante da polícia<sup>12</sup> (Jornal Opção On line, 2009).

Os relatos a respeito de agressões policiais contra os *marginais* dessa vila evidenciam as violações aos direitos humanos<sup>13</sup> e prosseguem, em ritmo acelerado,

---

<sup>11</sup> Nessa via, será construída a linha Leste-Oeste.

<sup>12</sup> Diário da Manhã de 29 de dezembro de 2008.

<sup>13</sup> Por direitos humanos, neste trabalho, entende-se o direito de ir e vir, o direito ao trabalho, à saúde, à educação, à moradia, ao lazer, à autossustentação, enfim, o direito humano a uma vida digna.

incompatíveis com os princípios que qualificam a cidadania, já que não leva em consideração a realidade social vivenciada no cotidiano pelos moradores.

Diante do agravamento das expressões da questão social, o Estado, em suas estratégias de ação na busca de solução para os problemas, utiliza-se da repressão policial, como única solução para tal, e argumenta agir, alegando a segurança da sociedade, valendo-se de prática da violência física. Todavia, essa prática *considerada legal* poderia ser substituída por políticas públicas efetivas para mudar os rumos para outra realidade, o que permite uma reflexão acerca do papel do Estado como protetor e garantidor dos direitos da pessoa humana, conforme inscrito na Carta Cidadã (Brasil, 1988): se ele o cumpre, de modo a beneficiar a sociedade ou se prioriza interesses particulares.

Entende-se que a relação do Estado com a sociedade indica a prevalência de um paradigma social neoliberal implantado no Brasil, a partir da década de 1990, cujo discurso traz como exigência a minimização do Estado, que, por sua vez, passa a servir ainda mais ao capital.

A respeito dessa influência neoliberal nas políticas estatais, Santos (2008, p. 52), pondera que o Estado

atua no sentido de garantir a existência de mercado para novos produtos. Assim, gradualmente desaparecem os limites entre o público e o privado. O Estado passa a ser financiador, consumidor, sócio, podendo, portanto, intervir cada vez mais, mesmo que seja na defesa de interesses localizado.

Assim, no campo social, as políticas públicas são deixadas a cargo da sociedade que se organiza na tentativa de solucionar os problemas. Na Vila Coronel Cosme, até então, não se registra intervenção estatal com o objetivo de assegurar direitos de cidadania a muitos da população que ali reside há mais de quarenta anos.

Em relação ao serviço de saúde, educação, os moradores buscam atendimento na rede pública localizada em áreas adjacentes<sup>14</sup>. O transporte urbano funciona por meio de duas linhas de ônibus: Bairro Feliz destino Terminal Praça da Bíblia, que integra a outras linhas; Bairro Feliz destino Centro, passando pela Vila

---

<sup>14</sup> Os serviços de saúde são realizados na Vila Negrão de Lima, Vila Nova, Vila Moraes e outros setores vizinhos. Educação: O atendimento é feito em escolas municipais do Bairro Feliz, Vila Nova, Vila Negrão de Lima. um Centro Municipal de Educação Infantil (Cemei) conveniado com a prefeitura, localizado na área urbanizada da Vila Coronel Cosme e, outro, vinculado ao governo estadual, situado no Bairro Feliz.

Coronel Cosme, Vila Nova e Setor Universitário.

Ao procurar apropriar-se de alguns bens e serviços da região, os moradores da vila incluem-se na vida da cidade, mas, ao mesmo tempo são excluídos da cidade planejada, e as exclusões ampliam-se para outros serviços, como as redes de esgoto e de água. Assim, a ocupação da Vila Coronel Cosme insere-se na dimensão da construção da cidade não planejada. Segundo Moysés (2004), os que migram constroem a cidade, porém, não lhes é permitido o mínimo à sua sobrevivência.

Diante do descaso com a sua realidade social pelo poder público, os posseiros da Vila Coronel Cosme passaram a contar com o apoio de líderes da Igreja Católica, que se fizeram presentes desde o início da ocupação daquela área, como explicitado no relato de moradores a seguir:

Morava num barracão que era da minha mãe e da minha irmã na Vila Cel Cosme I, há dez anos vim para a Cosme II. Tudo era mato e lixo, o povo começou a limpar e invadir, não tinha *lugar meu* de morar, nem condições de comprar, então eu vim *pra cá*. Aqui começou tudo com barraca de lona, de plástico, de papelão, de todo jeito, e a Igreja católica construiu dois cômodos *pra mim morar*. Até hoje, eu não tive condições de terminar o barraco, a instalação elétrica é tudo pelas *metade*, é *tudo* bagunçado. Quando chove, eu passo da *banda torta* [dificuldade] aqui em casa. Não tem água encanada, nem bomba, a água que tem é puxada com corda da cisterna, que nem acabei de fazer. *Num tenho* salário, nem aposentadoria. Vou vivendo da ajuda do povo e de Deus [...]. (Marieta).

Era uma vida muito difícil *das* pessoas que *chegava* aqui na Vila. Muito necessitada! A igreja começou as atividades em minha casa com a catequese. As missas, os terços e as novenas eram feitas nas casas das pessoas até comprar o espaço e construir a igreja. Foi em 1991. O padre Gregório Batista, naquele tempo ajudava demais as pessoas que precisava, levava para o hospital, arranjava dinheiro, comida, remédio, roupa, materiais, tudo, leite era em grande quantidade, qualquer coisa era só chamar o padre e ele resolvia tudo. O padre dizia que a situação de pobreza das pessoas era tanta que ele nem conseguia dormir direito. (Morganeza).

Com base nesses relatos, sobretudo no último, pode-se perceber a importância da participação de membros da Igreja Católica na vida desses posseiros, por ocasião da migração para essa área. A concretização do Centro Comunitário, implementado como espaço para as atividades sociais, tornou-se importante também para a assistência social. Assim, a Igreja Católica, no contexto em que firmou sua *opção preferencial pelos pobres* assumiu papel de interventora nas questões sociais, vinculado à sua proposta de evangelização cristã, e de apoio,

também, na construção da sede da Associação de Moradores. O depoimento de um dos moradores demonstra essa participação:

Eu participava direto das reuniões. Antes não tinha associação, achamos por bem construir a associação *pra* organização. Tudo foi doado, a Igreja da Vila Nova doou os materiais e os moradores faziam mutirão nos finais de semana. Quarenta, a cinquenta pessoas participavam das reuniões. (Quitério).

Ressalte-se que a Associação de Moradores da Vila Coronel Cosme, antes de ter sua sede construída, já funcionava no Centro Comunitário da Igreja, conforme afirma ainda esse morador:

aqui no Centro Comunitário, vinha o Presidente da Associação de Moradores da Vila Nova Esperança nas nossas reuniões com os moradores de lá, e também daqui a gente tudo ia lá. (Quitério)

Contudo, é importante frisar que o prédio do Centro Comunitário permaneceu ocupado como residência para uma das famílias da área, razão pela qual o espaço perdeu a função para o qual fora planejado, visto que, na fachada do prédio, havia a inscrição *Centro Comunitário*. A sede da associação funcionou como moradia para essa família até meados de 2004, quando os moradores decidiram se mudar. O prédio foi devolvido à comunidade em condições precárias, e ele voltou a ser utilizado como espaço para importantes tomadas de decisões conjuntas.

Assim, com base na observação sobre a realidade dos moradores da posse da Vila Coronel Cosme, verifica-se a importância, de refletir sobre as questões humanas relativas ao espaço buscado por eles. É preciso, pois, entender essa condição humana como suscetível também ao direito, independentemente de privilégios. Antes, um olhar consciente sobre a realidade dessas pessoas possibilita propor uma tentativa de resgate da dignidade, seus valores humanos, inserindo-os como sujeitos de direitos, contribuindo para a possibilidade da construção de uma sociedade mais justa.

Ressalte-se, ainda, que os habitantes da Vila Coronel Cosme como outras, cuja realidade é similar, é ainda, denominada por alguns autores e ainda por grande parcela da sociedade como *invasores*, mas, na verdade, eles são vítimas de uma cruel realidade que os motiva a protestar. Caso se penetre nessa realidade, com um olhar mais humanamente sensível, eles podem ser percebidos simplesmente como seres humanos que lutam pela sua sobrevivência.

## **CAPÍTULO II**

### **O ESTADO, A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA**

Ao estudar temas que envolvem questões como a produção do espaço urbano e a função social da terra, percebe-se que sempre houve muitas divergências, pois alguns autores defendem a justiça social, e outros, não, como se nunca tivesse existido essa questão no Brasil. São problemas que tem suas raízes no período de colonização no Brasil, quando as terras foram mal distribuídas. Em Goiânia, Moraes (2003) afirma que o problema de terras e de habitação existe desde a construção da cidade.

Ocorrem tantos avanços na tecnologia, que se torna difícil acreditar que tanto nas pequenas, médias, como nas grandes, cidades do país não se conseguem equacionar problemas de uma parcela da sociedade, que não conta com moradia decente, condições de ir e vir, dentre outras demandas básicas para a vida humana.

Segundo Moraes (2003), tanto nas cidades latino-americanas como nas cidades brasileiras, o processo de urbanização apresenta uma realidade social de desiguais, já que o arranjo espacial quase sempre não considera as particularidades existentes. Prevalece a lógica de orientar a produção do espaço urbano, que se relaciona com as características de ser, ao mesmo tempo, produto e condição de produção social.

Os detentores de capital, o Estado, as incorporadoras imobiliárias e os segmentos sociais definem o arranjo e rearranjo nas cidades onde administram interesses em conflitos os mais diversos e, de acordo com a correlação de forças, instalam-se áreas residenciais segregadas, nas periferias da cidade, sem infraestrutura básica para sobrevivência da vida humana.

## 2.1 A função social da propriedade e o direito à posse da terra urbana

A terra, segundo Marx (1988, p. 143), “como fonte original de víveres e meios já prontos de subsistência para o homem, é encontrada sem contribuição dele, como objeto geral do trabalho humano”, com uma função social.

De acordo com Santos (2008, p. 74),

a função social da propriedade urbana é dada pela destinação social, relacionada à garantia de que todos tenham acesso à moradia digna, evitando-se a concentração abusiva da propriedade da terra e impedindo que imóveis fiquem vazios ou abandonados.

Desde a Constituição Federal do Brasil de 1934, a necessidade de a propriedade cumprir uma função social sempre foi princípio constitucional. Contudo, a omissão do poder público em fazer valer essa norma, os proprietários privados que negligenciam o princípio em relação à questão de terras, contribuíram, segundo indicadores mundiais, para que o país se posicionasse entre as nações com maior concentração de terras (SANTOS, 2008).

Em decorrência, intensas e incessantes lutas, até sangrentas e com muitas mortes, marcaram as páginas da história do Brasil, tendo de um lado, o interesse capitalista da propriedade como utilidade lucrativa e, de outro, a democratização do acesso à terra para moradia ou para o cultivo.

No Brasil, atualmente, existe um contingente enorme de famílias de trabalhadores rurais sem terra, ao passo que, na cidade, um gigantesco *déficit* habitacional urbano demanda políticas justas para essas questões sociais da realidade brasileira. Aliás, em suas raízes históricas, a construção da sociedade brasileira foi notadamente marcada pela exclusão. No período escravocrático, os relatos denunciam contendas nas quais ocorreram a morte de inúmeros trabalhadores.

É importante relatar que a historiografia registra movimentos de ocupação como os messiânicos, os espontâneos e os organizados, dos quais podem ser destacados o movimento de Canudos (1889), o Contestado (1911) e o das Ligas Camponesas (1950) dentre outros mais recentes que têm lutado pela reforma agrária e urbana, mas que ainda não alcançaram as políticas justas definitivas na

promoção da justiça social, ou seja, na promoção de dignidade à população, sobretudo aos que se encontra em plena miséria (SANTOS, 2008).

Para Sousa (1999), a terra, desde a colonização do Brasil pelos portugueses, constituiu-se em uma mercadoria, e eles fizeram a sua apropriação com o objetivo de auferir lucros. Com a expansão do sistema capitalista, a terra foi expropriada dos trabalhadores nas suas mais diversas modalidades, desdobrando-se em variadas dimensões da questão social, tais como a degradação do meio ambiente, a concentração de sua propriedade nas mãos de poucos, provocando a fome e a miséria para a maioria da população, quer no campo, quer na cidade.

O problema da terra, mesmo no espaço urbano, está inserido no desenvolvimento do país como uma das principais questões a serem enfrentadas no século XXI, quando seres humanos e natureza ainda são agredidos por ações e métodos destrutivos, derivados de um sistema econômico, cuja finalidade é o lucro máximo.

A terra, como fonte de riqueza e sustento de toda a sociedade, é propriedade privada de poucos (os latifundiários) que, detendo grande extensão de terras, deixam a maior parte improdutiva. De acordo com a reflexão de Marx (1984, p. 262),

o monopólio da propriedade fundiária é um pressuposto histórico e continua, sendo o fundamento permanente dos modos de produção anteriores que se baseiam, de uma maneira ou de outra, na exploração das massas (apud SOUSA, 1999, p. 591).

Desde a promulgação da Constituição, em 1988 (BRASIL, 1988) ficou estabelecido que as terras que não objetivassem o cumprimento de sua função social deveriam ser desapropriadas para fins de reforma agrária ou reforma urbana.

No que tange à propriedade urbana, o artigo 182, § 2º da CF de 1988 e o artigo 39 do Estatuto da Cidade (BRASIL, 1988) estabelecem que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando as necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas.

De acordo com Santos (2008, p. 58),

por ser eficiente em relação a seus objetivos sociais, uma política urbana deve alterar os mecanismos da dinâmica especulativa responsável pela

*escassez social da terra* urbanizada. Com a produção elitizada, o capital imobiliário produz e vende a escassez, isto é, a oferta de imóveis deve ser inferior à demanda, o que provoca a elevação dos preços. Essa política de escassez social da terra produzida pela lógica fundiária relaciona-se à venda da diferenciação material e simbólica do espaço urbano (vendem-se idéias: lugares aprazíveis, bucólicos, seguros) baseadas na existência de uma profunda desigualdade social [...].

Nesse sentido, a questão de divisão das terras rural ou urbana assume fundamental importância para aqueles que compreendem a forma como o processo histórico se configura ao longo do tempo. Em face da organização de lutas, passando, muitas vezes, por martírios, buscam estratégias com o objetivo de traçarem alternativas para essa questão.

Contudo, o persistente desafio e a dificuldade em solucionar o problema vêm provocando a violência tanto no campo quanto na cidade, ceifando vidas de trabalhadores que anseiam pelo direito de viver com dignidade. A população excluída, marginalizada, aumenta o contingente de desempregados quando passam a ocupar, com ou sem direito, áreas nas grandes cidades, vivendo em condições subumanas.

A ocupação, como uma categoria histórica, dependendo da região, recebe a denominação de *invasão*, a qual, como uma categoria sociológica, é considerada de maneira pejorativa para denominar o local em que moram os *marginais*. Na concepção de Moysés (2004, p. 233), as invasões “nascem com a cidade, têm o mesmo significado das malocas, dos cortiços dos grandes centros urbanos, ou seja, são espaços onde se agregam aqueles que estão à margem da sociedade”. Para Santos (2008, p. 58), “a segregação socioespacial é, assim, gerada pela disputa por espaços na cidade. Aqueles onde as condições urbanas de vida são consideradas melhores serão os mais caros.”

O fato é que a precária condição de vida da população obriga milhares de pessoas a buscarem na posse de terrenos ociosos e *irregulares*<sup>15</sup>, localizados na cidade, direitos constitucionais fundamentais inerentes à pessoa humana: moradia e sobrevivência. A população excluída ainda sofre ferrenhas críticas de outros grupos que exigem ação do poder público com a alegação de que os posseiros são usurpadores, pois ocupam terrenos ilegais de propriedade pública e/ou particular.

---

<sup>15</sup> Dizem-se ociosos aqueles terrenos que ainda não estão sendo utilizados para qualquer fim e, os irregulares os que não estão legalmente documentados.

Todavia, ao que se sabe, a irregularidade não é privilégio só dos pobres, já que se podem identificar bairros formais, na cidade de Goiânia, estruturados ilegalmente.

Na sociedade capitalista, em que tudo é visto como mercadoria, a terra que sempre foi motivo de contendas, em razão da especulação de seu valor, perdeu a sua função social para circular como mercadoria, e a sua apropriação deve obedecer a essa lógica, ou seja, a exigência das normas do contrato formal para um processo de transferência. A construção do processo histórico mostra a insidiosa expropriação dos trabalhadores na questão da terra.

Expropriada da terra, do direito ao trabalho e de morar, a massa de excluídos na zona urbana despertou a consciência para uma nova percepção de sua realidade na busca pela moradia: de invasores passaram a se autodenominar posseiros urbanos ou rurais (CHAVES, 1985).

Em relação à análise do processo de urbanização de Goiânia, exige-se o percurso de um longo caminho para compreensão do movimento no qual o território goiano foi sendo apropriado. Ao mesmo tempo, o espaço rural foi sendo esvaziado pelo deslocamento do homem para a cidade, sob o pretexto da modernização do campo e centralização do poder de terras, estratégia capitalista para apropriação e garantia do lucro.

Assim, segundo Loureiro (1988), o processo de expansão do capital ocorre na articulação entre campo e cidade; a lei do capital é geral e todos os setores são articulados. Ao desenvolver a indústria, criam-se as condições para o surgimento de outras necessidades. Dessa forma, transferir novas tecnologias significa também outras necessidades, formação de novos hábitos de produzir e de consumir. A acumulação do capital no campo subordina-se à acumulação industrial e se processa pela transferência de tecnologias, maquinários e insumos agrícolas. Por outro lado, conforme a autora, a história “é construída a cada dia pelas ações conjunturais dos homens [...]”, no jogo de força das relações de classes (LOUREIRO, 1988, p. 26).

## **2.2 A busca pela democratização da terra no espaço urbano**

De acordo com Moraes (2003), no âmbito do espaço urbano, o direito de usufruir desse espaço – em especial aqueles e aquelas que o constroem com a sua força física, mental e espiritual – é um desafio constante que se reflete na busca e

na aquisição da moradia como identidade da pessoa humana, como seu espaço próprio, seu refúgio, seu repouso, seu modo de buscar a sobrevivência e de se tornarem cidadãos e cidadãs.

O direito ao espaço urbano constitui direito humano e a todos é facultada a contribuição para o progresso do campo econômico, social, cultural e político. Porém, nem todos participam igualmente desse desenvolvimento, como a massa de excluídos que se formou na cidade em decorrência do extenso processo migratório e, sobretudo, do pouco investimento do Estado em políticas públicas que acolhessem essa população.

Para Moraes (2003), a população urbana já supera a população rural como *fenômeno natural*, acelerado pelo êxodo rural, pela globalização, dentre outros fatores. Nesse contexto, a busca pelo espaço de morar, como luta pela sobrevivência, dá-se, notadamente, na cidade, no âmbito local em que assume importância o direito social à moradia como fundamento da cidadania.

Ocorrem os conflitos, de um lado a população excluída é impedida de usufruir da construção social, e, de outro, há aqueles a quem o espaço urbano é destinado: os que têm condições de *pagar* por ele. O Estado deveria desempenhar, no mínimo, o papel de mediador, já que é incapaz de prevenir o conflito.

Em relação a essa problemática, Moraes (2003) aponta outra realidade: a questão das melhores localizações de terras na área urbana que são abarcadas pelas imobiliárias. Na opinião da autora, acentua-se ainda mais o impulso à desigualdade social, quando o Estado, em suas formas de garantir a continuidade do sistema capitalista – gerador das questões sociais – implanta assentamentos para a população nas periferias, bem longe da cidade e de sua estrutura. Por vezes, ainda impulsiona ocupações denominadas *irregulares* feitas pela população que busca sobrevivência nos *vazios*<sup>16</sup> da cidade, porém, sem as condições para uma vida digna.

Pode-se vislumbrar, na dinâmica do espaço urbano, atualmente, um desenvolvimento sem conformidade com a realidade social das cidades, pois há tentativa de rearranjar o espaço mutilado por um sistema econômico, engendrado

---

<sup>16</sup> Espaço intermediário entre o núcleo urbano e a periferia, impulsionado pelos interesses de imobiliárias que o utilizam como estratégia de valorização comercial para construção de projetos residenciais.

propositalmente para beneficiar o interesse da minoria usurpadora dos bens produzidos pela massa espoliada.

Assim, segundo Paula e Cavalcanti, (2007, p. 13),

a definição desse arranjo e rearranjo na cidade capitalista fica a cargo dos agentes da produção do espaço: os detentores de capital, o Estado, as incorporadoras imobiliárias, os segmentos sociais. A ação desses diferentes agentes, administrando diversos interesses em conflito e de acordo com a correlação de forças conjunturais, promove a expansão horizontal da malha, instala áreas residenciais na zona periférica da cidade, criando um conjunto urbano pobre e desamparado, deixado vazios (desocupados ou em “estado” de urbanização precária e rarefeita) à espera de valorização.

Percebe-se, dessa forma, que o Estado-mínimo, ao não proporcionar direitos, vem, ao longo do tempo, demonstrando incapacidade em atender às demandas sociais, de forma ágil e com a mobilidade como são criadas. Aliás, submete-se às pressões do sistema, como no caso das empresas imobiliárias. Suas estratégias de expansão excluem ainda mais a população empobrecida, apontando o jogo de poder típico da hegemonia capitalista que vê as cidades modernas como mercadoria para especulação, em virtude do acirrado interesse financeiro.

A globalização, expressão dessa realidade, caracteriza-se por uma visão que denota o individualismo e o mercantilismo na sociedade humana, sem preocupações com as enormes desigualdades econômicas e sociais existentes, e o que é pior, *contribuindo* para o agravamento dessas questões. As correlações de forças na economia, na política, no social e no cultural, que controlam também os grandes meios de comunicação, conseguiram divulgar a utilização dos termos globalização como paradigma da sociedade do futuro, o que permite dizer que os problemas também são globalizados (MARICATO, 2001).

O modelo dessas forças impõe, em grande parte, no espaço urbano, uma mundialização do mercado capitalista, paralelo aos valores e interesses do neoliberalismo. Nesse sentido, as críticas feitas a esse modelo estão centradas, sobretudo, na marginalização humana, social e cultural, com predomínio dos setores mundiais econômico, financeiro e comercial.

De acordo com Maricato (2001), nesse panorama, o direito ao espaço urbano é de difícil aceitação pelas elites que dominam o espaço, que utilizam esquemas e conceitos tradicionais marcados por caráter individualista, patrimonialista e burguês.

Conforme a autora, o direito ao desenvolvimento possui tanto uma dimensão

tanto individual quanto coletiva. Ela coloca em dúvida a suposta incompatibilidade entre ambas as dimensões. Efetivamente, trata-se de um direito reivindicável pelos indivíduos mais pobres e oprimidos diante dos ricos.

É importante levar em consideração, além do direito ao espaço na cidade, o atendimento às necessidades humanas básicas, como alimentação, água potável, moradia, saúde e educação, já que a satisfação dessas necessidades é condição imprescindível para que todo indivíduo possa exercer e usufruir de direitos humanos e de suas liberdades fundamentais.

Nesse sentido, moradia adequada significa “ter privacidade adequada, espaço adequado, proteção adequada, luz e ventilação adequadas, infra-estrutura básica adequada e localização adequada com relação ao trabalho e a instalações básicas – tudo a um custo razoável” (CARTILHA PIDESCH, 2008).

Para Santos (2008, p. 59),

a falta de investimentos sociais e a não implementação de políticas públicas conforme as necessidades sociais e em áreas essenciais, como saúde, saneamento, educação, habitação e transportes públicos abrem possibilidades de novas frentes de luta, como aquelas pelo direito ao espaço urbano.

Assim, a forma de todo indivíduo buscar na cidade as condições de poder desenvolver suas potencialidades consiste no alcance do bem-estar humano, em tornar real a dignidade e a liberdade de ir, vir, de participação para todos e todas, sem discriminação de qualquer espécie.

Nesse sentido, o direito humano ao espaço nas cidades, engloba o conjunto de outros direitos, o que poderia torná-lo um manifesto universal. Porém, para que ocorra, é necessário que a sociedade, sobretudo aquela excluída, possa se organizar constantemente para reflexão e discussão de estratégias de ação, buscando contribuir para mudança dessa realidade.

A todo o complexo que envolve a direção da força social da confrontação política das lutas, Gramsci (1988) denomina hegemonia, a qual é exercida e consumada pela dominação com violência, repressão e direção política do Estado, ou seja, a república parlamentar que a mídia insiste em chamar de democracia.

Portanto, é salutar o avanço das lutas para desenvolver o bom senso e a consciência crítica da realidade e, dessa forma, pode-se contribuir para que a sociedade possa buscar corretamente as informações sobre o que ocorre na

realidade o que significa ver além das aparências para que se possam agregar novos valores à cultura, o que demandado do Estado investimentos em políticas públicas de saúde e de educação com qualidade para todos e todas. Utopia ou não, a motivação é essa!

### **2.3 O Estado e a produção do espaço urbano**

Conforme Faleiros (1987), todo estudo que busca compreender a consolidação do espaço urbano e a gestão de políticas públicas, necessita considerar o todo, ou seja, o mundo capitalista em seu conjunto. Trata-se de perceber que a *incapacidade e/ou* resistência do Estado em buscar soluções para os diversos problemas infligidos à grande parcela da população em estado de pobreza, que vive às margens da sociedade, tem a ver com a forma pela qual o país foi inserido no mercado econômico mundial e demonstra o condicionamento das relações entre a política e a economia, o Estado e a sociedade.

É necessário ter consciência de que as carências da população pobre são impostas e inventadas e de que o pobre não pode prescindir da oportunidade de prover por ele mesmo suas necessidades, sua dignidade e sua liberdade (FALEIROS, 1987). Poder intervir nesse processo, minimizando progressivamente seus efeitos, na perspectiva de superação, constitui um desafio para aqueles e aquelas que pensam em construir políticas públicas. No entanto, o tratamento dado às políticas públicas de habitação por gestores de visão neoliberal foi quase sempre o de discutir meios, sem questionar os fins, e ainda, o de transformar os problemas políticos em simples problemas técnicos.

O Estado não só se afirma para fortalecer a acumulação capitalista, como também intervém de acordo com as correlações de forças sociais, *promovendo* o desenvolvimento e/ou o retraimento das políticas, segundo a conjuntura política. Assim o Estado e suas políticas tiveram seu percurso conforme uma lógica formal e abstrata, mas situada nos marcos da história estrutural (FALEIROS, 1987).

Nesse contexto, o princípio neoliberal orienta o afastamento do Estado em quase todo o mundo, de um lado, a ficar fora da interferência na economia, deixando a cargo do mercado, o papel de regulador, e, de outro lado, atuando como gerenciador, desse mesmo mercado, procurando diminuir e cortar benefícios sociais, desregular os direitos trabalhistas e o mercado de trabalho. Esses fatores,

dentre outros, dificultam ainda mais a determinação do verdadeiro papel do Estado, ante as expressões da questão social que se multiplicam, tanto no campo, quanto nas cidades, tornando cada vez mais complexas as relações sociais, tendo como consequência sérios transtornos à vida nos espaços das cidades e à vida em sociedade.

De acordo com Santos (2008, p. 59), “o espaço urbano guarda as marcas da desigualdade social, como a não fixação de uma efetiva política social.” A autora menciona a questão da redução progressiva da participação do Estado na economia do país e, ao mesmo tempo, atribui a “ampliação da ação das transnacionais”, ou seja, do “comando externo” o marco da influência capitalista no Brasil. Sugere, pois que “o Estado precisa desenvolver pesados esforços para contrariar essa influência segregadora” (p. 59). Contudo ressalta que o tema em questão, “é se e como o Estado pode reverter essas tendências. Para que isso ocorra é necessário o envolvimento da sociedade civil em um projeto de modificação radical da realidade social” (p. 59).

É importante destacar a forma como se constituiu o espaço das cidades. Segundo Moraes (2003), a mudança da linha de poder, nos anos de 1930, reduziu o papel da política da oligarquia rural, afirmando a influência da burguesia urbana industrial, o que contribuiu para definir formas de ocupação, de demarcar e de valorizar as terras, favorecendo ao setor de imóveis o sistema de periferização da cidade, pelo qual foi se conformando a segregação socioespacial.

O núcleo da cidade e seus arredores, com favelas povoadas de pessoas que perderam e ainda perdem suas raízes, agiganta a aglomeração que permite aos detentores do poder de decisão, macros empreendimentos políticos, o que não altera a realidade social da maioria excluída, já que a economia depende das estratégias de especulação da terra, como *criação* da prosperidade e de capitais.

As mudanças institucionais caminham para lados diferenciados e conflitantes, o que impulsiona as árduas lutas para a sociedade que, mesmo com limites, busca suas conquistas no campo das políticas públicas, com o objetivo de contribuir para interferir nas poderosas forças contrárias aos *benefícios* sociais.

Segundo Faleiros (1987), o Estado tecnocrático militar tentava preservar suas estruturas tradicionais e, ainda, justificar suas políticas baseadas em modelos técnicos, para dar impulsos para a economia, na concentração de renda, manipulando as estatísticas e as ideologias que, no período da ditadura, tiveram o

discurso da política desenvolvimentista. O processo do planejamento urbano promoveu o progresso econômico, mas não para atender às demandas sociais e sim, para beneficiar pequenos grupos.

Para Faleiros (1987), nesse período no qual se consolidou uma sociedade caracterizada por um mercado imobiliário especulativo, em que os benefícios eram destinados às áreas de moradias para as classes médias e altas, financiamentos de grandes projetos, centralização de recursos dos trabalhadores, enfocando outras realidades regionais, sociais, econômicas e culturais na criação de programas.

Ao longo do contexto do país, grande número de famílias, excluídas de seus direitos, busca satisfazer suas necessidades básicas. É o que mostra a história e a experiência. A sociedade torna-se responsável pela busca de soluções para seus problemas, ao *construir* as denominadas favelas em áreas íngremes, contra os regulamentos e conceitos urbanos, que, no entanto, permitem e/ou estimulam grande parcela da população em situação de pobreza *estrutural* enredar sua vida social com base em seus próprios meios de sobrevivência. Assim, muitos se aproximam do fenômeno da droga e dele se aproveitam como fonte de renda, ou seja, a complexidade estrutura-se com a ineficiência e a incapacidade do Estado em lidar com a miséria.

Somente por meio das iniciativas de mobilização da sociedade, é possível articulações com as instâncias do governo para reflexão das questões com o objetivo de contribuir para superar o *déficit* habitacional. Eventos como realização de seminários regionais, reuniões técnicas, oficinas e consultas aos conselhos de participação e controle social da área habitacional podem criar as condições legais e institucionais para consolidar o setor habitacional como política de responsabilidade do Estado, com a finalidade de direcionar os recursos já existentes, bem como mobilizar os responsáveis para o enfrentamento da questão habitacional e superação das ações e programas que estejam dispersos.

O acelerado crescimento da urbanização brasileira nos anos 1970, e segundo Antunes (1953) a década de 1980, que presenciou profundas transformações no mundo do trabalho, deixou fora uma parcela enorme da população do mercado de trabalho, gerando uma massa significativa de excluídos do sistema de proteção social.

Ao que se sabe, o Estado permaneceu indiferente ao surgimento contínuo de habitações ilegais e mostrou sua inoperância em lidar com as questões sociais

ligadas à moradia o que culminou no estímulo a ocupações *irregulares* os menos favorecidos improvisaram construções para moradia, ocupando loteamentos periféricos nos espaços da cidade, sem infraestrutura adequada.

Nas cidades, pode-se dizer que o mercado de trabalho é cada vez mais dinâmico, porém, excludente, assim, muitos não conseguem viver como inquilinos em face da impossibilidade de pagar aluguel, já que não estão inseridos nesse mercado. Com isso, a extensão do espaço urbano continua, em ritmo acelerado e de forma desordenada, vai se agravando cada vez mais (MORAES, 2003).

Diante dessa realidade, as políticas públicas consistentes e efetivas são imprescindíveis para amenizar os impactantes conflitos urbanos decorrentes da dicotomia do desenvolvimento urbano: crescimento e segregação espacial. Os movimentos sociais urbanos, portanto, tiveram e têm papel de destaque na luta para a concretização da proposta de reforma urbana pelo Estado.

Com o intuito de sintetizar a agenda pública da política de habitação no Brasil, é interessante o observar o quadro síntese e comparativo conforme proposta de Ana Suassuna, Secretária das Cidades de Pernambuco, para apresentação do tema “Gestão democrática das cidades: políticas públicas e os desafios da gestão democrática” em palestra ministrada no “Seminário Construindo uma Política de Desenvolvimento Urbano para o Brasil” realizado pelo Conselho das Cidades e o Ministério das Cidades (BRASIL, 2009)<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> <<http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades/apresentacoes-seminario/Painel%206%20-%20Palestrante%20Sra%20Ana%20Suassuna.pps/view>> Acesso em: 5 out. 2009

Quadro síntese e comparativo – Evolução da Agenda Pública Brasileira e da Política da Habitação

	Princípio organizador das políticas públicas	Efeito esperado das políticas	Princípio organizador das políticas públicas de habitação	Efeito esperado das políticas <i>urbana</i> e de habitação
<b>Crise do populismo (1960-1964)</b>	Redistribuição	Expansão organizacional do aparato público das políticas; reformas de base permitem superar o desenvolvimento social e a estagnação; “socialismo ou subdesenvolvimento”	Criação do Banco Nacional de Habitação – (BNH) e do Sistema Financeiro da Habitação – (SFH).	Acesso ao financiamento imobiliário.
<b>Autoritarismo burocrático (1964-1967) 1967 - 1973</b>	Modernização conservadora Crescimento sem redistribuição	Submeter as políticas públicas à lógica da acumulação; reformismo conservador; expansão dos complexos empresariais de provisão de bens e serviços sociais; desenvolvimento social como <i>trickledown</i> do crescimento	Acesso à terra [pela] via da instituição da função social da propriedade urbana. Criação do FGTS e do Conselho Curador	Reforma urbana
<b>Distensão e transição (1974-1984)</b>	Redistributivismo conservador: “Redistribution with Growth” (Banco Mundial); primado da desigualdade sobre a pobreza absoluta no debate público	Expansão acelerada dos complexos empresariais de bens e serviços sociais com opção moderadamente redistributiva	Política habitacional formulada, financiada e avaliada por uma agência federal e executadas por agências locais dela dependentes.	Movimentos sociais mobilizam ONGs apresentando projetos por moradias e regularização fundiária

(Continua)

Quadro síntese e comparativo – Evolução da Agenda Pública Brasileira e da Política da Habitação (continuação)

<p><b>Nova República democrática (a partir de 1985)</b></p>	<p>Reformismo social-democrata: universalismo, descentralização, transparência</p>	<p>Redesenhar políticas tornando-as mais ficientes, democráticas e redistributivas; ênfase no <i>modus operandi</i> das políticas; eliminação do <i>mistargeting</i></p>	<p>Constituição de 1988 inclui as diretrizes de indução do desenvolvimento urbano e da função social da cidade e da propriedade. Descentralização federativa redefine o papel das esferas administrativas e altera profundamente a natureza das relações intergovernamentais</p>	<p>Início dos projetos de urbanização de favelas e da instituição das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e papel descentralizado das políticas urbana e de habitação.</p>
<p><b>Governo Collor (1990-1992)</b></p>	<p>Cesarismo reformista; reformas como imperativo de “governabilidade”</p>	<p>Reestruturação <i>ad hoc</i> e pouco consistente das políticas: focalização, seletividade e redefinição do <i>mix</i> público-privado das políticas</p>	<p>Alocação de recursos do FGTS por critérios de lealdade política para apoiar o Presidente no <i>impeachment</i> cria um rombo financeiro em que entre 1992 e 1995, nenhum contrato foi firmado entre a União e os estados ou municípios.</p>	<p>Após <i>impeachment</i>, Saneamento do Fundo do FGTS por intervenção direta dos trabalhadores (Leis nº 7.839 e 8.036 de 1990)</p>
<p><b>Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)</b></p>	<p>Instituir a Boa Governança: ação pública como fixação de regras do jogo estáveis e universalistas; primado da pobreza absoluta sobre a desigualdade no debate público.</p>	<p>Focalização, seletividade e redefinição do <i>mix</i> público-privado das políticas; restaurar as bases fiscais das políticas; políticas compensatórias dos custos sociais da estabilização</p>	<p>Redução dos recursos alocados no FGTS. Mobilização dos movimentos sociais na busca por recursos</p>	<p>Entre 1995 e 2000, 12 das 44 companhias habitacionais municipais fecharam devido à política de não financiamento do governo Fernando Henrique (Arretche, 2002) Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257) que regulamenta a política habitacional</p>
<p><b>Governo Lula</b></p>	<p>Federalismo e descentralização da Política Nacional de Habitação</p>	<p>Integração da Política de Desenvolvimento Urbano</p>	<p>Instituição do Sistema e do Fundo Nacional de Habitação Social e do Conselho Gestor do Fundo</p>	<p>Sustentabilidade e priorização do Programa Nacional de Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários</p>

**Fonte:** Suassuna, Ana. Gestão democrática das cidades: políticas públicas e os desafios da gestão democrática. Palestra. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades/apresentacoes-seminario/Painel%20-%20Palestrante%20Sra%20Ana%20Suassuna.pps/view>> Acesso: em 5 out. 2009.

## 2.4 O *déficit* habitacional em Goiânia

Mesmo o *déficit* habitacional sendo realizado pela Fundação João Pinheiro (1990) de Minas Gerais com uma série de indicadores e reconhecida como instituição idônea na lida com estatística, a quantificação dos dados relacionados à carência de habitação no Brasil apresenta-se de modo polêmico entre os diversos grupos interessados na questão, ou seja, os representantes do setor da construção nacional, as autoridades governamentais, em seus diversos níveis, e representantes de movimentos sociais.

Os indicadores fornecidos pelo estudo baseiam-se nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2007, elaborada e divulgada pelo IBGE. Os cálculos seguem a metodologia desenvolvida pela Fundação João Pinheiro (1990).

O estudo sobre o *déficit* habitacional no Brasil 2007, elaborado pela Fundação João Pinheiro (1990), em parceria com a Secretaria Nacional de Habitação, do Ministério das Cidades, aponta que a falta de moradias assume maior dimensão na região Sudeste, especialmente em São Paulo. No entanto, em termos relativos (comparado ao número total de domicílios), a situação é grave no Amazonas, Maranhão e Pará, ao contrário de Paraná, Santa Catarina e Goiás, com os melhores indicadores (BRASIL, 2009).

Consta no relatório *Déficit* habitacional – 2007, elaborado pelo Ministério da Cidade e Fundação João Pinheiro,

o conceito de *déficit* habitacional utilizado está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de serem habitadas devido à precariedade das construções ou em virtude de desgaste da estrutura física. Elas devem ser repostas. Inclui ainda a necessidade de incremento do estoque, devido à coabitação familiar forçada (famílias que pretendem constituir um domicílio unifamiliar), aos moradores de baixa renda sem condições de suportar o pagamento de aluguel e aos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade de pessoas. Inclui-se ainda nessa rubrica a moradia em imóveis e locais com fins não residenciais. O *déficit* habitacional pode ser entendido, portanto, como “*déficit* por reposição do estoque” e “*déficit* por incremento de estoque” (BRASIL, 2009).

O *deficit* habitacional do Brasil, estimado em 2007, é de 6.273 milhões de domicílios, dos quais 5.180 milhões, ou 82,6%, estão localizados nas áreas urbanas. Em termos percentuais, corresponde a 11,1% do estoque de domicílios particulares

permanentes do país, dos quais 10,8% se referem às áreas urbanas, e 12,9%, às rurais. Os organismos responsáveis pela pesquisa salientam que esses dados não devem ser comparados com os de 2006, já que “a queda de 1,662 milhão de domicílios nas estimativas entre esses dois anos é conseqüência basicamente da consideração, na versão atual, de apenas uma parcela das famílias conviventes como carente de moradias” (BRASIL, 2009).

Em relação às regiões brasileiras, de acordo com o Ministério das Cidades e a Fundação João Pinheiro (BRASIL, 2009), o *déficit* habitacional pode ser assim analisado:

Numa distribuição regional, grande número das carências, ou seja, 2,335 milhões, 37,2% do total nacional encontra na região Sudeste. Em seguida, apresentando uma diferença sutil vem a região Nordeste, com 2,144 milhões, indicando 34,2%. É também digna de nota a presença nas regiões metropolitanas, responsáveis por 29,6%, ou 1,855 milhão do total do déficit brasileiro.

Apesar da concentração nas regiões Sudeste e Nordeste, o déficit apresenta características bastante distintas quanto a sua composição. Enquanto na primeira o problema está localizado eminentemente na área urbana, na segunda grande parte das carências está na área rural. Na Sudeste são 2,223 milhões de novas moradias a serem construídas nos centros urbanos e apenas 112 mil nas áreas rurais. Já na Nordeste são 1,462 milhão urbanas e 683 mil rurais.

Relativamente, é também bastante grande a diferença entre essas regiões. Na Sudeste o déficit representa 9,3% do total dos domicílios, percentual apenas superior ao da região Sul, que é de 7,9%. Historicamente, é onde o déficit afeta proporcionalmente menor parcela da população. Em situação oposta estão a Nordeste, com 15%, e a Norte, onde as carências representam 16,7% dos domicílios. Nessas duas últimas o déficit nas áreas rurais é superior a 18%.

A situação de moradores da região metropolitana de Goiânia em relação ao déficit habitacional é de cerca de 8,9% dos domicílios. A média da cidade de Goiânia é um pouco maior acima com 9,1%, de Aparecida de Goiânia, 8,9% de Senador Canedo, 8,7% e Trindade de 6,5% dos 3,1% dos moradores da RMG não possuem a propriedade do terreno (BRASIL, 2008).

De acordo com o Relatório Técnico da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apresentado ao Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP), em 23 de outubro de 2008, sobre o *deficit* habitacional 2007,<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Disponível em: ><http://www.sindusconsp.com.br/downloads/economia/estudossetoriais/deficithab2007v.pdf>> Acesso: em 5 out.2009.

o quadro revelado pela Pnad (2007) mostra avanços importantes na questão do déficit habitacional. O fato mais positivo refere-se à continuidade na redução da carência de moradias. Em 2007, pela primeira vez na série histórica, o *déficit* foi inferior a 13% do total de domicílios. Mas os resultados da Pnad 2007 devem ser lidos com grande atenção. Como ocorre com todas as séries de dados, tanto econômicas quanto sociais, existem revisões periódicas e calibragem de parâmetros (FGV, 2008).

Ainda, segundo a opinião da FGV (2008),

pode-se dizer que o quadro habitacional brasileiro melhorou significativamente em 2007, graças ao desempenho positivo da construção civil. A limitação desse processo está no fato de beneficiar menos os mais pobres. Os mecanismos de mercado, tais como o crédito habitacional e as estratégias de crescimento das construtoras, estão fazendo seu papel, contribuindo com a melhoria do bem-estar da população. Mas as famílias que estão na base da pirâmide social precisam de algo mais.

Em síntese, o relatório da Fundação Getúlio Vargas propõe uma sugestão que merece ser destacada neste estudo, uma vez que, sendo uma instituição ligada diretamente à iniciativa privada, reconhece a importância indelével de políticas públicas que incluem a participação sensitiva das empresas, mesmo como pressuposto para o seu sucesso econômico.

Assim, de acordo com a FGV (2008), uma política habitacional mais agressiva, fortemente direcionada para a população mais carente, constitui um elemento fundamental para reduzir as desigualdades no país. Avanços são notados nessa direção, mas ainda são tímidos se comparados com as conquistas capitaneadas pelo setor privado. Em um período de crise financeira internacional, em que os investimentos governamentais têm um papel anticíclico, investir na moradia popular é uma excelente oportunidade, tanto para resgatar uma dívida social antiga, como para não perder o ritmo de um crescimento econômico tão duramente alcançado (FGV, 2008, p. 5)

Para a análise do *déficit* habitacional como desafio do Estado e da sociedade para conter as desigualdades, é necessária uma releitura sobre as políticas de habitação brasileira implementadas e gerenciadas verticalmente, isto é, sem a participação popular. Para avaliar temas de políticas públicas, certamente, o processo de redesenhar a história da exclusão social é um fator imprescindível. Só assim pode-se confirmar que a dimensão de sujeitos pobres dificulta e até emperra a participação da maioria com o objetivo de contribuir para as reflexões das ações políticas. Outros fatores, nos rumos que toma a economia, orientada pelo

neoliberalismo, os objetivos, quase sempre, consistem e persistem em controlar a população pobre, negar o seu acesso ao trabalho, o que lhe garante a condição de seres humanos como sujeitos que pode(r)iam fazer sua própria história.

Conforme levantamento realizado pela Fundação João Pinheiro (1990), em parceria com o Ministério das Cidades, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), revelou que o *déficit* de moradias no país, com base em dados de 2005, é de sete milhões e 903 mil residências (Jornal Opção *On line*, 2009).

A concentração de renda, dentre outros fatores, é fundamental para caracterizar as desigualdades sociais na realidade brasileira. Essa desigualdade manifesta-se nos espaços segregados da cidade, em que as deficiências e carências da habitação constituem, igualmente, o maior problema. A falta de moradia com dignidade para a população pobre, em Goiânia, segundo Moraes (2003), corresponde a 92% do *déficit* habitacional do Brasil.

Para Moraes (2003), os resultados apontam, no plano nacional, um *déficit* habitacional que causa espanto, já que aproximadamente seis milhões de famílias precisam de moradias novas, além de haver domicílios com problemas de infraestrutura básica. Na região metropolitana de Goiânia, constituída de dezessete municípios, a Agência Goiana de Habitação (Agehab), no ano de 2002, em pesquisa para definir quantitativos, apontou um *déficit* de 29.184 novas moradias. Segundo Moraes (2003), é uma dívida social que vem sendo acumulada ao longo do processo histórico.

Atualmente, de acordo com o Ministério das Cidades, com base nos dados do Censo 2000, o *déficit* habitacional em Goiânia é de 31.540 casas, e, na área rural da capital, representa 10,5% das moradias na cidade (Jornal Opção *On line*, 2009).

De acordo com Moraes (2003), a população de Goiânia, segundo Censo do IBGE em 2001, era de 2.090.581 pessoas, o que mostra que mais de 80% moram em área urbana e apresentam problemas comuns, com os agravos de sua formação pela falta de políticas públicas sociais, planejamento, reforma fundiária e controle sobre o uso do solo.

## CAPÍTULO III

### MOBILIZAÇÕES POR MORADIA EM GOIÂNIA

Neste trabalho, o compromisso é o de possibilitar um outro olhar e contribuir para reflexão e discussão de temas no que se refere às lutas em busca de moradia digna, por pessoas à margem da sociedade, que são sujeitos, fazem a própria história como agentes no processo de luta, e devem ser tratados como pessoas que têm dignidade, sentimentos, raciocínio. Eles compõem a cidade com suas diferenças, constroem-na e, completando-se nas lutas por seus direitos, dão à própria vida e a de seus familiares um sentido especial.

É interessante destacar a opinião de um militante que, ao falar dos movimentos, indica que a trajetória da luta dos posseiros

*tá pautada numa perspectiva da luta de todas as pessoas que, de alguma forma, foi excluída, seja do espaço urbano seja do espaço rural na década de 1970. No meio da década de 1970 para o final da década de 80, houve uma grande migração das populações da zona rural pras cidades. E Goiás não fugiu a essa regra. Nós tivemos um êxodo muito forte do interior para a capital, e ao chegar aqui essa população não encontrou respaldo do Estado, dos órgãos públicos, pra poder elas encostar suas moradias. E com isso foi acontecendo grandes ocupações de variadas formas, de variadas naturezas, que resultou numa grande mobilização social, aí no final da década de 1970, com as ocupações que ocorreram nas periferias de Goiânia [...]. (Melrio)*

Esse relato pode-se adequar ao posicionamento de Gramsci (1988), segundo o qual a estrutura de força exterior que oprime o homem e o torna passivo transforma-se em mola propulsora de iniciativas das organizações e de envolvimento das massas como forma de resgate das forças mobilizadoras em busca da liberdade e do desenvolvimento de um grupo social, o que se dá quando seus componentes se propõem a serem sujeitos conscientes e ativos protagonistas da história. E, no pensamento de Chauí (2005), o direito democrático da vida não pode ser dissociado da existência do espaço público das opiniões, pois a esfera da opinião pública contribui para instituir o campo público das discussões, dos debates, da produção e da recepção das informações pelos cidadãos.

A trajetória de lutas por moradia em Goiânia esteve pautada no contexto político brasileiro das três últimas décadas do século passado. Dos diversos processos de ocupações da terra urbana para fins de moradia em Goiânia, que suscitou importantes movimentos, considera-se marco a ocupação do Jardim Nova Esperança que pode ser compreendida como a organização participativa que culminou na criação de uma federação organizada, cujas metodologias de ação e intervenção, espalharam-se pelo território nacional como pressuposto para mudanças nas políticas públicas de habitação. Ressalta-se que atualmente, esta federação não mais está na ativa.

### **3.1 Uma definição de movimento social**

De acordo com Tarrow (2009), os movimentos sociais, surgiram durante o século XVIII, em decorrência das transformações estruturais associadas ao capitalismo, que precederam a Revolução Industrial, sobretudo o desenvolvimento da imprensa comercial e os novos modelos de associação e socialização. Tais mudanças, por si só, segundo Tarrow (2009), não produziram novos descontentamentos e novos conflitos, mas difundiram maneiras de preparar reivindicações que ajudaram pessoas comuns a considerarem-se parte de coletividades mais amplas e no mesmo plano de seus superiores.

Para Santos (2008, p. 39),

os movimentos sociais, provavelmente em razão da mensagem transmitida de superação das relações de exploração de domínio do homem pelo homem, passaram a ser vistos como portadores da utopia da transformação social. Entretanto, convém frisar sua origem fora da esfera produtiva e dos espaços tradicionais de mediação política, em lugares marcados por carências de todo tipo, relacionadas ao aprofundamento do Estado capitalista, a partir de um modelo fortemente concentrador de renda.

Assim, entendendo ser imprescindível a participação dos movimentos como força expressiva da organização popular diante das diversas formas de opressão existentes na sociedade, é importante destacar a dificuldade para conceituar movimentos sociais. Para Melluci (1989), trata-se de um dos campos mais difíceis de serem definidos, em razão da diversidade de abordagens de difícil comparação, em virtude dos aspectos empíricos que permeiam os fenômenos coletivos na concepção de cada autor.

Ammann (1991, p. 13) também aponta ser difícil definir o campo dos movimentos sociais. Segundo a autora,

a noção [de movimentos sociais] em apreço é, até o presente, permeada de imprecisões e ambigüidades, valendo salientar que, malgrado existam desde muitos séculos, os Movimentos Sociais só recentemente mereceram a atenção dos cientistas sociais. No início do século XX, o conceito compreendia quase exclusivamente a organização do proletariado industrial, isto é, os sindicatos.

Assim, Melluci (1989, p. 57) define movimento social:

Eu defino analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. Estas dimensões permitem que os movimentos sociais sejam separados dos outros fenômenos coletivos (delinqüência, reivindicações organizadas, comportamento agregado de massa) que são, com muita freqüência, empiricamente associadas com “movimentos” e “protesto”. Além disso, os diferentes tipos de movimentos podem ser avaliados de acordo com o sistema de referência da ação [...].

O que nós costumeiramente chamamos de movimento social muitas vezes contém uma pluralidade destes elementos e devemos ser capazes de distingui-los se quisermos entender o resultado de uma dada ação coletiva.

Na formulação de um conceito para movimento social, Ammann (1991, p. 22) apresenta-o como “uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade”.

No artigo intitulado *Dez teses acerca dos movimentos sociais*, publicado na revista Lua-Nova, Frank e Fuentes (1989, p. 19) analisam algumas teses relacionadas aos movimentos sociais, sendo interessante citar a segunda:

Os movimentos sociais demonstram muita variedade e mutabilidade, mas têm em comum a mobilização individual baseada num sentimento de moralidade e (in)justiça e num poder social baseado na mobilização social contra as privações (exclusões) e pela sobrevivência e identidade.

Os autores procuram, nessa tese, indicar, com base na variedade de movimentos sociais existentes, as características comuns que eles apresentam, como o compartilhamento da força da moralidade e o sentido de (in)justiça para a mobilidade individual e coletiva de sua força diante da ordem social mundial, mobilizando seus membros de forma defensiva/ofensiva contra uma injustiça percebida com base em sentido moral compartilhado.

Frank e Fuentes (1989, p. 25) sustentam ainda que a moralidade e a justiça/injustiça, tanto no passado quanto no presente, foram as forças motivacionais e sustentadoras dos movimentos sociais. Então, cada movimento social, além de lutar contra a falta do necessário à vida, acaba por (re)afirmar “a identidade das pessoas ativas no movimento” bem como daqueles pelos quais o movimento atua, caracterizando “a vida social da humanidade em muitas épocas e lugares.”

De acordo com Melucci (1989), valendo-se portanto de uma análise empírica, o movimento social surgiu com a inquietação da massa prejudicada moralmente, ou seja, privada de direitos sociais ela se mobiliza por meio de organizações criadas para reivindicar direitos ou lutar contra o sistema opressor.

Segundo Scherer-Warren (1989), a luta contra a opressão se expressa por meio das mais variadas estratégias, com reivindicações, pressões, apatias ou mesmo alienação, por vezes, violentas, menos violentas, de forma ativa ou passiva em prol de libertação, o que exige uma ação ativa.

Assim, para o autor,

quando os grupos se organizam na busca de libertação, ou seja, para superar alguma forma de opressão e para atuar na produção de uma sociedade modificada, podemos falar na existência de um movimento social (p. 9).

É importante destacar a questão do protesto dos movimentos, pois um confronto contra o sistema político, contra as autoridades, pode resultar em uma ação política, descaracterizando a ideia de movimento social, posto que as lutas contra a sistematização geradora das questões podem perder o sentido.

Conforme a concepção de Frank e Fuentes (1989), os movimentos sociais têm a capacidade de gerar e exercer o poder social por meio de suas estratégias de mobilizações sociais de seus participantes. E esse poder social provém da própria ideia de movimento, de articulação e não de uma instituição política, uma vez que um dos meios de debilitar movimentos sociais é a institucionalização o que muitos governantes do Estado os nega (p. 26).

No que se refere ao movimento popular de bairro, dadas as circunstâncias da análise do conjunto de parâmetros socioeconômicos da realidade brasileira, especialmente da região Centro-Oeste, Ammann (1991, p. 13) considera-o “um verdadeiro movimento social”. Já em relação às Associações de Moradores, a

autora diz que elas têm um “cunho meramente promocional, não contestatório” (p. 13).

Para a autora,

até aquelas que se organizam para reivindicar melhorias para o bairro, quando o fazem em forma de ação cooperativa com a ação estatal – não em confronto com ela – são movimentos reivindicativos. Não chegam a ser Movimentos Sociais, pois estes supõem confronto, não a mera cooperação (AMMANN, 1991, p. 13)

Assim, Ammann (1991, p. 26), assinala que:

os movimentos sociais requerem uma organização flexível, adaptativa e não autoritária que dirija o poder social na busca de metas sociais, as quais não podem ser alcançadas só por meio da espontaneidade fortuita. Mas esta organização flexível não tem de necessariamente implicar a institucionalização, que limita e restringe o poder social destes movimentos. É assim que estes movimentos sociais auto-organizados enfrentam o poder (estatal) existente, com um novo poder social, o qual altera o poder político.

Concorda-se com a perspectiva sobre os movimentos sociais, segundo a qual é necessário compreendê-los como uma proposta de reafirmação da identidade coletiva, pois os militantes politizados não devem se render ao ideário partidário, para não correrem o risco de sucumbir à luta, amenizá-la, tornar a meta perigosa, intransigente, reacionária.

De acordo com a análise de Eder Sader (1988) sobre os movimentos sociais, na qual valoriza o conceito de sujeito social e histórico, percebe-se a capacidade que eles têm de criar o sujeito por meio dos próprios movimentos sociais populares. Em outras palavras, os indivíduos dispersos e isolados vão se reconhecendo à medida que suas decisões e ações passam a ser decididas em conjunto, criando uma identidade quando se reavaliam e se definem coletivamente no decorrer do movimento.

A esse respeito, Santos (2008, p. 40) sugere tratar os movimentos sociais não “como novos sujeitos ou como nova identidade, mas examiná-los como parte do fenômeno de socialização da política, com a ampliação de novas formas e espaços de participação política”.

Portanto, entende-se que o movimento social deve ser consubstanciado no resgate em comum da moralidade social e da justiça como legado às gerações posteriores para que possam combater os estigmas de uma sociedade

historicamente esfacelada pela centralização do poder.

### **3.2 Movimentos sociais urbanos no contexto histórico brasileiro do século XX**

No Brasil e em toda a América Latina, dada a conturbada conjuntura política, social e econômica que se instaurou na segunda metade do século XX, influenciados pela bipolaridade capitalismo/socialismo, os governos instituíram o regime ditatorial justificando-o pela necessidade de estabilidade política do país ou de resgatá-lo das ameaças de ideologias tidas como ameaçadoras.

No Brasil, os movimentos sociais, de modo geral, tiveram papel importante na cidade, desde a década de 1930, sofrendo uma interrupção com o golpe militar de 1964, quando foram impostos à população anos de silêncio.

Para Souza (2004), os movimentos sociais, dependendo do grau de ação e de suas estratégias, podem provocar transformações nas relações com o Estado, inclusive de ordem conjuntural e estrutural.

A partir de 1970, a eclosão ou o ressurgimento de numerosos movimentos sociais suscitaram transformações sociais significativas em todo o continente. No final dessa década, a sociedade brasileira saiu às ruas para exigir o fim do Estado ditador, a anistia política, mudanças nos valores dos aluguéis, moradia e muitas outras reivindicações. Vários movimentos tiveram caráter político de “resistência popular às condições de vida e do meio ambiente, que são gerados por contradições imanentes ao próprio processo de acumulação do capital” (MORAES, 2003, p. 187).

Em São Paulo, uma massa de trabalhadores vinculada à indústria automobilística do ABC<sup>19</sup> paulista desencadeou ações reivindicatórias grevistas, cujo início ocorreu em 1978 e que continuaram no decorrer da década de 1980, marcando um processo de resistência. Adentraram esses processos outros setores, dentre eles, os trabalhadores do serviço público e profissionais de classe média, como médicos, engenheiros, bancários, que passaram a compor o conjunto de organizações sindicais brasileiras (ANTUNES, 1992).

Esses trabalhadores fortaleceram sua participação e começaram a ocupar lugar inédito no espaço das lutas, passando a disputar a liderança com os trabalhadores da indústria para conduzir o processo sindical rumo à construção da

---

<sup>19</sup> Trata-se das cidades industriais de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul. Posteriormente foi incluída a cidade de Diadema, passando a constituir o ABCD paulista.

Central Única dos Trabalhadores (CUT). Com isso, as greves do ABC propiciaram um fortalecimento aos movimentos sociais na década de 1980.

O movimento desses trabalhadores, com o apoio de setores da Igreja Católica e as vinculações com os partidos políticos de oposição contra a ditadura na década de 1980, fez amadurecer “a ideia de formação de um partido político que representasse o interesse dos trabalhadores e dos movimentos populares”. (SANTOS, 2008, p. 76). Das articulações das lutas dos trabalhadores da região do ABC Paulista, surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT), inserido no processo de redemocratização, a partir da década de 1980.

Também, nesse contexto, houve aumento considerável, após o envolvimento em greve dos diversos segmentos no sistema sindical (ANTUNES, 1992).

De acordo com Cardoso (1995, p. 196),

esse ciclo de greve marcou o ressurgimento da ação reivindicatória no Brasil e, apesar das singularidades que caracterizaram cada uma das paralisações [...] a motivação básica era a compressão dos salários. Os [...] [trabalhadores] não mais aceitavam uma política salarial que expressava a superexploração a que eram submetidos no cotidiano.

A autora analisa, ainda, o contexto histórico que deu origem à contestação dos trabalhadores como um momento de redirecionamento da economia nacional diante do fracasso do *milagre brasileiro*, que estabeleceu condições objetivas para o crescimento da dívida externa em decorrência “dos altos índices do Produto Interno Bruto (PIB) e pela redução das taxas inflacionárias” (Cardoso, 1995, p. 179). Nenhuma estratégia adotada conseguiu conter a crise ocorrida no país, em consequência dessas medidas, agravada pela recessão capitalista internacional afirma a autora.

Santos (2008) trata os movimentos sociais com uma abordagem econômico-estrutural, considera as lutas decorrentes de aspectos estruturais da sociedade capitalista e relaciona a origem dos problemas ao capitalismo, sugerindo a necessidade de “compreender o processo contraditório de desenvolvimento desse sistema” (p.19).

Para a autora,

a acumulação, a centralização da força de trabalho [concentram-se] nas cidades, e para isso é preciso garantir as condições mínimas de sobrevivência que assegurem a reprodução dessa força de trabalho. Por

essas análises, os Movimentos Urbanos surgem em decorrência das carências relacionadas às necessidades dos trabalhadores, que precisam lutar por condições dignas de vida. Instituições como sindicatos, igrejas, partidos políticos, associações de bairros podem desempenhar papel fundamental na eclosão e no desenrolar dos movimentos, porém a causa que motivou a reunião daquele grupo de pessoas em torno de uma bandeira será sempre de origem estrutural, isto é, a remuneração insuficiente para o trabalhador, mas suficiente para garantir a acumulação do capital (SANTOS, 2008, p. 20).

Continuando sua análise, a autora salienta, também,

a incapacidade do Estado capitalista de atender as demandas sociais relativas ao fornecimento de bens e equipamentos de consumo coletivo é ainda de caráter estrutural [...] que acumulação de capital impõe limites para esse atendimento (p. 20).

Para Cardoso (1995, p. 187), vários movimentos tiveram caráter político, de “resistência popular às condições de vida e do meio ambiente, [...] gerados por contradições imanentes ao próprio processo de acumulação do capital”.

Na opinião de Santos (2008, p. 41)

a atuação dos movimentos sociais ocorre paralelamente ao sistema de representação política. Em geral, agem para pressionar o poder público no atendimento de suas bandeiras de luta, colocando-se, portanto, algumas vezes de forma radical. Especificamente, podem atuar contra as medidas tomadas pelo poder público. Lidam com valores éticos, morais e comunitários; estabelecem laços de solidariedade, em substituição aos conceitos políticos tradicionais, distanciando-se dos tipos tradicionais da participação em partidos políticos, criados a partir das revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII.

Constata-se, portanto, que esses movimentos e ações denotam um forte sentimento de apelo social, e que a dominação do homem pelo homem agravou as questões sociais. O Estado, por sua vez, nada fez para impedir essa situação. Ao contrário, os modelos de gestão adotados pelo aparato estatal contribuíram ainda mais para realçar o quadro de dominação.

De acordo com Gramsci,

as mobilizações da sociedade civil denunciam [...] a crise das velhas instituições, centralizadas e autoritárias [...] A solução para "a crise orgânica", para a crise de "hegemonia ou do Estado no seu conjunto", deveria ser encontrada no reconhecimento da passagem que já se operava nas pessoas, da passividade política para uma certa atividade onde avançam [nas] reivindicações que [mesmo] no seu conjunto desorgânico representam a revolução (*apud* SEMERARO, 1999, p. 239-40).

Diante de questões que envolvem interesses privados e bem comum, vontade individual e vontade geral, autonomia individual e obrigações sociais, entre o direito de todos e de todas a uma parte da riqueza gerada nacionalmente e os deveres morais de cada cidadão e cidadã em relação aos demais que compõem a nação, vive-se uma crise profunda que envolve valores, perspectivas, atitudes e percepções. Superar a crise histórica em que o modo de produção determina a vida em sociedade é o maior desafio para a população excluída.

Os movimentos populares nos anos de 1970 anos de chumbo<sup>20</sup> referem-se às lutas isoladas para reivindicarem água, luz, transportes, creches. Esses movimentos foram apoiados por lideranças de setores de esquerda e também de liberais que lutavam contra a ditadura imposta, tendo como oponente o Estado. Já na década de 1980, Gohn (1991), afirma que houve uma transformação desses movimentos.

Segundo Silva (1989, p. 10), no período desenvolvimentista, baseado na substituição das importações vivenciado pelos países latino-americanos, houve certa resistência à mudança em prol da idéia de modernização. Muitos, impelidos pelas barreiras culturais, "por bolsões de valores culturais em oposição campo (tradicional) versus cidade (moderno)" rebatiam a necessidade de transformar.

Findo o processo de substituição de importações nos países líderes do continente, a euforia, segundo os autores, foi substituída por um sentimento de pessimismo, surgindo, assim, uma teoria reversa à *teoria da modernização: a teoria da marginalidade* (CARDOSO, 1973, p. 166 *apud* SILVA *et al*, 1983, p. 10).

Assim, aspectos negativos decorrentes do processo de modernização passaram a ser enfatizados e a preocupação passou a ser a população marginalizada, deixando a maioria excluída do processo. O desemprego urbano e as favelas eram as duas questões sociais centrais da teoria da marginalidade, que surgiu em face da não integração de *amplos setores populares* nesse processo desenvolvimentista do sistema econômico que se apresenta, às vezes, como opressor.

Por isso, a questão da integração ou não das camadas socialmente vulneráveis ao paradigma de crescimento econômico nesse contexto histórico latino-

---

<sup>20</sup> De acordo com Souza e Rodrigues (2004, p. 40), "é comum se falar e se ouvir que os anos 1970 foram "anos de chumbo". Em 1964, o Brasil entrava para o clube dos países latino-americanos que tinham como regime político uma ditadura militar. Durante as décadas de 1960 e 1970 em quase todos os países da América do Sul, os militares estavam no poder [...], cujos regimes políticos foram extremamente violentos e repressores".

americano significou, no plano político, a oportunidade para a origem dos movimentos populares urbanos, em virtude da extraordinária força que os *marginalizados* representariam na resistência à opressão e segregação dos direitos segundo a teoria da marginalidade.

Assim, esses estratos das populações urbanas, incluindo-se os migrantes não incorporados aos sistemas urbanos, mesmo significando uma força geradora de mudança social, na perspectiva do pensamento sociológico outrora vigente, prejudicariam a organização e a articulação das forças populares como os movimentos operários em suas expressivas forças populares contra o arcabouço do sistema econômico. Silva *et al.* (1983, p. 11) tratam essa teoria como “noção de cultura da pobreza”, inserida nos estudos sociais referentes a essa camada à margem da sociedade.

A análise da dinâmica do sistema econômico em vigência, visto como socialmente excludente, possibilita a compreensão de que a superação da ideia de não integração está fundamentada na perspectiva analítica dos diferentes tipos de produção social e de exploração da força de trabalho nos moldes do sistema capitalista.

Outro pressuposto para a compreensão dos agravantes problemas eclodidos nos centros urbanos, que envolviam, sobretudo, a questão econômica e a insidiosa exploração da força de trabalho, no final da década de 1960, é que,

começa a surgir um tipo de reflexão sobre a questão urbana que reflete de modo mais imediato a “politização” dos problemas urbanos. Em termos globais, trata-se de analisar as relações entre o Estado, a planificação urbana e os movimentos sociais urbanos (SILVA *et al.*, 1983, p. 11-12).

Na América Latina, as populações, imbuídas por um sentimento de injustiça social, dado o processo de exclusão dos novos paradigmas de produção capitalista, viam a necessidade de politizarem-se de modo revolucionário para a articulação de lutas e defesas de direitos, organizando-se coletivamente e se insurgindo contra a marginalidade.

Segundo o entendimento de Scherer-Warren (1989, p. 8),

na sociedade, tanto no plano individual quanto no plano grupal, as relações sociais são medidas por relações de poder. O fenômeno da opressão e do reagir à opressão é uma constante no comportamento humano.

Nos anos de 1980, conforme Gohn (1991), os movimentos sociais criados na década anterior já estavam fortalecidos, ou seja, muitos haviam saltado qualitativamente das “reivindicações isoladas por água, luz, transportes para formas agregadas mais amplas das demandas populares como foi o caso da luta por creches, pela moradia, pelos transportes etc “ (p. 12-13).

De acordo ainda com Gohn (1991, p. 13),

embora houvesse um cruzamento intenso de formas organizacionais de setores das camadas médias (lutas das mulheres, dos estudantes, dos ecologistas, dos negros etc.) com setores das classes populares (lutas por equipamentos coletivos, bens e serviços públicos, pela habitação e pelo acesso à terra), havia alguns denominadores comuns: a construção das identidades através das semelhanças pelas carências; o desejo de se ter acesso aos direitos mínimos e básicos dos indivíduos e grupos enquanto cidadãos; e fundamentalmente, a luta contra o *status quo* predominante: o regime militar.

No entanto, a situação político-econômica da década de 1980 foi fragmentando esses denominadores existentes nos diversos movimentos, tornando as diferenças explícitas e esfacelando a unidade construída e, também, intensificando as diferenças político-partidárias. Com isso, houve uma subdivisão dos movimentos; muitos, não resistindo a essa conjuntura acabaram desaparecendo, ao passo que outros, ao contrário, “se fortaleceram e retiraram da crise o amálgama para delinear novos perfis a exemplo da luta pela moradia” (GOHN, 1991, p. 13).

A autora esclarece:

o desemprego, o aumento dos aluguéis, a mudança da legislação na área do solo urbano dificultando a constituição de novos loteamentos populares, o aumento desproporcional do preço das tarifas de transportes, o esgotamento dos espaços disponíveis nas favelas etc. levaram às invasões coletivas de áreas urbanas e a constituição de movimentos de luta pela moradia (GOHN, 1991, p. 13).

Ainda segundo a autora,

As diferentes formas de luta (pelo acesso à terra, pela regularização da área, pela posse da terra, pela urbanização da favela, pela construção através de mutirões, pela reconstrução das casas-embriões populares financiadas pelo governo, pela construção de conjuntos populares, pelo rebaixamento das prestações do Sistema Financeiros de habitação etc.), todas elas já iam nascendo posicionadas, ou seja, com caráter e marcas políticas e/ou partidárias, definidas, segundo o grupo de assessoria a que se articulavam ou as posições das lideranças populares que assumiram a

direção de suas ações. Neste período, os movimentos sociais, de um modo geral, passaram a estruturar-se em grandes blocos. O movimento sindical cria a CONCLAT, depois a CUT, a CGT e a USI. O movimento popular cria a CONAM, a ANAMPOS etc (GOHN, 1991, p. 13).

Ao analisar o processo de redemocratização do país, Canesin (1993), tomando como foco o movimento dos professores da rede pública de primeiro e segundo graus em Goiás, considera que o final da década de 1970 foi marcado por diferentes e importantes momentos, em virtude da eclosão do movimento dos trabalhadores, com sucessivas greves, que se ampliaram no decorrer da década de 1980.

Os trabalhadores organizados faziam denúncias, proporcionando à população visibilidade pelo menos momentaneamente, das péssimas condições de trabalho e da qualidade do ensino público, bem como das demais políticas sociais. Permitiam, assim, que essa população visualizasse uma realidade que, até então, apesar de constatada pela vivência em seu cotidiano, os fazia permanecer quase que *acomodados* em um mundo privado.

As lutas por moradia, segundo Chaves (1985), representam, pois, uma forma de apropriação do espaço, resultado das contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo, diante das crescentes necessidades que se colocam à reprodução da força de trabalho e da política urbana, adotada pelo poder público. Ela se baseia na inversão de capitais privados e públicos, em direção aos setores mais rentáveis da produção e do consumo, os quais determinam a prioridade dos serviços que lhes são destinados, de modo a expandir a produção, em detrimento das necessidades da classe trabalhadora.

Na cidade, retomou-se a luta pela terra urbana na busca pelo direito de morar e de ter inclusão. Se, na zona rural, as relações eram estabelecidas na dimensão do privado, com o poder oligárquico, na cidade, o seu confronto era com o poder público.

Rolnik (2009) faz uma leitura envolvendo o tripé política, economia e desenvolvimento social, na década de 1990, tendo em vista a relação Estado-sociedade e a influência do capitalismo globalizado, tendo como pano de fundo a questão da moradia no espaço urbano. Para a autora, essa década foi notadamente marcada pelo debate incessante, *envolvendo a sociedade civil, partidos políticos e*

*governo acerca do papel dos cidadãos e suas organizações na gestão das cidades* (p. 2).

Para a autora,

foram anos de avanços institucionais no campo do Direito à Moradia e Direito à Cidade, a partir da incorporação à Constituição do País, em 1988, de um capítulo de política urbana, estruturado em torno da noção de função social da cidade e da propriedade, do reconhecimento dos direitos de posse de milhões de moradores das favelas e periferias das cidades do País e da incorporação direta dos cidadãos aos processos decisórios sobre esta política.

Estes têm sido – desde o período constituinte – os pontos centrais da chamada “agenda da reforma urbana”, cujos principais proponentes são movimentos populares, organizações não governamentais, associações de classe e instituições acadêmicas e de pesquisa organizadas em torno da defesa da gestão democrática e da promoção do direito à cidade (ROLNIK, 2009, p. 3).

Na última década do século XX, as cidades brasileiras, sobretudo as metrópoles, segundo análise de Rolnik (2009), “sofreram os efeitos das reformas macroeconômicas de caráter liberal” refletindo-se poderosamente na economia das cidades, ocasionando desemprego “e radicalizando as assimetrias econômico-sociais já existentes anteriormente, como sobre a capacidade dos governos e atores sociais de enfrentá-las” (p. 3).

Essas transformações de ordem econômica nas cidades foram apoiadas pelo Estado que, na elaboração de agenda de sua reforma, promoveu

a privatização de amplas áreas das políticas públicas, a proposta de modernização e *downsizing*<sup>21</sup> do Estado e a introdução de processos e métodos de gerenciamento empresarial e governança estratégica, acompanhadas por um discurso participacionista e de revalorização da sociedade civil, redefinida como Terceiro Setor (ROLNIK, 2009, p. 3).

Essa década ainda marcou ainda a implantação progressiva do

processo de descentralização federativa, fortalecimento e autonomia dos poderes locais, propostos desde a Constituição de 1988, [...] limitado tanto pelos estrangimentos do ajuste macroeconômico como pela alta dose de continuidade política que o processo de redemocratização brasileira envolveu (ROLNIK, 2009, p. 3).

Com essa compreensão do contexto da década final do século XX, Rolnik (2009) entende essa interação de forças como “a combinação particular e perversa

---

21 [http://poupaclique.ig.com.br/materias/171501-172000/171956/171956\\_1.html](http://poupaclique.ig.com.br/materias/171501-172000/171956/171956_1.html)

destes elementos, em suas relações com a herança pesada de uma lógica de gestão do território predatória, concentradora e restrita a certos grupos sociais” (p. 4), como imperativo na agenda da reforma urbana. Contudo, salienta que esse conjunto de forças estrategicamente organizadas, apesar de seus esforços, não logrou constituir o sustentáculo político sobre a dinâmica estatal, “assim como relações entre sociedade política e sociedade civil de forma a promover a gestão das cidades na direção de um espaço mais coeso, incluyente e sustentável”. Mesmo assim, esse arcabouço montado “tem sido uma fonte permanente de tensionamento e inovação cultural introduzida pelos atores sociais, que ampliou do ponto de vista territorial e político o espaço da democracia brasileira” (ROLNIK, 2009, p. 3-4).

### 3.3 O movimento dos posseiros urbanos em Goiânia

Na construção de Goiânia, conforme Chaves (1985), ocorreu um processo de transformar trabalhadores rurais em urbanos, bem como regular e disciplinar essa força de trabalho assalariada, empregada pelo Estado e/ou empresas. Os trabalhadores moravam “em acampamentos e galpões coletivos diretamente controlados pelas empresas construtoras” (p. 223). Já os embriões das lutas por moradia, em Goiânia surgiram do processo de ocupação não “planejada”, porém, consentida e incentivada e “acompanhou toda a história de construção e expansão da cidade planejada” (p. 226), e a fixação dos trabalhadores e ocupações de áreas ocorreram nas vizinhanças dos canteiros de obras.

Entre as décadas de 1960-1980, para Chaves (1985), a população de Goiânia dobrou. Esse crescimento urbano contribuiu para a valorização das terras antes vazias, que não recebiam benefícios e nem eram reclamadas por seus *proprietários*. Com a valorização em decorrência da ocupação gradativa, os supostos donos, com apoio do poder público, começaram a expulsar dos terrenos os moradores ocupantes dessas áreas.

A ocupação do solo urbano, no qual se “cria um novo lugar, com características de uso socioeconômico”, é assim descrita por Santos (2008, p. 55):

constrói-se um novo lugar, incorporando uma área vazia, a espera de valorização, ou destrói-se um lugar anterior com suas características socioeconômicas, produzindo um outro, em geral com feições mais

homogêneas, dirigido a outra classe social, na maioria das vezes de poder aquisitivo mais alto.

Em relação às ocupações de posses urbanas em Goiânia, Chaves (1985) destacam dois argumentos do poder público para proceder à retirada dos moradores: *limpar a área*, e garantir a pavimentação exigida pelo crescimento da cidade.

O primeiro argumento, *limpar a área*, envolveu as ocupações do Areião, no início dos anos 1950, do Setor Pedro Ludovico, às margens do Córrego Botafogo e da Vila Coronel Cosme, surgida nos anos 1960.

O segundo argumento que defendia a destinação da área para a expansão de *benfeitorias*<sup>22</sup> envolvia, particularmente, a ocupação denominada Jardim Nova Esperança. Em virtude da organização de seus participantes, foi nela que ocorreu intenso conflito com o poder público, que utilizou diversas formas de repressão policial<sup>23</sup>. Nesse conflito, o movimento dos posseiros urbanos contou com o apoio expressivo da ala progressista da Igreja Católica que se manifestava de forma diferenciada nesses momentos.

Diante desse impasse, de acordo com Chaves (1985), a Arquidiocese de Goiânia pronunciou-se por meio de um documento, intitulado *Invasão e violência*, que foi publicado no *Diário da Manhã*, de 11 de abril de 1980, contendo a seguinte mensagem:

Por invasores consideramos aqui famílias inteiras que, levadas pela fome e por outras pressões, deslocam-se do lugar onde moravam e instalam-se nos espaços desocupados da cidade [...]. A terra de ninguém é do primeiro ocupante... Se não aparece alguém que tome a defesa dos oprimidos, o medo, à violência, as ameaças expulsam pela força os migrantes daquele pedaço de chão, sem o mínimo respeito aos dispositivos do Direito como se a ação policial pudesse agir, nesses casos, por iniciativa própria [...] Os proprietários de áreas ociosas, de casas sobre casas, de loteamentos clandestinos são sempre bem tratados e protegidos porque dispõem de dinheiro para assegurar seus privilégios [...] Não há preocupação séria em resolver essa terrível chaga social [...] Mas ninguém se iluda. Esses 'restos' que são a imensa maioria da sociedade, estão tomando consciência de seus direitos e de sua condição inalienável de pessoas humanas. (*apud* CHAVES, 1985, p. 93).

---

<sup>22</sup> Segundo os argumentos oficiais, tratava-se da expansão da indústria e do comércio. Nesse sentido a "firma Carfepe S. A. iniciou outra ação judicial requerendo 3.000 lotes na área já desapropriada pela Prefeitura" para tal fim (CHAVES, 1985, p. 92).

<sup>23</sup> A repressão policial, conforme Chaves (1985), ocorreu com o uso de cassetete, gás lacrimogêneo e arma de fogo.

Conforme a autora, em outros momentos de sua trajetória histórica, a Igreja Católica adotou posição conservadora voltada para os interesses da burguesia, com destaque especial para sua ação no movimento leigo *Tradição, Família e Propriedade*. No entanto, após o golpe militar, voltou-se para a direção apontada pelo Concílio Vaticano II, em 1965, e reforçada na II e na III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín na Colômbia, em 1968 e Puebla, no México, em 1979 (CHAVES, 1985).

Nesses espaços de tomada de decisões, a Igreja afirmou seu compromisso, preferencial pelos pobres e oprimidos. Na concretização de tal compromisso, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as diversas pastorais (da terra, da juventude, operária, dentre outras) tiveram um papel fundamental na organização das classes subalternas, em defesa da justiça social, dos direitos humanos e da construção de uma sociedade justa e fraterna (CHAVES, 1985; SANTOS, 2008).

As associações de moradores constituíram um espaço de ampliação dessa organização por ultrapassarem os limites da religião católica e abrigarem todos os segmentos de credo e tendências políticas. Os setores progressistas da Igreja procuravam superar o conservadorismo na administração de centros comunitários, nos quais o assistencialismo era praticado (CHAVES, 1985).

A análise das relações entre setores da Igreja Católica e as questões sociais no Brasil, nas últimas décadas do século XX, sobretudo no tocante às lutas por justiça social, permite a afirmação de que essa instituição se posicionou como defensora da população marginalizada, diante de um Estado inoperante.

Na opinião de Santos (2008, p. 72),

durante a ditadura militar, a Igreja Católica foi um apoio institucional importante para os movimentos populares, por intermédio de sua *ala progressista* ligada à Teologia da Libertação. Tal atuação foi fundamental para que os movimentos pudessem se reunir nos bairros, uma vez que lhes cedia os salões paróquia e dava apoio espiritual e político para as camadas populares urbanas, que podiam contar com a capacidade organizativa da Igreja católica.

Os temas da *Campanha da Fraternidade* idealizados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e divulgados desde o final dos anos 1960, até os dias atuais apontam a sensibilidade dessa instituição que se compromete com a questão dos direitos da pessoa humana, sobretudo dos mais pobres.

As lutas pela moradia na cidade de Goiânia, de um lado, consistiram no ato

de ocupar um terreno e nele construir, para garantir e defender o espaço físico da *invasão*, de outro, o de empreender um processo de luta pelo seu reconhecimento social como sujeitos, o que exigiu lutar contra essa identidade social negativa: a de morador de *invasão*. A intermediação de setores progressistas da Igreja Católica por meio de trabalhos educativos, permitiu a mobilização dos indivíduos para contraporem-se às marcas de carências e, ainda, contribuiu para a compreensão do processo que os atingia como grupo social..

Esses setores da Igreja também se mobilizaram para uma série de ações com o objetivo de orientar os moradores com informações na área jurídica, bem como dos direitos humanos inerentes ao sujeito (SANTOS, 2008).

A organização do movimento de posseiros urbanos de Goiânia teve como marco a criação da União dos Invasores. Mais tarde, no final da década de 1970, seu nome foi alterado para União dos Posseiros Urbanos.

Conforme com Moraes (1998, p. 316),

a União das Invasões apoiou todas as invasões que aconteceram em Goiânia. À medida que buscava consolidar-se como um movimento político de luta por moradia decente, respeito social e cidadania, 'concluiu-se que seu nome estava bastante limitado. Em 1984, a União das Invasões foi rebatizada como União dos Posseiros Urbanos.

Essa alteração não foi, simplesmente, de forma, mas de conteúdo, já que esse movimento marcou a ocupação de uma área vazia na Vila João Vaz, em 1979, seguida de um intenso confronto entre os posseiros e a polícia, no qual muitas pessoas foram feridas, causando-lhes, também, danos materiais e morais.

Posteriormente, em 1987, segundo Moraes (1998) foi criada a Federação Goiana de Inquilinos e Posseiros (Fegip), com a finalidade de lutar para que os posseiros pudessem gozar dos direitos civis e políticos e cumprir seus deveres como qualquer cidadão, exigindo que os níveis governamentais “implementasse[m] uma política de habitação para atender às necessidades de moradia daqueles que recebiam até doze vezes o salário mínimo legal.” (p. 308)

Como forma de viabilizar sua proposta, ou seja, unir os posseiros para lutarem pela moradia, a Fegip desenvolveu uma série de atividades de politização da categoria, com “encontros e seminários, formação e fortalecimento de organizações comunitárias de base, boletins informativos, estações de rádio alternativas, um canal de TV móvel e congressos regionais e estaduais”, dentre

outras estratégias. Conforme Moraes, (1998, p. 308),

os inquilinos sempre fizeram parte da FEGIP. Embora as organizações que a precederam não possuíam a "palavra 'inquilinos' em suas siglas, os posseiros de hoje são, em sua maioria, os inquilinos de ontem".

Nas décadas de 1980 e 1990, essa instituição buscava nas suas lutas assegurar o poder político às lutas dos sem-teto. Ela ainda colaborou, fortemente, na defesa das ocupações locais e procurou fortalecer vários movimentos de bairros, dentre os quais, o Anhangüera, Finsocial, Jardim Botânico, Jardim das Oliveiras, Lajeado, Dom Fernando, Parque das Amendoeiras, e, ainda a Associação da Vila Coronel Cosme.

De acordo com Moraes (1998, p. 308-9), "as atitudes e ações governamentais para com a Fegip sempre intencionaram o enfraquecimento da organização" que resistiu "às pressões dos governos estaduais e municipais". A federação não ficou vinculada somente aos problemas de Goiânia. Ao contrário, deu suporte a outros movimentos populares em âmbito nacional, incluindo a criação de organismos que participaram fortemente da luta pela reforma urbana: Articulação Nacional do Solo Urbano (Ansur) e o Movimento Nacional de Luta Pela Moradia (MNLN).

Três fatos importantes marcaram a trajetória de luta da Fegip, segundo Moraes (1998, p. 315):

- a formação da União das Invasões – União das Terras Invadidas em 1980;
- a União das Invasões torna-se União dos Posseiros Urbanos em 1984;
- a União dos Posseiros Urbanos torna-se Federação Goiana dos Inquilinos e Posseiros (FEGIP) em 1987.

O final da década de 1980 levou a população espoliada pelo processo inflacionário ao desemprego, aos baixos salários, à falta de condições de sobrevivência em virtude da concentração de rendas. Por outro lado, com a não implementação de políticas públicas que respondessem às suas necessidades, essa população, empobrecida, e com um grau de insatisfação cada vez maior, passou a organizar-se em movimentos populares contra a carestia, na luta por creches, em movimentos feministas, nas associações de moradores, de moradia, dentre outros, em busca de seus direitos.

Segundo Moraes (2003, p. 189), a crise no setor da habitação voltada para os interesses das camadas sociais de baixa ou nenhuma renda obrigou inúmeras famílias, em sua maior parte proveniente do campo, a organizarem-se em movimentos na busca do direito à moradia.

### **3.3.1 O Jardim Nova Esperança: marco da organização social por moradia digna**

A análise do contexto dos movimentos sociais, a partir da segunda metade do século XX, permite inferir a compreensão da história das classes subalternas, que, segundo Cardoso (1995, p. 14), não constitui “mero desenrolar de fatos econômicos e sociais sem finalidade; ela tem uma direção consciente. São os homens que a constroem ao produzirem os meios de produção e reproduzem a si mesmos e à sociedade”.

Para Moraes (2003), o processo de organização dos movimentos sociais pelo direito da moradia possibilita aos moradores trocarem experiências entre si, fortalecendo o movimento que passa a fazer a interlocução com o Estado. Seus atores, de um lado, têm como objetivo buscar solução para a moradia, e, de outro, visam construir instrumento político de reivindicação e de encaminhamento de luta que leve ao atendimento das suas necessidades.

Conforme Oliveira (2002), o comprometimento de intelectuais orgânicos na vida cotidiana das ocupações e a participação dos posseiros moradores contribuíram para modificar o universo de participantes com a desmistificação/construção da identidade social de *invasores* para posseiros, suscitada pela educação popular, que se constituiu em embrião para uma organização mais consciente na busca de seus objetivos, a partir daquele momento.

Na concepção desse autor, o êxodo rural diário aumentava e, na área urbana, também crescia o contingente de pessoas pobres sem meios de sobrevivência e de adquirir a casa própria. O Estado continuava a ignorar a carência social, não cumprindo seu papel com projetos de políticas sociais na questão da moradia. Assim, a solução era a ocupação dos terrenos vazios nas periferias.

Segundo Oliveira (2002, p. 103), no dia 4 de outubro de 1979, a primeira ocupação coletiva em Goiânia deu-se na Fazenda Caveirinha, o que foi “uma luta política para construção do espaço urbanizado e com infra-estrutura adequada, com

base na própria capacidade de representação junto ao poder público”. Esse processo de ocupação é considerado um marco das ocupações coletivas com significado cultural, contribuindo para as experiências da organização política dos posseiros: ocupar e resistir para resolver a questão da moradia, no bairro que foi denominado posteriormente de Jardim Nova Esperança.

Para Oliveira (2002), a estruturação desse bairro foi resultado do movimento que teve como base conhecimentos da realidade presente e do processo histórico. Foi a quebra do silêncio e das intensas lutas marcadas pela pluralidade das identidades, da separação entre Estado e sociedade, da superação da fase das ocupações individuais.

Como um todo, a dinâmica das relações sociais em Goiânia projetou o “sujeito do meio popular ao nível político, [...] [foi] o alvorecer de uma nova experiência social, com a afirmação do sujeito coletivo e organizado” (OLIVEIRA, p. 122), nos movimentos em busca dos direitos.

A autora exemplifica o caso do Jardim Nova Esperança, em Goiânia, que, desde 1979, consistia, simplesmente, de um grupo de famílias moradoras de aluguel que, inconformados com a realidade, organizaram-se em grupo para ocupação de um terreno particular na região Sudoeste da cidade. A ocupação, que se deu de forma extremamente organizada e coletiva, representou um marco para o movimento dos posseiros urbanos em Goiânia.

Em dezembro de 1980, a Associação do Jardim Nova Esperança, Moraes (2003), afirma que todos *invasores* conclamou para uma assembleia em que seriam discutidos os problemas relacionados aos posseiros, bem como aos da moradia. Dessa reunião, nasceu a União das Invasões, em 1981.

A ocupação do Jardim Nova Esperança, no final da década de 1970, foi significativa para o movimento de moradia em Goiânia já que representou uma alavanca para o surgimento de uma discussão até então escamoteada pelas autoridades do Estado, bem como pelo poder público municipal. Naquela época, os conflitos urbanos pela terra em Goiânia e as pessoas envolvidas nas reivindicações eram consideradas *lixo* pela sociedade. Dessa forma, é importante ressaltar que o próprio Estado estimulava o surgimento de áreas de posse.

Para Chaves (1985), em Goiânia, a ocupação do Jardim Nova Esperança foi um marco nas lutas por moradia, já que a mobilização em torno da questão chamou

a atenção da sociedade e do poder público para a ausência de moradia, de cidadania, do respeito a muitas pessoas à margem do desenvolvimento social.

Para a autora, muitas pessoas demonstravam enorme preconceito em relação às áreas de posse, evitando circular por locais como o Capuava, o Jardim Botânico. Até a própria região Leste, que já tinha uma ocupação histórica, sofria preconceito. Assim, a ocupação da Fazenda Caveirinha que se constituiu posteriormente no Jardim Nova Esperança foi um impacto na questão fundiária urbana do acesso a terra para moradia, passando a ser tratada até mesmo, ainda que timidamente, como uma questão de Estado. Portanto, havia motivo para comemoração dos militantes dos movimentos sociais urbanos goianienses.

## CAPÍTULO IV

### ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DE LUTAS NA VILA CORONEL COSME

Como analisado anteriormente, diversos grupos da sociedade civil aglutinam-se em busca de uma nova institucionalidade e interlocução com o Estado, atribuindo papéis próprios de agentes do povo a cidadãos originários de associações para confrontar, negociar e propor com suas demandas, soluções para as necessidades. Constata-se no entanto, que muitas dessas organizações são ampliadas mais como estratégias de aglutinação de pessoas, além de deter o controle sobre os espaços de discussão política.

Nas últimas duas décadas do século XX, segundo Gohn (1994), existiam no Brasil três formas básicas de agregação das demandas populares relativas às necessidades do setor urbano como principais formas de organização popular: as associações de moradores, as sociedades de amigos de bairros (SABs), as associações de favelas e as lutas e movimentos, em particular, pela moradia ou por equipamentos urbanos.

Essas organizações tinham reivindicações e objetivos semelhantes, porém, divergiam, em decorrência de suas origens, na questão do desenvolvimento histórico, nas articulações e nas relações sociais tanto internas quanto externas. Além disso, diferenciavam-se nos métodos utilizados para o encaminhamento das demandas, dos projetos político-ideológicos e, também, nas configurações de suas ações no espaço urbano construído.

Analisar o processo organizativo da Associação dos Moradores da Posse Urbana da Vila Coronel Cosme exige um retrocesso no tempo para confirmar que essa população não está desligada da realidade. Ao contrário, ela é também uma parte do todo, resultado de um longo processo da formação histórica do país. Nesse sentido, julga-se necessário, narrar o processo sutil de articulação dos moradores da Vila Coronel Comes em forma de associação para fortalecer o combate às pressões contra a permanência da população na área.

Essa associação de moradores teve sua origem no contexto da redemocratização da sociedade e na participação de seus moradores no movimento dos posseiros urbanos, cuja organização ganhou força, apesar de sofrer os

rebatimentos de uma administração do Estado dividido, que buscava arrebanhar parte de suas lideranças para o seu projeto. O movimento cindiu-se com a criação da Associação de Posseiros Urbanos, vinculada à administração estadual, que se tornou a interlocutora de parte do segmento dos posseiros urbanos com o poder público daquela época. Contudo, diante dessa relação não se pode deixar de mencionar a presença de uma forma extrema de sociedade política, com poder, tanto de dominação como de consenso, na luta contra o novo e pela conservação dos que vacilam, consolidando-se por meio da força ou do consenso, como manifestação do novo para destruir as resistências durante o desenvolvimento dessas forças, conforme expõe Gramsci (1988).

A intervenção de assessores do governo provocou a divisão do movimento dos posseiros, porém, os componentes da União dos Posseiros Urbanos não abandonaram a luta e tornaram-se fortalecidos com a eleição municipal do governo democrático-popular para o período 1993-1996, justamente no contexto da articulação para criação da Associação dos Moradores da Posse Urbana da Vila Coronel Cosme, em 1993.

Essa forma de organização popular da Vila Coronel Cosme teve como um dos objetivos a discussão do processo de urbanização daquela área. Com efeito, essa forma de aliança é resultante do acúmulo de forças dos moradores, seja no confronto com os pretensos *donos* da área, seja na luta pela sobrevivência, ou ainda das discussões nos espaços da Igreja Católica, do Centro Comunitário, local de que dispunham para refletirem acerca dos momentos vivenciados e na busca de soluções para as suas dificuldades, bem como na articulação com outras organizações.

Não se pode deixar de ressaltar o significativo apoio da ala progressista da Igreja Católica por ocasião da ocupação da área, aos posseiros da Vila Coronel Cosme, conforme salienta um dos ex-moradores:

fizemos uma triangulação entre os setores avançados da Igreja, [estudantes] universitários e do Colégio de Aplicação da Universidade Federal [...] fizemos cursos de alfabetização de adultos para [...] reflexão mais crítica da realidade (Ariel).

Ao mencionar a mobilização no início da ocupação, final da década de 1970 e início da década de 1980, um ex-morador relata que se reuniam *até quinhentas*

*peessoas*, com o intuito de fazerem parte do processo de redemocratização da sociedade em prol da concretização de direitos proclamados na Constituição Federal (BRASIL, 1988). Ressalta, ainda, a participação de alguns moradores da Vila Coronel Cosme, como militantes no enfrentamento das questões do Jardim Nova Esperança, no clímax do processo de redemocratização brasileira e também da transição do nome de União das Invasões para União dos Posseiros Urbanos, o que conferiu um salto qualitativo no nível de consciência dos trabalhadores e, de modo geral, dos moradores de posse urbana, como no caso da Vila Coronel Cosme, que buscava articulação com diversas frentes<sup>24</sup>. O referido ex-morador assim se expressa: “fizemos uma parceria com a União da Nova Esperança e a união das invasões na época” (Ariel). A Associação do Jardim Nova Esperança também participou da criação da União das Invasões.

Diante desses fatos é importante apresentar a concepção de Gramsci (1988) de que a força exterior que oprime o homem, que o torna passivo, se transforma em meio de buscar liberdade, em instrumento para criar uma nova forma de ética política tendo, em sua origem, novas iniciativas. É o momento em que a esfera egoísta e passional, a esfera dos interesses corporativos e particulares, eleva-se ao patamar da consciência universal, e as classes conseguem elaborar um projeto para o todo, por meio de uma ação coletiva, com o objetivo de mudar a realidade.

Também vale destacar o argumento de Cardoso (1995), que em sua concepção, considera que as classes sociais, a luta de classes e a consciência de classe existem e desempenham um papel na história e, nessa premissa básica, segundo a autora, o conceito de classe social subalterna é fundamental para compreender a organização dos posseiros na cidade de Goiânia e, em particular, a da Vila Coronel Cosme que para o enfrentamento das lutas, contaram com o apoio de parte da Igreja Católica para a implantação do Centro Comunitário na década de 1980.

Os desafios para a permanência na área continuaram, e, com a eleição e gestão do governo municipal (2001-2004), em Goiânia, tido como democrático-popular, organizaram-se na luta pela urbanização da área e legalização da propriedade. Nessa fase, receberam apoio, inicialmente, da União dos Posseiros

---

<sup>24</sup> O termo frente é empregado para indicar as posses urbanas existentes em Goiânia.

Urbanos, de estudantes e de professores inseridos no Programa de Direitos Humanos (PDH) atual PUC-Goiás.

No tocante aos desafios enfrentados para a implementação da associação e de suas ações, um dos moradores da Vila Coronel Cosme e ex-presidente da entidade (1993-1996), em entrevista realizada em 2004, relata que, ao assumir a direção da associação, reuniu a comunidade para registrar a entidade em cartório e tomar outras medidas:

A gente *tava* precisando de organizar aqui, *né*, lutar *pras benfeitoria* aqui *pro* setor. Resolvi assumir, tomar a frente; eu registrei a associação tudo certinho em cartório, Diário Oficial, na Justiça Federal também, na Receita Federal. *Tiramos* o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e tudo. Daí começou nossa luta. Na época, o Darci era prefeito da cidade, tivemos várias reuniões na Comob; o pessoal fez um projeto aqui *pra* urbanização e legalização da área de posse, só que a legalização da área de posse até hoje não foi possível. Até hoje não conseguimos legalizar essa área, mas benfeitoria a gente conseguiu, asfalto aqui nessa rua, asfalto na rua de baixo, asfalto na rua da igreja [rua 2], foi uma luta. Assim, pouco a pouco, agente fomos conseguindo alguma coisa. Só que aí ficou muito difícil! O pessoal afastou; todo mundo; era só eu. Eu tinha que trabalhar e tudo ficou um pouco difícil! Acabamos não dando prosseguimento a esse trabalho, a essa luta. Então, eu me afastei da associação um tempo (Malaquias).

A busca por melhoria da área não se limitou ao asfalto das ruas. Em setembro de 1995, a posse urbana da Vila Coronel Cosme foi inserida no *Programa Morada Viva de Urbanização e Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas*<sup>25</sup> (GOIÂNIA, 1995, p. 1). No entanto, esse projeto não foi concretizado, e conforme especulações dos moradores, a não viabilização desse projeto teve como causa as divergências existentes entre o presidente da associação e a prefeitura, prejudicando a negociação, e que os recursos foram desviados para outra área. Diante do impasse, conflitos internos começaram a surgir entre os associados, destacando-se a atitude do presidente que optou pelo afastamento do cargo, e dentre outras conseqüências, desvirtuou-se o real propósito do movimento. Ainda assim, segundo outro morador, tentou-se, na ocasião, reaglutinar os moradores para lutar pela urbanização.

---

<sup>25</sup> Esse programa “foi elaborado sob a responsabilidade da Diretoria de Habitação da Comob, com a participação de técnicos do IPLAM e Departamento de DERMU/COMPAV” (GOIÂNIA, 1995, p. 2) anexo à carta-consulta ao Pró-Moradia-FGTS para viabilizar o projeto de urbanização de várias áreas de posse em Goiânia, dentre elas, a da Vila Coronel Cosme. Segundo consta no documento, o projeto previa a geração de trabalho e renda para a população local inserida em todas as suas etapas.

Vale ressaltar que o ex-presidente da associação justificou a sua atitude afirmando que, *a maioria da população não se interessava muito*. Ele ainda afirmou: *Já perdemos o dinheiro que saiu para urbanização dessa área em 1995* (Malaquias). Além do afastamento do presidente da associação e da frustração por não ocorrer a possível urbanização, outro fator que contribuiu para o enfraquecimento da participação dos moradores em seu processo organizativo e na sua luta foi a ocupação do prédio do Centro Comunitário, durante duas décadas por uma família que o transformou em residência. Em decorrência, os moradores ficaram sem espaço físico para a realização de suas atividades.

Em 2002, durante o período de uma nova gestão democrático-popular (2001-2004), em Goiânia, os moradores dessa posse urbana retomaram sua organização e luta pela urbanização da área, buscando mobilizar os moradores com o intuito de retomar a direção da associação. No desenvolver das discussões e, com a assessoria dos estudantes do Programa de Direitos Humanos (PDH), foi reativada a associação. A primeira reunião aconteceu no estabelecimento comercial de um dos moradores, teve como objetivo a retomada do processo organizativo na área de posse urbana e contou com a presença do presidente da Associação de Moradores do Bairro Feliz; também teve o objetivo de desvincular dessa associação a da Vila Coronel Cosme.

Apesar de ser a primeira reunião, estavam presentes 26 pessoas, dentre elas, três que despontavam como candidatas à presidência da Associação da Vila Coronel Cosme. Um dos principais articuladores do movimento nos bairros Feliz e Vila Coronel Cosme, membro da diretoria da Associação de Moradores do Bairro Feliz, pretendia eleger-se presidente da nova associação. De acordo com a informação do presidente da Associação de Moradores do Bairro Feliz, na ocasião, dentre as pessoas que pleiteavam a presidência da Associação, duas pretendiam candidatar-se ao cargo de vereador nas eleições municipais de 2004, pelo Partido dos Trabalhadores.

Entretanto, concretizou-se a candidatura apenas do presidente da Associação de Moradores da Vila Coronel Cosme, cujo processo eleitoral transcorreu concomitantemente com a discussão da urbanização da área, que foi retomada pela população desde outubro de 2001, com a assessoria do PDH da UCG. Tais reflexões foram retomadas após uma visita da Defesa Civil que intimou a Comob a transferir as famílias que estavam morando às margens do Rio Meia-Ponte, local

considerado, por aquele órgão como de risco. Inicialmente, foram relacionadas 18 famílias, e a lista foi entregue à equipe do PDH que atuou naquela área e se reuniam com aquelas famílias, próximo às suas casas, situadas às margens do rio.

Em uma mesma reunião da qual participaram 44 pessoas, o diretor da Comob apresentou o resultado do levantamento topo-topográfico<sup>26</sup> contendo o mapa da área de posse da Vila Coronel Cosme I e II, com o desenho de 378 casas que abrigariam seus moradores. Trabalhava-se com a hipótese de retirada de 100 a 120 casas, e a tendência era que esse número aumentasse. Ressalte-se que essa área de posse foi a primeira em que os delegados do orçamento participativo (OP)<sup>27</sup> participaram para determinar as prioridades da região e/ou da população. Quatro dos seis delegados decidiram que a primeira providência seria entregar a escritura para regularizar os lotes. Informou-se que fizeram todos a leitura do mapa, com o objetivo de elaborarem um diagnóstico da área. A reunião realizou-se no dia 11 de dezembro de 2002<sup>28</sup>.

Conforme diagnóstico realizado a partir da Rua 2, o diretor da Comob, apontava no mapa a existência de inúmeras casas irregulares chegando a questionar:

O que fazer com estas casas irregulares para ligar uma rua à outra? Só aqui na Rua 2, doze casas precisam sair para que seja possível ligar uma rua com outra, para sair na estrada de ferro teríamos que tirar mais duas casas, etc. Essa tarefa temos que fazer juntos, muitos não querem sair, mas como também fazer a urbanização sem tirar as casas? [...] <sup>29</sup>.

No transcurso da reunião, o diretor da Comob apontou a linha vermelha que indicava a maior enchente ocorrida nos últimos dez anos. Abordou a legislação

---

<sup>26</sup> O levantamento topo-topográfico foi o resultado de uma ação conjunta do PDH com a Comob. Ele foi executado por uma firma empreiteira e pago com recursos do “orçamento participativo” da prefeitura municipal. Os estudantes assumiram a preparação dos moradores, distribuindo panfletos de casa em casa. Também os trabalhadores auxiliaram os estagiários.

<sup>27</sup> Segundo Sanches (2002), a origem da proposta do orçamento participativo configura uma nítida ruptura com o clientelismo na política brasileira, sobretudo, com aquela fortemente marcada pelo patrimonialismo e pelo autoritarismo burocrático. Surgiu das circunstâncias de formação do partido e das características marcantes da conjuntura no final dos anos 1980. Foi uma inovação institucional, a primeira experiência ocorrida na sociedade contemporânea em que uma administração local, nascida de lutas sociais e de um partido popular e socialista como o Partido dos Trabalhadores (PT), que criou como mecanismo de gestão democrática e participativa das políticas públicas, instrumento de participação popular das tomadas de decisões para melhor alocação dos recursos e distribuição de renda, às regiões mais pobres.

<sup>28</sup> Informações obtidas do Diário de Campo 2003/05 da pesquisadora.

<sup>29</sup> Trecho extraído da reunião da Associação de Moradores da Vila Coronel Cosme, do dia 11 de dezembro de 2002. Informação obtida do Diário de Campo 2003/05 da pesquisadora (UCG/PDH, 2001/2003).

federal que define a distância de cem metros das margens do rio para a construção das casas. Mencionou a possibilidade de uma negociação para diminuição da metragem da legislação federal (aproximadamente cinqüenta metros) e, ainda, a necessidade de

uma pesquisa paralela, tendo em vista que a Vila Coronel Cosme tem uma parte pública e outra privada; que a parte pública a Câmara de Vereadores aprova e tudo fica resolvido. A parte privada precisa ser desapropriada e fazer o pagamento a seus respectivos donos. Prefeitos anteriores [...] não pagaram os proprietários das terras. Significa, portanto, que as áreas privadas da Vila foram desapropriadas, mas o pagamento não foi feito. Tudo isso é complicado e demorado. Provavelmente, esta situação só será resolvida em 2004. Mesmo assim já estávamos fazendo o levantamento das áreas públicas e privadas. Um [...] é que a urbanização desta área ficará mais ou menos em torno de 2 milhões de reais [...], cada família em torno de 15 mil reais. [...] O Ministério Público e a Prefeitura não irão bancar sozinhos toda esta despesa porque é competência também da Empresa e/ou dono da estrada [de ferro]. Está sendo aberto um processo contra a Empresa, para que cumpra a sua parte<sup>30</sup>.

Ao convidar o diretor da Comob para discutir a urbanização da área em uma reunião que deveria tratar do concurso à presidência, um dos candidatos, que postulava candidatura e melhoria das condições de habitação, utilizou-se dessa estratégia para conseguir vantagem sobre seus concorrentes. Essa afirmação ficou evidenciada no final da votação, ao verificar que esse candidato se sobressaiu como o mais votado. Apesar da proposição de três chapas para candidatura a presidência, houve consenso para chapa única, justificado pelo temor da divisão de forças. Com a participação de 150 moradores, a chapa única elegeu-se em processo que se pode afirmar como democrático.

Essa atitude político-democrática entre os moradores para eleição do presidente é salutar ao contexto das lutas. Segundo Gramsci, “as classes subalternas podem encontrar [...] espaço privilegiado para organizarem [em] suas associações, articularem suas alianças, [e,] confrontarem seus projetos sociopolíticos” (*apud* SEMERARO, 1999, p. 158).

A nova diretoria eleita com a assessoria dos estudantes estagiários do PDH/UCG passou a discutir o papel da associação, a providenciar a legalização da sua documentação, então inconclusa, e a discutir o processo de reurbanização da área como prioridade.

---

<sup>30</sup> Trecho extraído do discurso em reunião da Associação de Moradores da Vila Coronel Cosme, do dia 11 de dezembro de 2002, obtido do Diário de Campo 2003/05 da pesquisadora (UCG/PDH, 2001/2003).

#### 4.1 O impasse da área de risco e a discriminação social

A dificuldade de fazer avançar o processo de urbanização da área, principal impasse na questão socioespacial da Vila Coronel Cosme, esteve atrelada às áreas de risco. Havia algumas habitações situadas às margens do Rio Meia-Ponte, bem como outras que se localizavam à beira da linha férrea dessa posse urbana, e as áreas de risco em pautas de discussão da associação.

Assim, se de um lado, os moradores das margens do Rio Meia-Ponte vivenciaram as pressões da Defesa Civil para sua saída da área durante o período chuvoso; de outro, os moradores das margens da ferrovia foram intimados judicialmente pela empresa Ferrovia Centro Atlântica a deixarem suas casas, com a ameaça de serem retirados à força. Algumas famílias foram removidas para outros locais distantes da área, outras, para barracas improvisadas com lonas plásticas. Em decorrência dessas pressões, e temendo a força policial, alguns moradores deixaram a área, retornando às suas cidades de origem. Outros buscaram formas alternativas de moradia.

A área de risco abandonada pelas famílias sob a orientação da Defesa Civil foi posteriormente ocupada por outras que chegaram ao local. Em alguns casos, essa ocupação deu-se sob a forma de aluguel. A atitude de locar o imóvel pelos moradores evadidos como saída para fugir da (o)pressão justificada pela ideia de proteção da vida, pelo risco, foi, ainda, largamente enfatizada na audiência do dia 6 de março de 2005, no Ministério Público.

Nessa audiência planejada, os moradores da Vila Coronel Cosme, munidos de cartazes, manifestaram seu protesto pela indiferença das autoridades municipais e estaduais em resolver sua questão de permanência ou não nas áreas tidas como de risco, em decorrência do período chuvoso. Dessa audiência, participaram o presidente da Associação de Moradores da Vila Coronel Cosme, alguns moradores, o presidente da Comob e o presidente da Agehab na época, a imprensa, autoridades da Polícia Militar, Promotor de Justiça, engenheiros e advogados representantes da Ferrovia e também da Emegê, empresa produtora de massas.

Em relação à compra ou locação de imóvel na área da Vila Coronel Cosme, destaca-se trecho do diálogo:

Dr. O pessoal vende Dr. de um pra o outro. A frente é tudo antigo o que existe é que atrás da linha foi crescendo (advogado).

A Coronel Cosme II, de agora pra frente existe vários moradores que existe pra frente, da onde foi caída a erosão ali, existe famílias mais novas que entraram agora, [...] que comprou o direito do outro (morador).

Invasão virou comércio. Invasão é um tipo de comércio, (fala repetida pelos advogados, engenheiros e promotor).

Segundo informação dos próprios moradores que nós cadastramos no final do mês passado, tem gente lá com um mês que tá habitando lá (autoridade da polícia militar)

Que comprou o direito do outro [...] (uma das autoridades).

A alegação do ex-morador, na condição de *proprietário do espaço*, é que ele esperava ser ressarcido pelas despesas ali efetuadas, já que todas as economias de uma vida de intenso trabalho estavam ali aplicados. A análise de Sader (1988) desmistifica a ideia de comércio em área de posse, de forma generalizada, envolvendo todos aqueles que a *ocupam* para morar.

É fácil notar os reflexos cruéis da segregação socioespacial que se expressa nas situações dela decorrentes, a saber, a ideia de *invasão como comércio*. Esse argumento, diga-se de passagem, é extremamente generalizada, pois, mesmo admitindo-se a ocorrência de alguns casos dessa prática, não pode ser tomada no conjunto. Assim, pode-se dizer que, se tal argumento é persistentemente utilizado pelo poder público, não se pode negar que se trata de atitude estrategicamente discriminatória para lidar com as reivindicações de moradores de áreas de posse, o que torna mais complexas as tentativas de reflexão sobre a questão fundiária urbana.

Ao referir-se aos *manipulados*, Eder Sader (1988) menciona “famílias operárias [que] procuraram assimilar (com resultados variados) os padrões de consumos difundidos pela indústria cultural e que os aparentaria à ‘classe média’”. Na realidade famílias são *obrigadas* a deixarem suas moradias, e o fator *comercial* mencionado pelas autoridades na questão das moradias em áreas de posse e que de fato acontece, pelo menos em alguns casos isolados, significa uma “absorção dos padrões dominantes” (p. 110). Por outro lado, reforçando o que foi dito anteriormente, não se pode deixar de considerar que o argumento de que *invasão virou comércio*, utilizados pelos donos do poder é uma forma pejorativa de tratar essa população, uma estratégia para justificar que ela não tem direito ao espaço.

A busca pela permanência no espaço é um constante enfrentamento diante

dos que se dizem donos da área. As autoridades representantes das instituições públicas, no discurso, atuam em defesa dos moradores. No entanto, são complacentes com o poder público quanto à exigência de execução de políticas públicas que atendam às necessidades humanas. Ainda, ao serem chamadas para participar nos conflitos, assumem uma atitude repressora, defendem a propriedade privada expressa na especulação imobiliária, em detrimento de uma maioria excluída de seus direitos, como evidenciado em reunião para tratar sobre a questão dos moradores das áreas de risco próximos à linha férrea e beira do Rio Meia-Ponte.

A questão da retirada dos moradores da *área de risco* serviu de pretexto para as autoridades ampliarem a discussão sobre a questão dos *invasores* (termos utilizados constantemente pelas autoridades na audiência) nesse local. O Promotor de Justiça, com a alegação de existência de riscos à vida de algumas famílias em virtude das chuvas, respondeu em entrevista – à parte – à imprensa, quando questionado sobre qual seria a melhor solução para os moradores: “o ideal [...] [seria] a retirada desses moradores dali, desde que eles sejam colocados em outro lugar, e esse é o grande impasse que nós estamos enfrentando”. Contudo, persistentemente, um membro da imprensa disse: “só que os moradores querem ser transferidos para outro lugar perto da Coronel Cosme, isso é possível?” O promotor, em resposta, assim afirmou:

Olha, ali é gente que invadiu terra, e como invasor de terras, também a gente não pode dar tanta colher de chá assim não! Se a gente arrumar *pra eles ficar* em outro lugar longe, eles vão *pra longe*, ou então, nada feito!

Ainda ao ser questionado pela entrevistadora se concordava ou não que *a retirada da ferrovia talvez fosse uma solução viável já que ela atende hoje basicamente a uma empresa, a Emegê*, o promotor respondeu que possivelmente o assunto seria discutido em audiência naquele mesmo dia.

A discussão acerca da questão da linha férrea e das enchentes do Rio Meia-Ponte que ameaçaria as famílias, e que, portanto, deveriam ser retiradas das áreas de risco, ampliou o debate para a questão da moradia da população. Na ocasião, as autoridades utilizaram o argumento de que a questão *invasão* constituía prejuízo para a urbanização goianiense. Por outro lado, evidenciou-se a indiferença das autoridades em relação ao direito à posse daquela área, posto que, como alegou

uma das lideranças da Associação da Vila, algumas famílias habitavam o local havia mais de trinta anos.

Discutiu-se muito sobre a retirada ou não da linha férrea ou das casas localizadas às margens, o que acirrou o conflito entre direito e autoridade, essa última vista como autoritária, já que o que se pôde perceber, dentre tantos argumentos técnicos e econômicos, que a população *tinha* que compreender e *colaborar*. Prova disso é o argumento utilizado pelas autoridades quando um morador alegou sua fixação no local havia mais de vinte anos, como destacado no trecho a seguir:

O senhor tinha ciência do que você estava fazendo, que no futuro poderia estar causando uma série de transtornos não só pro senhor. Mas pra outras pessoas? (advogado).

Não eu não tinha, eu vim da roça... (morador).

Mas o senhor tinha idéia do risco que *tava* vivendo ali, *né?* (autoridade da polícia militar).

Não tinha (morador)

Nem do risco? (autoridade da Polícia Militar).

Nem do risco... (morador).

O trem passando ali pertinho e o senhor nunca percebeu que... (autoridade da polícia militar).

O interrogatório das autoridades, na audiência que tratava da questão do risco iminente à vida dos moradores das áreas assim avaliadas, denota mudança da pauta, sugerindo atitude arbitrária e intransigente dos *donos do poder*, em relação à condição indigna de um dos moradores da Vila Coronel Cosme, como expressa no termo *ciência* empregado pelo advogado da linha férrea.

Em relação ao diálogo entre autoridades e migrantes, é pertinente usar a reflexão de Eder Sader (1988) sobre depoimentos de ex-moradores rurais. Mesmo com todos os problemas existentes na cidade, as vantagens nela oferecida para o migrante superam as que eles desfrutavam na *roça*.

Segundo esse autor, o migrante rural

busca as oportunidades de mobilidade social oferecida pela sociedade urbana. Isso quer dizer que os fundamentos da sociedade tradicional já estavam corroídos lá mesmo. A migração já aparece como tentativa de melhorar de vida, numa denúncia da deterioração das condições de vida rural relacionadas com o poder de atração da vida urbana. O fundamental é saber como é resolvido o trauma da chegada (SADER, 1988, p. 92).

Ainda sobre essa questão, faz-se uso também da análise de Santos (2008, p. 67) sobre os estudos de Engels, o qual considera o “Estado como agente de organização espacial, à medida que agrupa seus súditos de acordo com a divisão territorial”, e, ao enfatizar que o “Estado como uma força proveniente da sociedade coloca-se acima dela, se afastando dela cada vez mais”. Segundo a autora, “Estado e Poder Público não correspondem diretamente à população e se organizam, por isso, como força armada e instituições coercitivas”. No que tange às lutas de classe, a autora aponta a participação do Estado que busca atender aos interesses da classe *mais poderosa*.

A justificativa do referido morador ante as interrogações expressa a dura realidade por ele enfrentada para sua sobrevivência e de sua família, inserida no contexto de uma nação notadamente marcada pelas desigualdades sociais de classe. Ressaltem-se, em seu relato, as caracterizações de migrante rural diante das mazelas da cidade socialmente segregada:

Aquele tempo era bem tratado, a linha de ferro era bem *arrumadinho*, tudo cheio de friso, e nunca falaram *pra* gente isso aqui é um risco, o trem é perigoso e a gente eu vim lá da roça, dessa forma, eu morava na roça, aí chega um ponto que o fazendeiro fala que não tem como tocar roça: “Se *vocês quiser* ficar morando aí, pode ficar morando dentro da roça sem tocar roça”. Sem comer, não tem, vamos embora *pra* cidade”. Eu vim. Botei minha mudança em cima *dum* caminhão tanque sem conhecer Goiânia, parei dentro do setor dentro da Rua Perdiz, falei: “Pode parar aqui”. Aí chega um curioso lá e procurando assim, fala: “Você vai mudar *pra* onde?” Eu sem saber, falei: “Vou caçar um barraco pra mim morar”. Aí um senhor bem de idade que morava ali que já é falecido falou assim: “Eu tenho um barraco que *tá* alugado e o pessoal só vai chegar quinta-feira”. Isso foi num dia de segunda-feira. “O senhor coloca a mudança do senhor até que o senhor arruma um barraco *pra* *alugá*”. O primeiro barraco que eu morei foi, dentro de um mês, foi na Vila Viana. Aí surgiu o pessoal que falou: “*Tá* invadindo umas terra ali, *tá* entrando numas terras ali na Coronel Cosme”. E eu sem saber: Será que invade lá?... (morador).

Insistentemente o poder público e os representantes da linha férrea submetiam o morador a interrogatórios referentes ao processo de ocupação (*invasão*) na Vila Coronel Cosme:

O senhor tem ciência que tava invadindo? (autoridade da polícia militar).

Aí pessoal, invade lá, *tá* entrando lá, *ocê* não tem onde morar vai lá, e *corremo* pra lá, então *entramo* lá, e isso aí ficou até hoje. Tem o Adolfo que morava, que trabalhava, todos os funcionário da linha de ferro que tinha o direito de morar na linha de ferro... (morador).

Que a rede construía a casa *pra* ele (advogado).

A rede construía, era um pedaço. “Ele falou assim”: era parente meu,

falou então: Vem morar aqui, faz um barracão de *pareia* aqui". fui e fiz, e isso eu fiz foi assim, comecei com madeirite, até que aí eu comecei a *trabaiá*. [...] (morador).

Nessa mesma audiência, outro fator que merece destaque se refere ao termo invasão. Ao tratar da questão da permanência ou não dos moradores na área de posse, o então presidente da Agehab (2003), entidade estatal, responsável pela política de habitação em Goiás, utilizou grosseiramente os termos invasão<sup>31</sup> e ocupação irregular, na presença dos moradores dessa área presentes nessa audiência, como se vê a seguir:

nós não aceitamos em momento algum, ocupação irregular, todas, todas, na nossa gestão na área da habitação nós estamos devolvendo, pegando a reintegração de posse, e uma vez decidido, é feito o congelamento da área, ta certo? Eu tô removendo agora 1.300 famílias de uma ocupação, e vamos remover, doa a quem doer, [...] inclusive com o apoio da própria imprensa, umas semanas atrás foi [até] matéria principal de uma nota de capa de revista, ação do governo. É feita uma avaliação detalhada de cada família, se não preencher os critérios rígidos nós não atendemos, cerca de mais de 72% das famílias das últimas invasões não receberam moradia, pura e simplesmente. O governo não é tolerante. Não é omissor. [Quase todas as autoridades presentes confirmaram em voz alta. É verdade, ele não é omissor]<sup>32</sup>.

Os argumentos das autoridades e, em particular, do presidente da Agehab denota uma posição discriminatória dos representantes do Estado em relação aos posseiros, o que demonstra violação dos direitos humanos e da função social da terra<sup>33</sup>. As áreas vazias e existentes próximos da vila não foram sequer cogitadas pelas autoridades para assentar as famílias. Porém, muitos moradores resistiram, resistem e demonstram sua persistência em permanecer na área. Atualmente, pelo que se pode observar, muitas famílias estão sendo gradativamente retiradas do local pelo poder público municipal e levadas para outras áreas distantes, desarticulando o convívio social, uma vez que as famílias estão sendo assentadas distantes umas das outras, provocando ruptura social entre pessoas que mantinham convívio afetivo

<sup>31</sup> Termo utilizado durante a audiência com o Ministério Público, dia 6 de março de 2003, quando as autoridades se dirigiam aos moradores da área de posse da Vila Coronel Cosme. (Informações obtidas de audiovisual VHS).

<sup>32</sup> Discurso do presidente da Agehab, na audiência no Ministério Público dia 6 de março de 2003, (Informações obtidas de audiovisual VHS).

<sup>33</sup> A ferrovia que atendia somente a uma empresa, a Emegê, atualmente está desativada por decisão judicial. A área de posse tem, de um lado, uma chácara pertencente à família Jaime Câmara, proprietária do jornal *O Popular* e, de outro, aos herdeiros do fundador do Clube Regatas Jaó e à Imobiliária Tropical, pertencem as áreas vazias. Essas áreas não são cogitadas para o assentamento daquelas famílias.

e cultural. Muitos membros dessas famílias, consoante essa atitude das autoridades, sofrem impactos psicossociais que afetam drasticamente a autoestima, o que demonstra a falta de uma política adequada para os novos assentamentos das famílias, viabilizados pelo poder público. Ressalte-se, também, a necessidade de intervenção de organização que cuida do respeito aos direitos humanos.

Ainda sobre a audiência em 2003, pode-se dizer que a difícil solução para a questão da retirada da ferrovia ou dos moradores da área de risco gerou uma tensão entre os participantes, visto que a saída para o impasse se mostrava complexa. Contudo, incapaz de solucionar o problema, as autoridades demonstraram certa ironia, como se pode perceber no diálogo a seguir:

Calma aí, o [presidente da Agehab] acabou de chegar. Você pode ser o Salvador da Pátria, você não é o Sassá Mutema? [risos...] Mas pode ser o Salvador da Pátria, esse moço é o presidente da Agência Goiana de Habitação, ele é o dono do talão de cheque moradia, não é isso? Não. É o cheque moradia, o cheque moradia vai pro pessoal, mais o talão *tá* na sua mão, não *tá*? O canhoto dos cheques que *já passou tão* por ali. [presidente], por favor nos ajude (promotor).

Em primeiro lugar, quero pedir desculpas pelo atraso, eu tava numa outra reunião de uma outra ocupação irregular (presidente da Agehab).

O Primavera? vou processar *ocês*, viu? vou tirar aquele povo de lá e vou processar (promotor) [risos]

Vai ser mais um pro meu *curriculum* [...] (presidente da Agehab).

Outro ponto que merece ser destacado na referida, audiência ocorrida em 2003, é quanto ao número de famílias que seriam retiradas da faixa de domínio da linha férrea e da beira do rio. No que se refere à retirada das famílias da área para *ganhar* a habitação esperada pelos moradores da Vila Coronel Cosme, as autoridades pressupunham que tal atitude estimularia ainda mais a vinda de novos moradores, e julgavam ser necessária uma ação repressora mais efetiva, como se observa na expressão das autoridades:

Quais são as situações críticas? (promotor).

Todas essas são classificadas como alto grau de risco. Se for classificar prioridades, não há como (autoridade da polícia militar).

O cuidado também que a partir do momento que souber que quem tiver lá na faixa de domínio supor que vão ganhar habitação vai triplicar, vai triplicar. Aí, você tem que ter uma ação pesada em cima. Aí, você tem que pôr a mão no bolso, cercar, murar, por segurança (autoridade da polícia militar).

Aí doutor nós temos que ver aqui com o nosso ilustre presidente da Comob se não vai haver lá, padre, pastor todo mundo lá em defesa, *tá?* advogado.

Que é isso? Esse povo é invasor, e como invasor tem que ser tratado (promotor).

Eu sei disso, perfeitamente, o doutor sabe disso, o nosso ilustre representante [advogado] sabe disso agora os jornalistas normalmente não *sabe* disso (advogado).

Ah, os nossos jornalistas pode por tudo *pra* cima de mim (promotor).

Esses debates ocorridos na aludida audiência entre o Estado (representado pelo MP, Agehab e Comob e a força policial), iniciativa privada (linha férrea) e posseiros da Vila Coronel Cosme, para a discussão dos problemas, apesar de tratar-se de um tema de suma importância para a população menos favorecida, não deixa de apresentar o paradoxo entre a expectativa angustiante dos moradores e a ironia das autoridades no trato da questão.

Em outra análise, nota-se que gestores de instituições estaduais relacionadas à habitação referiam-se ao termo *ocupação irregular* como restrição ao *direito* de moradia. A expressão *doa a quem doer* é um pressuposto da desocupação de áreas pela Agehab, conforme expressou seu representante; referendado pelo advogado da ferrovia:

Ah, então deixa eu te relatar, aqui nós não temos esse problema, *tá?* Isso foi fruto de uma decisão política, nós não aceitamos em momento algum, ocupação irregular, todas, todas, na nossa gestão na área da habitação nós estamos devolvendo, pegando a reintegração de posse, e uma vez isso decidido, é feito o congelamento da área, *tá* certo? Eu *tô* removendo agora 1.300 famílias de uma ocupação, e vamos remover, *doa a quem doer...* (presidente da Agehab).

Isso é louvável! [...] (advogado).

Diante do intenso debate, entre justificativas técnicas e políticas em tons autoritários, quase não se permitiu vez e voz à população, sem representante judicial, e indefesa. A audiência finalizou sem apontar qualquer alternativa para solucionar o problema e garantir direitos de cidadania à população moradora da Vila.

Entretanto, ressalte-se que, posteriormente, em virtude dos riscos a que a população se encontrava exposta, a linha férrea foi retirada por determinação judicial. Contudo, outro desafio maior apresentou-se no caminho desses moradores: a linha Leste-Oeste.

Toda a análise acerca do impasse dos posseiros na luta pela permanência e direito de morar possibilita afirmar que a mobilização é extremamente desafiadora,

pois o combate vai além da reivindicação de um direito, ele se esfacela diante da correlação de forças que se mostra cruel e oponente. Assim, há necessidade de uma maior inteiração e interação, de uma participação maior dos membros envolvidos e de novos integrantes com o objetivo de fortalecer a ação como movimento ofensivo/defensivo contra essa injustiça social, proveniente do Estado. Gramsci (1988) destaca a importância do trabalho político-pedagógico, alicerçado na busca do coletivo e na união para fortalecer a luta, sem corporativismo.

A Associação de Moradores da Vila Coronel Cosme passou a planejar uma série de ações com o intuito de continuar a luta pela reurbanização da área, de concluir o processo de legalização da associação, além de reclamar o prédio do antigo Centro Comunitário, retransformando aquele espaço em sede da entidade para tratar as diversas questões relacionadas aos moradores e à reurbanização da área. Nesse sentido, recebeu assessoria dos integrantes do PDH/UCG, tendo elaborado um projeto de reurbanização com a parte arquitetônica do conjunto, contendo a reposição das árvores às margens do Rio Meia-Ponte, um centro de educação e de assistência social. Foram ainda elaboradas as plantas das casas com previsão de espaço para promoção de capacitação profissional, geração de trabalho e renda. A proposta previa, em 2003, o deslocamento da população excedente na área ocupada para a área vazia<sup>34</sup> próxima do local, podendo assim ser ligada à área mais antiga. Desse modo, a proposta poderia garantir a permanência de todos sem necessidade de remanejamento e de destruição de uma história.

No início da organização da associação, em 1993 os moradores tinham como objetivo a busca da reurbanização da área, e o elemento motivador foi o projeto elaborado pela Comob – Morada Viva – para urbanização e recuperação ambiental de áreas degradadas. No segundo momento, após sete anos, a associação foi reativada e teve como instrumento de luta esse projeto.

O mencionado projeto foi elaborado com a participação da população em interlocução com os órgãos governamentais do município. A diretoria da associação esteve inserida em todas as fases do projeto, encaminhado ao Instituto de Planejamento Municipal (Iplam), que, no entanto, não se concretizou.

Segundo Coriolano (2004), um dos elementos primordiais considerados no projeto foi o de inclusão social. Para tanto, houve um estudo com o intuito de

---

<sup>34</sup> A área disponível ao lado da posse urbana fica na Vila Coronel Cosme; uma parte é de propriedade do município e, outra, particular.

preservar o maior número possível de famílias no local, buscando uma área próxima que pudesse ser integrada à vila, para onde deviam ser deslocadas as famílias estabelecidas a 50 m do Rio-Meia-Ponte e menos de 10m da ferrovia e ainda nos locais nos quais seriam alargadas as ruas. Houve o respeito à legislação federal e se elaborou uma proposta de compensação da área ocupada por meio da inclusão de outra, de preservação permanente.

A Avenida Leste-Oeste foi um fator condicionante para a definição do projeto. A criação de uma via de integração cortando o parque foi a solução utilizada para a maior integração entre o novo a construir e o velho já existente. Situação idêntica ocorreu com a Avenida Parque que delimita a área de proteção ambiental e o Parque Linear, que também apresentava uma proposta de integração do espaço. As vias da vila seriam abertas seguindo o traçado já existente, respeitando o trabalho já feito pelos moradores.

Coriolano (2004) afirma que a proposta sugerida, se implementada, teria o mínimo de impacto ambiental possível. As vias seriam traçadas com base na topografia do terreno, o que facilitaria o sistema de drenagem, a fim de evitar problemas como erosões, inundações que prejudicam a preservação do meio ambiente.

Ainda, conforme Coriolano (2004), para proporcionar lazer e bem-estar à comunidade, propôs-se a construção de quadras esportivas, campos para futebol, praça de alimentação, teatro de arena para manifestações da população, equipamentos de ginástica, pista de *skate* e parque infantil. Considerando as diretrizes da Secretaria Municipal de Planejamento (Seplam), a faixa de 30m, paralela ao Rio-Meia-Ponte, deveria ser reflorestada com árvores nativas do cerrado, assim como a faixa de 15 m do Córrego da Onça.

E ainda,

a proposta habitacional segue um modelo de habitação popular com utilização de técnicas de arquitetura convencionais, onde o valor mínimo da habitação e o número de casas a serem construídas foram determinantes, busca-se no projeto a cor para criar uma identidade local do usuário (CORRIOLANO, 2004, p. 41)

O projeto de reurbanização permitiria, ainda, a implementação de educação ambiental e outras propostas que fortalecessem e dessem continuidade ao processo

de educação em direitos humanos, por meio de oficinas e reuniões na associação de moradores.

Quanto ao projeto de reurbanização da área, os moradores que dele tomaram conhecimento concordaram que vai ao encontro de suas necessidades e, se viabilizado, realmente, poderia promover a melhoria da qualidade de vida. Uns porém, não acreditam na concretização do projeto. Sentem-se lesados em seus direitos. Alguns deles afirmaram: "o projeto justamente por ser tão bom é que não sai do papel mesmo"<sup>35</sup>.

Decorridos seis anos da proposta do projeto apresentado à Prefeitura de Goiânia, as autoridades municipais na época não se manifestaram sobre a viabilidade ou não, ficando ele esquecido nos arquivos públicos.

Na área não se percebe nenhuma intervenção do setor de habitação da prefeitura ou do governo estadual para reestruturação das moradias ou reurbanização da área. Percebe-se a conclusão do condomínio fechado Recanto das Praças, justamente no local onde estava cogitada implementação do projeto proposto pelo Programa de Direitos Humanos da Universidade Católica de Goiás.

#### **4.2 A associação de moradores e os desafios para a mobilização**

A Associação de Moradores da Vila Coronel Cosme atualmente vive uma crise diante das dificuldades impostas no cotidiano das lutas.

É bom destacar que a população está exausta e incrédula, em virtude das expectativas frustradas nos vários momentos, envolvendo atores políticos que alimentam vãs promessas em relação à reurbanização da área e outras reivindicações, as quais porém, não passam de promessas de campanhas.

É perceptível a contínua insistência de candidatos em palcos eleitoreiros, em visitas à área, prometerem solução para a histórica busca do direito de morar, a regularização da posse e a melhoria nas habitações e estruturas básicas para homens, mulheres, idosos, jovens e crianças da vila. Muitos moradores perderam as esperanças de buscarem seus direitos, e os membros da associação encontram-se dispersos, em virtude dos afazeres cotidianos, das dificuldades da *práxis*, de mobilização. Assim, os desafios da moradia persistem na vida da população e na

---

<sup>35</sup> Acervo da pesquisadora 2003/2005.

luta pela sua sobrevivência. Ressalte-se, portanto, ser imprescindível a continuidade dos trabalhos do PDH da UCG na área, não apenas como campo de pesquisa, mas, por meio de seus estudos, podem contribuir para estabelecer propostas que intervenham concretamente na realidade, cumprindo seu compromisso social.

Gramsci (1987, p. 21) confere grande importância política e histórica para a criação

de uma elite de intelectuais [...], [já que] uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “por si”, sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica”. Para ele, o caminho da criação dos intelectuais pode ser longo, difícil, [e] cheio de contradições, que essa figura tanto pode agir para transformação quanto para a reprodução da sociedade vigente.

No entanto, não se pode perder de vista que a população tem um saber. Ela conhece o objetivo que deve ser alcançado, porém, por não dispor de uma organização efetiva, fica difícil aglutinar-se para viabilizar seus projetos. “Fraco, com fraco não dá nada”, fala um dos moradores. Assim, as suas ações caminham na direção de eleger e promover políticos que, no entanto, se utilizam da população para conseguir adesão e apoio para projetos pessoais. Lembra Gramsci (1988) que as massas não têm partido, o seu partido é o da fidelidade.

Ocorrem atualmente, mudanças nas formas de articulações dos movimentos populares que se institucionalizaram assim como nas lutas coletivas (GOHN, 1994). Entende-se haver um aparente consenso de que a intervenção neoliberal nas sociedades é a grande responsável pela desarticulação e desestruturação das formas de organizações sociais. As organizações não governamentais, tidas como *parceiras* do Estado na busca das melhorias, parecem representar uma nova modalidade de manifestação popular como meio de buscar transformações. Fala-se agora em *negociação* e não mais em confronto com o Estado, como alternativa para consolidação das propostas.

A institucionalização dos movimentos é uma outra *novidade* no campo das lutas populares, bem como uma maior influência político-partidária, muitas vezes justificada pela proposta de facilitação dessas negociações em favor dos grupos reivindicadores e propositores. Trata-se de fatores que favorecem o deterioramento

das ações coletivas de luta. Maria da Glória Gohn<sup>36</sup>, em entrevista ao jornal IHU On-Line em 2003, relata que, a partir do final dos anos 1990,

muitos movimentos se transformaram em ONGs ou se incorporaram às ONGs que já os apoiavam. [...] Criou-se uma nova gramática, onde mobilizar deixou de ser para o desenvolvimento de uma consciência crítica ou para protestar nas ruas. Mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas e projetos sociais, a maioria dos quais já vinha totalmente pronta e atendia a pequenas parcelas da população. O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais. Como todo ciclo, ele também se fecha e se esgota as políticas neoliberais que passaram a desaguar ao final da década de 1990, em termos de sua legitimidade inicial, junto as camadas médias e partes das elites [...].

Pode-se então dizer que a realidade da Associação da Vila Coronel Cosme é o reflexo do que ocorre no plano macro da sociedade brasileira.

No que tange à regularização de área de posse, a Medida Provisória nº 459, de 25 de março de 2009 (BRASIL, 2009) criou um marco legal para a regularização fundiária de áreas urbanas cujos pontos principais são divulgados na cartilha de divulgação do Programa Minha casa Minha Vida, podem ser assim lidos:

Compete ao Poder Público:

- Implementar a infraestrutura básica;
- Demarcar áreas ocupadas e conceder título de legitimação de posse aos ocupantes;
- Empreender a regularização fundiária junto com associações de moradores e beneficiários,

e estabelecendo:

- Procedimento para o usucapião administrativo;
- Critérios para a regularização fundiária de interesse social de áreas situadas no interior de Áreas de Proteção Permanente, desde que a regularização traga melhorias ambientais

Esse documento, enfatizado pelo Programa Minha Casa Minha Vida contribuiu para que as ações do poder público municipal e do Ministério Público apressassem a tomada de decisão em prol não só da regularização fundiária e da permanência das famílias na área, mas da sua inclusão no programa que traz em seu escopo a *distribuição de renda e a inclusão social* (BRASIL, 2009b).

---

<sup>36</sup> Os movimentos sociais no Brasil: novos atores sociais? Entrevista com Maria da Glória Gohn. In: IHU On-Line (2003). Disponível em: <<http://www.unisinos.br>>. Acesso em 10 de outubro de 2009.

Contudo, é importante que a população aja rapidamente e pressione as autoridades de forma bem articulada, pois, ao que se sabe, com base em informações obtidas do PDH da UCG, a população está em pânico, já que as suas reivindicações, ao longo de quarenta anos nunca obtiveram êxito, diante da política segregadora em Goiânia, vista até como institucionalizada, desde 1933, conforme Moraes (2003).

A tensão da população fundamenta-se nas diversas visitas surpresas do Secretário de Habitação, Iram Saraiva, às casas das famílias na Vila Coronel Cosme, intimidando-as com pressão a se mudarem da área. Ainda como forma de convencer e assegurar o deslocamento das famílias contra a vontade delas, os representantes do poder público municipal estrategicamente elaboraram um cadastramento das famílias que deverão *mudar-se*, ressaltando que algumas já foram transferidas do local, até debaixo de chuvas. Ainda segundo o PDH/UCG, as estratégias também envolvem a presença de empresas terceirizadas pela Prefeitura de Goiânia, como o Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano (Idetech) que, com o pretexto de desenvolver atividades de educação ambiental (saúde, vigilância sanitária, saneamento), atuam na área convencendo a população a mudar-se do local considerado extremamente insalubre. Finalmente as incansáveis tentativas de diálogo com o atual presidente da Comob são frustradas, já que assessores de seu gabinete se negam a marcar audiência para receber a associação de moradores.

Por tudo isso, a associação, com assessoria do PDH/UCG está elaborando um documento de denúncia ao Ministério Público no qual expressa sua insegurança e indignação em relação à omissão do poder público no cumprimento do dever de garantir o direito à moradia aos posseiros dessa área. Alega, ainda, que a especulação imobiliária tem avançado cada vez mais no espaço, com edificações de condomínios residenciais verticais, às margens do Rio Meia-Ponte, portanto até licença autorizada pelo governo municipal (Alvará de Licença n° 2.057/2008) para a construção do Recanto das Praças Residenciais, pelas empresas Polo Imóveis e Imobiliária Tropical, contribuindo para o processo de expulsão dos verdadeiros moradores da área.

Assim, deve-se insistir na politização de cada morador, homem, mulher, jovem e criança, como forma de desalienação e, ao mesmo tempo, de inserção no

contexto de uma nova compreensão da realidade. Trata-se, portanto, de uma busca geral pela conscientização dos direitos diante de várias privações.

Como afirma Maricato (2001), o desafio que se apresenta para a sociedade excluída é o de se empenhar na busca de informações, de conhecimentos, e o que é essencial, de socialização das produções e das análises, de sistematização das políticas, para que haja inclusão da sociedade que demanda moradia. Para tanto, deve haver participação em movimentos sociais, contribuindo para a discussão e elaboração de políticas públicas sociais.

Outra justificativa não menos importante para a resistência e a persistência na busca em conjunto, como comunidade, é a formação da identidade. As pessoas com sua história, seus valores, anseios, inquietações, sonhos, se organizadas em grupo, criam força em comum, promovem a identidade de grupo. Como resultado, pode haver uma potencialização da participação para ação e reação contra um sistema que as subestima.

Em suma, é imprescindível o apoio da sociedade, do poder público, das universidades, para evitar o desmantelamento da teia de relações socioculturais e econômicas criadas pela população da Vila Coronel Cosme, e por outras comunidades sobreviventes em posses.

Ressalte-se que a luta dos moradores da Vila Coronel Cosme se fundamenta na proposta legal de permanência na área, em um lugar que antes não existia e se tornou referência para a vida de todas essas pessoas. Retirá-los da área significa ferir seus direitos humanos e sociais já que o local sugere possibilidades de vida melhor para todos que ali construíram e constroem, no cotidiano, os laços familiares, sua identidade, sua história.

O viver na cidade é uma luta contínua, uma luta pela vida. A forma como essa população elaborou suas trajetórias chamam nossa atenção. Por muitas vezes em uma disputa desacreditada, fez-se presente na cidade, interferiu em sua dinâmica, questionou e mudou rumos de acontecimentos, estabeleceu as mais diversas estratégias no sentido conquistar dignidade, respeito, quebrar barreiras, demonstrar a seriedade de como a questão política precisa ser tratada. O olhar ansioso sobre si mesmo, sobre a cidade e os sonhos de construir sua moradia na Vila Coronel Cosme, se tornou pesadelo tanto pelos esforços, como pelos sofrimentos nas lutas diárias, ao longo dos anos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação possibilitou reflexões sobre a problemática da urbanização brasileira, da segregação do espaço goianiense, bem como da importância das reivindicações por direitos sociais de uma maioria excluída das benfeitorias do Estado. A análise sucinta do processo de organização de movimentos, com destaque para o dos posseiros urbanos de Goiânia, demonstrou que a sociedade, quando articulada coletivamente e quando os membros se compenetraram da necessidade conjunta e participativa, muito contribuiu para minimizar os impactos do processo de exclusão social.

O estudo permitiu compreender que a ocupação da área de posse da Vila Coronel Cosme pelos moradores, assim como outras áreas de ocupação não legalizada, constituiu-se como única alternativa para essas famílias morarem na cidade em busca da sobrevivência. Entende-se que, para os segmentos pauperizados da força de trabalho, sua inserção se dá nas ocupações mais desfavorecidas do sistema produtivo. Como forma de assentamento, as ocupações não estão estabelecidas por razões conjunturais. Sua origem, permanência e expansão são geradas por fatores macroestruturais.

É possível afirmar que os ocupantes das áreas de posse, em Goiânia contaram com o apoio da Igreja Católica, em particular, os da Vila Coronel Cosme, o que foi de grande importância para a sobrevivência dos moradores que tiveram na construção do Centro Comunitário o seu ponto de sustentação. As reuniões e mutirões possibilitaram acúmulo de forças para o processo organizativo e busca de estratégia para viabilizar que essa população excluída tivesse garantido o direito de um espaço para morar. Pode-se dizer que a Igreja Católica, uma instituição outrora vista como opressora, no Brasil, nas últimas décadas contribuiu fortemente para a luta contra as injustiças sociais e pelos direitos humanos.

Destaca-se, também, nesse processo, o papel das duas universidades goianienses: a UFG e a atual PUC-Goiás. No entanto, de acordo com o estudo e com as observações empíricas, pode-se dizer que, no primeiro momento, os moradores receberam o apoio dessas instituições e da extinta Fegip; no segundo, com a eleição dos governos municipais democrático-populares, centraram o

interesse pela tentativa de reurbanização da área e, até o momento atual, não obtiveram êxito.

Do transcurso das abordagens trazidas pela monografia (2005) e atualizadas nesta dissertação, pode-se afirmar que apesar do processo de articulação para viabilização da Associação dos Moradores da Vila Coronel Cosme como expressão de luta, sua população, mesmo com os avanços, não conquistou o direito à moradia e permanência na área. Entende-se que tal fato pressupõe a existência, de um lado, de um hiato entre as aspirações da população e a realidade de implantação de um projeto de reurbanização em face da complexidade estrutural e histórica dos problemas enfrentados pelos moradores da área; de outro, o poder público resiste ao seu compromisso social de garantir direitos fundamentais expressos na Constituição Federal como o da moradia.

Diante das abordagens sobre a trajetória dos movimentos sociais e em particular, das pressões populares pelo direito de morar, pode-se dizer, de modo geral, que um dos grandes desafios a este novo século pode ser a questão da urbanização. Portanto, é imprescindível que a sociedade, diante das especulações do espaço urbano e da questão socioespacial, busque formas de articulação e mobilização para formulação de novos paradigmas para as políticas de gestão das cidades, tendo em vista a responsabilidade social e a sustentabilidade.

As políticas de gestão de cidades capitais a exemplo de Goiânia, precisam priorizar estratégias de planejamento e execução que primem pela transformação do espaço de forma democrática e ambientalmente responsável. Para tanto, deve haver a promoção de políticas públicas que visem a obtenção de resultados impactantes que possibilitem a eliminação das desigualdades sociais, nas práticas de discriminação em todas as suas formas da segregação de indivíduos, grupos sociais e comunidades, em razão dos tipos de moradia e localização dos assentamentos em que vivem.

Os movimentos sociais, velhos e novos foram importantíssimos para o processo de redemocratização do País, pois, ao reagirem contra as formas de dominação e à opressão do Estado capitalista viabilizaram transformações socioeconômicas que impactaram a sociedade com a consolidação da Constituição, tida como a Carta Cidadã. No entanto, as transformações ainda vão ocorrendo, surgindo novas necessidades a serem garantidas, além da moradia: a saúde e a educação de qualidade, o trabalho e o lazer, dentre outros. Novas formas de lutas

sempre existirão quando os direitos sociais forem violados com prejuízos para a população; novos militantes entrarão em cena com o objetivo de contribuir para promover as mudanças necessárias em prol da coletividade, sobretudo dos marginalizados, como forma de garantir justiça social.

Assim, as lutas pela moradia na cidade de Goiânia, a exemplo das articulações reivindicatórias da Vila Coronel Cosme, mesmo em forma de *invasão*, sugerem a necessidade que grande parcela da população tem de manifestar contra o reconhecimento social, como sujeitos inseridos no processo histórico segregacionista da construção da cidade.

A história particular de cada uma das pessoas da área de posse da Vila Coronel Cosme representou, para a pesquisadora, uma experiência rica em conhecimento e vivência com uma outra realidade, o que nos possibilitou identificar, o que mais tem afetado a muitos brasileiros e brasileiras: o desemprego estrutural, o desrespeito à vida, a falta de alimentação, o difícil acesso à educação e a moradia digna. Espera-se que este trabalho possa, ao lado de outros, contribuir para quem ainda não conseguiu ter um olhar diferenciado, ver além das aparências, já que a abilitação de novas pesquisas pode responder a questões de como se dará a atuação de lideranças em movimentos sociais, frente às lutas e desafios do século XXI.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS FONTES

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro**: de frente para o Estado em busca do Parlamento. São Paulo: Cortez, 1991.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo, 1953. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

AUDIÊNCIA ocorrida no Ministério Público (filme-video) dia 6 de março de 2003. **Gravação feita pelo diretoria da Associação de Moradores da área de posse da Vila Coronel Cosme**. Goiânia, 2003. VHS.

BATISTA, Elizabete dos Santos Moura. **A Vila Coronel Cosme sob a ótica dos idosos**. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Serviço Social. Universidade Católica de Goiás (UCG), Goiânia.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 2001/2002.

\_\_\_\_\_. **Ministério das Cidades**, 1º de janeiro de 2003, de acordo com a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Déficit habitacional no Brasil 2007**. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades. Série: **Como Andam Belém e Goiânia**. Organização: Egláisa Micheline Pontes Cunha e Roberto Sampaio Pereira – Brasília. Ministério das Cidades, 2008.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Medida Provisória nº 459**, de 25 de março de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Brasília, 2009. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Mpv/459.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Mpv/459.htm)>. Acesso em: 05 out. 2009.

CANESIN, Maria Teresa. **Um protagonista em busca de interlocução**: um resgate da história do movimento de professores da rede pública de 1º e 2º graus em Goiás, na conjuntura 1979/1989. 1993. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo.

CARDOSO, Franci Gomes. **Organização das classes subalternas**: um desafio para o Serviço Social. São Paulo: Cortez, Editora da Universidade Federal do Maranhão, 1995.

CARVALHO, Luiz do Nascimento. **Infância e espaço urbano**: significados e sentidos de morar em posse urbana para crianças com idade entre sete e onze anos. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Goiás (UCG), Goiânia.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Cidade e vida urbana: a dinâmica do/no espaço intra-urbano e a formação para participação em sua gestão. *In*: PAULA, Flávia Maria de Assis; CAVALCANTI, Lana de Souza (orgs.). **A cidade e seus lugares**. Goiânia: Vieira, 2007. p. 10-27.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

CHAVES, Elza Guedes. **De invasor a posseiro**: Estado-Igreja e a luta pela terra urbana. 1985. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Paraíba (UFPb), João Pessoa.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13. Ed. São Paulo: Ática, 2005

DIREITO HUMANO à moradia e terra urbana. **Coleção Cartilha de Direitos Humanos**. v. 1. dez. 2008. Curitiba: Inesc. Plataforma Dhesca Brasil (CARTILHA PIDESCH).

ESTEVAM, Luiz. **O tempo da transformação**: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. 2. ed. Goiânia: UCG, 2004.

FERREIRA, Vitor Matias. A condição pública e patrimonial da cidade: a reinvenção da urbanidade? *In*: MOYSÉS, Aristides (coord.) **Cidade segregação urbana e planejamento**. Goiânia: UCG, 2005, p. 63-85.

FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais. **Lua Nova**. São Paulo, n. 17, p. 19-48, jun.1989.

FREITAS, César Augustus L. Labre de. Grupos locais, autonomia e democracia: a formação de novos grupos na disputa espacial das metrópoles. *In*: MOYSÉS, Aristides (coord.). **Cidade segregação urbana e planejamento**. Goiânia: UCG, 2005, p. 157-172.

FUNDAÇÃO Municipal de Desenvolvimento Comunitário (Fumdec). **Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de Goiânia**. Goiânia: Centro de Estudos Territoriais das Desigualdades Social/Equipe Cedest, 2004.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Projetos. Relatório técnico de déficit habitacional 2007.** São Paulo, 23 out. 2008. Disponível em: <<http://www.sindusconsp.com.br/downloads/economia/estudossetoriais/deficithab2007v.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2009

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia.** São Paulo: Loyola, 1991.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e Educação.** 2ª edição, São Paulo: Cortez, 1994.

GOIÂNIA. Câmara Municipal. **Plano Diretor de Goiânia.** Coordenação-geral – Ângela Vasconcelos Furtado, Jeová de Alcântara Lopes; coordenadores técnicos, Sandra Sarno R. dos Santos *et al.*; organizadores – Rogério Paz Lima, Maria de Fátima Sousa Barbosa, Suzylane Lopes de Santana Cunha, Carla Bueno Barbosa, Celson Íris da Silva, Paula de Sousa Costa Lima, Kárita de Oliveira Flor. Goiânia: Câmara Municipal, 2008.

GOMES, Rui Rocha. Goiânia desigual e segregadora. *In*: PAULA, Flávia Maria de Assis; CAVALCANTE, Lana de Souza (orgs.). **A cidade e seus lugares.** Goiânia: Gráfica do Vieira, 2007, p. 28-51.

GOIÁS (estado). **Projeto Se Liga no Futuro – Barro Alto-Go.** Livreto. Revisão geral: Heloisa Mazzocante e Wellington Matos de Lima. Goiânia, set. 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel a política e o Estado moderno.** 6. ed. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

HABITAÇÃO EM GOIÂNIA: o mutirão ideológico. **Jornal Opção On line.** Goiânia, 6 de outubro de 2009. De 5 a 11 de agosto de 2007. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/index.asp?secao=Manchete&idjornal=249>>. Acesso em: 2 out. 2009.

IANNI, Octávio. **Pensamento social no Brasil.** Bauru: São Paulo: Edusc, 2004.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Base de informações municipais.** 3. ed. Rio de Janeiro, 2002. CD-Rom.

INSTITUTO de Planejamento Municipal de Goiânia (Iplam). **Administração de uma cidade em crescimento acelerado.** Goiânia, 1981.

LOUREIRO, Walderez Nunes. **O aspecto educativo da prática política.** Goiânia: Editora da UFG, 1988.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 2001.

MARQUES, Vânia Carvalhais. **Diário de campo de estágio do Programa de Direitos Humanos (PDH)**, Goiânia: UCG, 2002/2003.

MARTINS, Omari Ludovico. **A organização dos servidores da Universidade Federal de Goiás (UFG)**. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Trad.: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** Trad. Suely Bastos. Lua Nova, São Paulo. n. 17, p. 49-66, jun. 1989.

MORAES, Lucia Maria *et al.* Inquilino hoje, posseiro amanhã. **Estudos**. Goiânia, v. 25, n. 3-4, p. 307-331, jul./dez. 1998.

\_\_\_\_\_. **A segregação planejada**: Goiânia, Brasília e Palmas. Goiânia: Editora da UCG, 2003.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada, 3. ed. São Paulo: Contexto, 1993. (Caminhos da História)

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOYSÉS, Aristides. **Goiânia: metrópole não planejada**. Goiânia: UCG, 2004.

OS MOVIMENTOS sociais no Brasil: novos atores sociais? Entrevista com Maria da Gloria Gohn. **IHU Online**, (2003). Disponível em: <<http://www.unisinos.br>>. Acesso em: 10 out. 2009.

PALACÍN, Luiz. **O século do ouro em Goiás**. Goiânia: Editora da UCG, 1994.

PASSOS, Alailde Angélica Santos dos. **Diário de campo de estágio do Programa de Direitos Humanos (PDH)**. Goiânia: UCG, 2003/2005.

**POLÍTICA Nacional de Habitação**. nov. 2004. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/politica-nacional-de-habitacao/4PoliticaNacionalHabitacao.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Cidade e cidadania: inclusão urbana e justiça social. *In*: MOYSÉS, Aristides (coord.). **Cidade: segregação urbana e planejamento**. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

\_\_\_\_\_. Transformações da estrutura socioespacial: segmentação e polarização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Cadernos Metrópole**, n. 1, p. 7-37, 1

sem.1999.

RODRIGUES, Juliano Martins. **Política e Espaço Urbano**: controvérsias e definições da política urbana em Goiânia. Disponível em: [http://www.observatoriodasmetrolopoles.ufrj.br/artigo\\_090909.pdf](http://www.observatoriodasmetrolopoles.ufrj.br/artigo_090909.pdf). Acesso em: 10. out. 2009

ROLNIK, Raquel. La democracia en el filo de la navaja: límites y posibilidades para la implementación de una agenda de reforma urbana en Brasil. **Rev. Eure**, v. 25, n. 104, abr. 2009. (Sección Artículos).

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: Unesp, 2008. (Coleção Paradidáticos – Série Poder)

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil**: cultura e educação para a democracia. Petrópolis: Vozes, 1999.

SILVA, Luiz Antonio Machado da *et al.* Movimentos sociais urbanos: minorias étnicas e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**. Brasília: Anpocs, 1983, v. 2.

SILVA, Maria Aparecida Daniel da. **Raízes do latifúndio em Goiás**. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

SIMIONATTO. **Gramsci: Sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. 3. Ed. Florianópolis: Cortez, 2004.

SOUSA, Regina Sueli. **Terra, o calcanhar de Aquiles do Brasil?** Estudos: Revista da Universidade Católica de Goiás (UCG). Goiânia: v. 26, n. 4 p. 497-615, mês out/dez. 1999.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: Editora da Unesp, 2004. (Coleção Paradidáticos – Série Sociedade, Espaço e Tempo).

SOUZA, Maria Antônia de. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: participação e possibilidades no contexto das práticas democráticas. *In* CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: a questão social no novo milênio, 8. **Anais**. Coimbra (Portugal), 16/18 set. 2004.

SUASSUNA, Ana. **Gestão democrática das cidades**: políticas públicas e os desafios da gestão democrática. Palestra. <Disponível em: < <http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades/apresentacoes-seminario/Painel%206%20-%20Palestrante%20Sra%20Ana%20Suassuna.pps/view>> Acesso em: 5 out. 2009.

TAROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Trad. Ana Maria Sallum. São Paulo: Vozes, 2009 (Coleção Sociologia).